



DANUBIA ANDRESSA DA SILVA STIGGER

**INTEGRIDADE CIENTÍFICA E MÁ CONDUTA EM PESQUISA: concepções de
estudantes de pós-graduação em enfermagem**

RIO GRANDE

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM

INTEGRIDADE CIENTÍFICA E MÁ CONDUTA EM PESQUISA:
concepções de estudantes de pós-graduação em enfermagem

DANUBIA ANDRESSA DA SILVA STIGGER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Enfermagem – Área de Concentração: Enfermagem e Saúde. Linha de pesquisa: Ética, educação e saúde.

Orientadora: Jamila Geri Tomaschewski Barlem

RIO GRANDE

2020

Ficha Catalográfica

S855i Stigger, Danubia Andressa da Silva.
Integridade científica e má conduta em pesquisa: concepções de
estudantes de Pós-Graduação em Enfermagem / Danubia Andressa
da Silva Stigger. – 2020.
118 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Rio
Grande/RS, 2020.

Orientadora: Dra. Jamila Geri Tomaschewski Barlem.

1. Estudantes de Enfermagem 2. Ética em Pesquisa 3. Má Conduta
Científica 4. Pesquisa em Enfermagem 5. Educação de Pós-
Graduação em Enfermagem I. Barlem, Jamila Geri Tomaschewski
II. Título.

CDU 167: 616

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

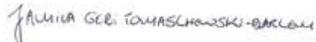
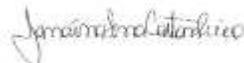
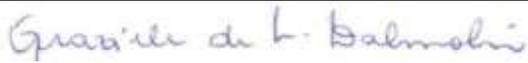
DANUBIA ANDRESSA DA SILVA STIGGER
INTEGRIDADE CIENTÍFICA E MÁ CONDUTA EM PESQUISA:
concepções de estudantes de pós-graduação em enfermagem

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de **Mestre em Enfermagem** e aprovada na sua versão final em 16 dezembro de 2020, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós- Graduação em Enfermagem, Área de Concentração Enfermagem e Saúde.



Profª Dra Mara Regina Santos da Silva

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - FURG

BANCA EXAMINADORA
 Dra Jamila Geri Tomaszewski Barlem - Presidente (FURG)
 Dra Rosemary Silva da Silveira - Efetivo (FURG)
 Dra Silvana Bastos Cogo - Efetivo (UFSM)
 Dra Janaína Sena Castanheira - Efetivo (FURG)
 Dra Diéssica Roggia Piexak - Suplente (FURG)
 Dra Grazielle de Lima Dalmolin - Suplente (UFSM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tantas bênçãos adquiridas, por me oportunizar tantos momentos de alegria, e por guiar o meu caminho sempre com muita luz.

Agradeço meus pais, Bruno e Marlene, pelo amor incondicional, pelo apoio e por nunca deixar de acreditar que eu era capaz mesmo quando eu mesma já tinha desistido, vocês são a minha base, minha luz e eu dedico essa vitória a vocês!! Amo vocês!!

Agradeço meu amado esposo Klaus Stigger pela ajuda incansável, pelo apoio, compreensão, paciência e por tornar as coisas mais leves mesmo quando estava tudo muito difícil, obrigada!! Amo você!

Agradeço meu amado filho, Pi, pela compreensão nos momentos de ausência e pelo amor e carinho com que me dizia “mamãe não se preocupa, vai ficar tudo bem”, Meu queridinho, essa vitória também é para você. Amo você!!

Agradeço também a família do meu esposo que também é minha de todo coração, pelo apoio de sempre e carinho, muito obrigada!

Agradeço à minha querida amiga Ellen pela amizade, apoio e parceria, você esteve presente em todas as fases e foi muito importante para que esse sonho se realizasse! Minha gratidão e carinho!!!

Agradeço minha querida amiga Valdirena Medina, pelo apoio e carinho de sempre, entre medos e angústias partilhadas, foram muitas alegrias e isso fez toda a diferença! Obrigada!

Agradeço à minha colega Sabrina pelas palavras de motivação e ânimo durante toda essa trajetória! Obrigada!

Agradeço meus queridos colegas da turma de mestrado, pessoas incríveis que tive a oportunidade de conhecer e conviver, vocês contribuíram para essa conquista, muito obrigada!

Agradeço meus colegas de pós-graduação, vocês foram fundamentais para que tudo isso se concretizasse, meu agradecimento eterno!

Agradeço minha colega de graduação Gabriele Feijó, sua contribuição foi muito importante! Obrigada!

À minha orientadora Jamila Barlem, que não mediu esforços para me auxiliar, sempre presente, ética e competente, és exemplo para mim, muito obrigada!! não tenho palavras para lhe agradecer por tudo!

À minha banca, professoras: Rosemary, Diéssica, Grazielle, Silvana e Janaína, suas contribuições foram fundamentais, agradeço de todo coração o conhecimento que compartilharam comigo. Minha gratidão!

Agradeço aos amigos, familiares e conhecidos que estiveram torcendo e vibrando por mim, e também a Universidade Federal do Rio Grande e os professores do Programa de Pós- Graduação, no qual fui tão bem acolhida. Muito obrigada!

RESUMO

DA SILVA STIGGER, Danubia Andressa. **Integridade científica e má conduta em pesquisa:** concepções de estudantes de pós-graduação em enfermagem. 2020. 118fls. Dissertação de Mestrado – Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

A fusão entre a ética e a pesquisa perpassa as questões triviais e, para além disso, engloba, um universo de condutas e comportamentos no teor da produção de ciência em todas as suas fases. Assim, comportamentos e ações que envolvam condutas investigativas inconsistentes, negligentes ou irresponsáveis ultrapassam as barreiras da individualidade e implicam em prejuízos ao coletivo, ferindo substancialmente o compromisso social, primado pela conduta ética na ciência. Salienta-se a relevância dos espaços educacionais, permeando os princípios éticos para além de regulamentações burocráticas demandadas pelas atividades acadêmicas, contribuindo para o desempenho do estudante também como ser humano e social. É fundamental o fomento a condutas que integrem valores e boas práticas no âmbito acadêmico de uma forma geral, por meio de iniciativas que mitiguem desonestidades científicas. Teve-se como objetivos: conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa; analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório e descritiva, junto a 40 estudantes selecionados mediante amostragem não probabilística por conveniência, de um Programa de Pós-Graduação em Enfermagem de uma Universidade Pública do Sul do Brasil, no mês de outubro de 2020. Optou-se como método de coleta a entrevista semiestruturada, por meio de uma ferramenta síncrona de comunicação em tempo real, sendo as transcrições das entrevistas analisadas a partir dos pressupostos da Análise Textual Discursiva. Foram respeitadas as observações e determinações legais da Resolução 510/16 que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 37123020.6.0000.5324). Os resultados foram apresentados sob forma de dois artigos, intitulados: Concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade científica e Conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. Como resultados do primeiro artigo emergiram duas categorias: a dimensão ética da pesquisa; e implicações do produtivismo acadêmico para a integridade científica. Tais categorias retratam a integridade científica de forma sólida e intrinsecamente relacionada aos elementos éticos de suporte que a constituem bem como as nuances do produtivismo e seus impactos para a integridade. Como resultados do segundo artigo emergiram duas categorias: integridade científica versus má conduta: fatores determinantes; e tipos e definições de má conduta. Foi possível evidenciar que os pós-graduandos possuem um conhecimento coeso relacionado a gravidade dos comportamentos inadequados nas pesquisas científicas e destacam a figura do orientador como essencial para a perpetuação das práticas da boa ciência. Conclui-se que é necessária a transversalização de práticas cristalinas em todos os âmbitos de produção da ciência, para que o conhecimento seja perpetuado em constante harmonia com a integridade e suas representações para a comunidade.

Descritores: Estudantes de enfermagem. Ética em pesquisa. Má conduta científica. Pesquisa em enfermagem. Educação de Pós-Graduação em Enfermagem.

ABSTRACT

DA SILVA STIGGER, Danubia Andressa. **Scientific integrity and research misconduct: conceptions of graduate nursing students.** 2020. 118 pages. Master's Dissertation - School of Nursing. Graduate Program in Nursing, Federal University of Rio Grande, Rio Grande.

The fusion between ethics and research runs through trivial issues and, in addition, encompasses a universe of conducts and behaviors in the content of science production in all its phases. Thus, behaviors and actions that involve inconsistent, negligent or irresponsible investigative conduct go beyond the barriers of individuality and imply losses to the collective, substantially injuring the social commitment, primacy for ethical conduct in science. The relevance of educational spaces is highlighted, permeating ethical principles in addition to bureaucratic regulations demanded by academic activities, contributing to the student's performance as a human and social being. It is essential to promote conducts that integrate values and good practices in the academic field in general, through initiatives that mitigate scientific dishonesty. The objectives were: to know the conceptions of graduate nursing students about integrity in research; to analyze the knowledge of graduate nursing students about research misconduct. A qualitative, exploratory and descriptive research was carried out with 40 students selected by non- probabilistic sampling for convenience, from a Postgraduate Program in Nursing at a Public University in Southern Brazil, in October 2020. The semi-structured interview was chosen as the method of collection, using a synchronous tool for real-time communication, and the transcripts of the interviews were analyzed based on the assumptions of the Textual Discursive Analysis. Observations and legal determinations of Resolution 510/16, which regulate research in Human and Social Sciences, were approved, with approval by the Research Ethics Committee (CAAE: 37123020.6.0000.5324). The results were presented in the form of two articles, entitled: Nursing graduate students 'conceptions about scientific integrity and Graduate nursing students' knowledge about research misconduct. As a result of the first article, two categories emerged: the ethical dimension of research; and implications of academic productivism for scientific integrity. Such categories portray scientific integrity in a solid and intrinsically related way to the ethical supporting elements that constitute it, as well as the nuances of productivism and its impacts on integrity. As a result of the second article, two categories emerged: scientific integrity versus misconduct: determining factors; and types and definitions of misconduct. It was possible to show that graduate students have a cohesive knowledge related to the severity of inappropriate behavior in scientific research and highlight the figure of the advisor as essential for the perpetuation of good science practices. It is concluded that it is necessary to transversalize crystalline practices in all areas of science production, so that knowledge is perpetuated in constant harmony with integrity and its representations to the community.

Descriptors: Nursing students. Research ethics. Scientific misconduct. Nursing research. Graduate Nursing Education.

RESUMEN

DA SILVA STIGGER, Danubia Andressa. **Integridad científica y mala conducta investigadora**: concepciones de los estudiantes graduados de enfermería. 2020. 118f. Tesis de Maestría - Escuela de Enfermería. Programa de Posgrado en Enfermería, Universidad Federal de Rio Grande, Rio Grande.

La fusión entre ética e investigación atraviesa cuestiones triviales y, además, engloba un universo de conductas y comportamientos en el contenido de la producción científica en todas sus fases. Así, las conductas y acciones que involucran conductas investigativas inconsistentes, negligentes o irresponsables van más allá de las barreras de la individualidad e implican pérdidas para el colectivo, lesionando sustancialmente el compromiso social, primacía de la conducta ética en la ciencia. Se destacó la relevancia de los espacios educativos, permeando principios éticos además de las normativas burocráticas que demandan las actividades académicas, contribuyendo al desempeño del alumno como ser humano y social. Es fundamental promover conductas que integren valores y buenas prácticas en el ámbito académico en general, a través de iniciativas que mitiguen la deshonestidad científica. Los objetivos fueron: conocer las concepciones de los estudiantes graduados de enfermería sobre la integridad en la investigación; analizar el conocimiento de los estudiantes de posgrado en enfermería sobre la mala conducta en la investigación. Se realizó una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva con 40 estudiantes seleccionados por muestreo no probabilístico por conveniencia, de un Programa de Posgrado en Enfermería de una Universidad Pública del Sur de Brasil, en octubre de 2020. Se eligió la entrevista semiestructurada como método de recolección, utilizando una herramienta sincrónica para la comunicación en tiempo real, y se analizaron las transcripciones de las entrevistas con base en los supuestos del Análisis Textual Discursivo. Se aprobaron las observaciones y determinaciones legales de la Resolución 510/16, que reguló la investigación en Ciencias Humanas y Sociales, con aprobación del Comité de Ética en Investigación (CAAE: 37123020.6.0000.5324). Los resultados se presentaron en forma de dos artículos, titulados: concepciones de los estudiantes de posgrado de enfermería sobre la integridad científica y conocimiento de los estudiantes de posgrado de enfermería sobre la mala conducta investigadora. Como resultado del primer artículo, surgieron dos categorías: la dimensión ética de la investigación; e implicaciones del productivismo académico para la integridad científica. Dichas categorías retratan la integridad científica de una manera sólida e intrínsecamente relacionada con los elementos de apoyo éticos que la constituyen, así como los matices del productivismo y sus impactos en la integridad. Como resultado del segundo artículo, surgieron dos categorías: integridad científica versus mala conducta: factores determinantes; y tipos y definiciones de mala conducta. Se pudo demostrar que los estudiantes de posgrado tienen un conocimiento cohesionado relacionado con la gravedad de la conducta inapropiada en la investigación científica y resaltar la figura del asesor como fundamental para la perpetuación de las buenas prácticas científicas. Se concluye que es necesario transversalizar las prácticas cristalinas en todos los ámbitos de la producción científica, para que el conocimiento se perpetúe en constante armonía con la integridad y sus representaciones a la comunidad.

Descriptor: Estudiantes de enfermería. Ética de la investigación. Mala conducta científica. Investigación en enfermería. Educación de Postgrado en Enfermería.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
Objetivos.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2.1 ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA.....	17
2.2 INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA: por que precisamos falar sobre isso?..	25
2.2.1 DESONESTIDADE CIENTÍFICA NA PRÁTICA DA PESQUISA.....	31
3 METODOLOGIA.....	44
3.1 Tipo de estudo.....	45
3.2 Pesquisador.....	45
3.3 Local do estudo.....	46
3.4 Participantes da pesquisa.....	47
3.5 Coleta dos dados.....	48
3.6 Análise dos dados.....	49
3.7 Aspectos éticos.....	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	52
4.1 ARTIGO I.....	53
4.2 ARTIGO II.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A	111
APÊNDICE B.....	112
APÊNDICE C	113
APÊNDICE D.....	115
ANEXO A.....	117

1 INTRODUÇÃO

A fusão entre a ética e a pesquisa qualitativa perpassa as questões triviais, restritamente relacionadas ao cumprimento de burocracias ou termos consensuais e, para além disso, engloba, um universo de condutas e comportamentos no teor da produção de ciência em todas as suas fases. Reafirma assim, a premissa da investigação em saúde, permitindo ao pesquisador realizar reflexões consistentes, que perpassam a disciplina desde a escolha textual até o compartilhamento dos resultados e das visões de mundo projetadas (CASTRO E SILVA et al., 2012).

Salienta-se os alicerces funcionais que compõe as relações entre investigador e investigado primando pelo respeito mútuo, liberdade e compromisso firmado pelas responsabilidades entre ambos. Para tanto, reitera-se que esse princípio deve orientar as práticas científicas para que as produções sejam compatíveis a estas direções (CASTRO E SILVA et al., 2012).

Não obstante, torna-se fundamental salientar que a exploração da ética no que tange as questões relacionadas a vida, ultrapassou os paradigmas restritos as relações interpessoais (AZEVEDO, 2008) e a partir de 1970, com a bioética, expandiu para a responsabilidade inerente às condutas e comportamentos, ampliando os limites representativos nesse contexto (SCHIMTZ et al., 2012).

Todavia, foi a partir do código de Nuremberg, criado e implementado frente a perplexidade das práticas nazistas, cometidas supostamente em prol da prosperidade científica (KOTTOW, 2008), que se deu a partida para uma cascata de acontecimentos refletidos por uma batalha atemporal visando a perpetuação do respeito à vida humana concomitantemente ao progresso da ciência (THORNTON; TANDON, 2018; SHUSTER, 2018).

Entre os fatos históricos pertinentes a essas questões, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (ONU, 1948) (CHIMENTÃO; REIS, 2019); a Declaração de Helsinque em 1964, acentuando a importância da autonomia dos sujeitos envolvidos nas pesquisas (KOTTOW, 2008); e o Relatório de Belmont em 1979, fortalecendo os debates (ADASHI; WALTERS; MENIKOFF, 2018) culminando com a atualização de Helsinque nos anos 2000 (KOTTOW, 2008) e, especialmente, no Brasil, a aprovação da Resolução 196/1996, sobre a diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996).

Atualmente no Brasil, a Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012) normatiza a prática da pesquisa com seres humanos, contemplando a essência ética dos componentes internacionais supracitados (CHIMENTÃO; REIS, 2019) e a Resolução nº 510/2016 trata das especificidades éticas das pesquisas que utilizam metodologias advindas da área das ciências humanas e sociais (BRASIL, 2016).

Assim, a interpretação e a disseminação do conhecimento também foram remodeladas e paulatinamente, a produção científica tornou-se espelhada à métricas quantitativas que remetem, diretamente o protagonismo do cientista para a sociedade bem como para o meio acadêmico (ROCHA et al., 2012). Destaca-se que a incipiência da ética no manejo científico reflete de forma obscura para o cientista em prejuízo absoluto para o desenvolvimento social, vinculado intrinsecamente aos produtos emergentes da ciência e ao que ela representa (SEVERINO, 2017).

Desse modo, compreende-se que as dimensões éticas que envolvem os processos tangentes as pesquisas científicas, em especial as qualitativas, são multidimensionais e perpassam questões simplesmente normativas (CASTRO E SILVA et al., 2012; CHIMENTÃO; REIS, 2019). A ética engloba comportamentos, pensamentos e responsabilidades com os participantes bem como pelo produto destinado a sociedade, e no que remete a saúde, os benefícios e ou malefícios condicionados à atuação dos pesquisadores, oferecidos a população de forma global (CASTRO E SILVA et al., 2012). Nesse sentido, a ética em pesquisa expande-se para a compreensão acerca da integridade científica visto que se remete também a uma prática cristalina nos processos de produção e condução da ciência (KOTTOW, 2008).

A definição do termo integridade tem seus primórdios do latim *integritas* (*integritas, atis*), associado intrinsecamente ao dicionário de língua portuguesa através das palavras que expressam compreensões relativas a ser pleno, completo, bem como não ter sido submetido a manipulações, inferindo-se assim um vislumbre de honradez e retidão. A compreensão é vinculada às características de uma existência física inalterada, todavia permite a alusão no que tange aos vínculos abstratos da moralidade e da austeridade relacionados aos termos mencionados acima, adquirindo características de proteção ou resguardo em detrimento de intervenções extrínsecas que venham a causar prejuízo (NEVES, 2018; COX et al., 2017).

O conceito metafísico perpassa a natureza do ser humano, integrando aspectos psicológicos inerentes às questões da moralidade, associando dimensões de cunho particular e na coletividade, envolvendo também o meio profissional. De forma complexa e polissêmica, a

definição de integridade transpassa o meio material e perpetua-se nos campos abstratos convergentes à estados de ser e situações (NEVES, 2018; COX et al., 2017).

Ao mencionar-se integridade na ciência, facilmente correlaciona-se a valores que integram a investigação científica, garantindo uma produção de conhecimento isenta de desonestidades que reproduza resultados eficazes. Assim, aspectos morais que convergem com resultados íntegros, exatos e transparentes são características fundamentais para pesquisadores e profissionais que estejam envolvidos no âmbito da saúde (GOULART et al., 2018). Para Simões (2018), a mesclagem equivocada das terminologias, por vezes equiparadas, ética na pesquisa e integridade científica, culmina no desenvolvimento de eufemismos no que se tange a responsabilidade complexa que envolve a ética na sua conotação universal.

Para Cassimiro et al. (2017), o termo integridade da pesquisa ou conduta responsável na pesquisa partiu de organizações científicas de representatividade institucional perpassando processos investigativos de natureza multidisciplinar, remetendo-se intrinsecamente para a ética inerente à profissão, acoplada às responsabilidades individuais.

Nesse contexto, ao analisar achados literários, depara-se com o termo “má conduta” que com frequência vem associado ao corrompimento das práticas científicas de uma forma generalista, sob uma ótica global que contempla a bioética e a ética que envolve a interação com todos os seres vivos. Todavia, a compreensão do significado da palavra relaciona-se à deturpação das práticas científicas inerentes ao teor metodológico da pesquisa e ao que ele se integra, ou seja, a normatização que compõe a integridade na produção de conhecimento (OLIVEIRA, 2015).

Relaciona-se à estas questões a crescente onda de preocupações com a integridade científica e, enfatiza-se a existência de intensos debates, destacando as divergências da multifacetada interpretação desse conceito. Nesse sentido, torna-se inquietante o fato de que a compreensão de integridade se distancia cada vez mais entre a comunidade científica e quem elabora políticas e normatizações de integridade a nível macro, visto que nesse último a integridade está sendo remetida com frequência ao termo “má conduta”, em um sentido de oposição (HORBACH; HALFFMAN, 2017).

Assim a integridade burocrática e fútil distante da realidade dos pesquisadores pode constituir-se de um empecilho visto que sua aplicabilidade pode ser obsoleta e inadequada. Dessa forma, o entendimento da integridade está vinculado a objetivos comuns, a propagação de um conhecimento honesto e cristalino envolvendo o âmbito científico e todos que a eles se relacionam. Assim, a convergência sólida dessas compreensões pode auxiliar na perpetuação

de uma ciência de qualidade. Entretanto, alguns aspectos não tão óbvios emergem, como a relação de integridade com o indivíduo e o paradoxo entre o dever no que tange ao cumprimento de normatizações institucionalizadas em contrapartida aos anseios e metas particulares (HORBACH; HALFFMAN, 2017).

De acordo com o código de prática e procedimento da Universidade de Oxford, má conduta na pesquisa compele ações concretas ou tendenciosas que venham a propagar a irresponsabilidade, omissão, imprudência, bem como conduções fraudulentas no percurso das investigações, de forma direta ou indireta. A esta definição inclui-se omissão ou indiferença ao cumprimento de protocolos éticos conhecidos em prejuízo a vida e ao meio em que se vive (OXFORD, 2018).

Deste modo, podem ser amplamente associadas à perpetuação de um conhecimento livre de práticas prejudiciais que podem potencialmente intervir nos produtos da ciência que emergem dos processos investigativos. A geração de conhecimento de forma cristalina e o repúdio às possibilidades de corrupção integram a práxis da integridade na ciência (GOULART et al., 2018; SCHIMTZ et al., 2012). Considera-se de suma importância a compreensão da interrelação entre os termos e seus significados, visto que esse prejuízo é representado parcialmente por desonestidades científicas equivalentes ao plágio, falsificação de dados, engano e adulteração, entre outras. Para Oliveira (2015), elas constituem-se de variantes da má conduta em pesquisa.

Nesse contexto, define-se como plágio o ato de apropriar-se do produto intelectual de outrem sem destinar os devidos direitos, sobressaindo sobre este, ilusoriamente, créditos indevidos. Salienta-se que o plágio além de contemplar cópias superficiais fidedignas engloba também a usurpação da mensagem central (ROIG, 2012; ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2013; NEIVA DE SOUSA et al., 2016).

Assim, o plágio engloba várias modalidades, podendo ser caracterizado quando a transcrição do texto é realizada de forma total, mas sem citação da fonte, bem como constituído da cópia da mensagem original para elaboração de outra interpretação, da mesma forma quando o suposto autor toma para si uma teoria que não lhe é de direito (PANTER, 2016; SILVA, 2008).

Além do plágio, ressalta-se a falsificação de dados em pesquisas experimentais, bem como a inverídica divulgação de magnitude e abrangência do estudo. Dessa forma, as desonestidades nas investigações científicas ultrapassam componentes superficiais contemplando particularidades de múltiplas dimensões. Ademais, incluem-se nessa categoria as submissões que consistem no uso repetido e inapropriado de trabalhos que já foram

submetidos em eventos anteriores, não obstante, discretas modificações também fazem parte dessa categoria (NEIVA DE SOUSA et al., 2016).

Menciona-se alguns comportamentos que aparentemente inofensivos, são inseridos no conjunto de comportamentos acadêmicos inapropriados, como: Engano e adulteração, trabalhos compartilhados sem a devida distribuição e participação justa nas tarefas solicitadas, dissimulação e anuência com as inverdades com a finalidade de proveito individual, utilização desonesta de patrimônio público, entre outros (NEIVA DE SOUSA et al., 2016).

Dessa forma, entende-se que uma análise criteriosa do material científico a ser divulgado por parte do autor, no que se refere as limitações do estudo, também se constitui como um critério de extrema importância, refletindo o compromisso do pesquisador com detalhes que possam influenciar generalizações ou percepções equivocadas, visto que entre as sinalizações de restrição da pesquisa podem estar inclusos vieses das mais variadas naturezas. Assim, atenta-se para a presença tanto de questões que possam envolver os participantes da investigação, quanto aspectos culturais e ou estruturais sob uma ótica desfocada, carente de precisão realista (VARGAS; MANCIA, 2019).

Por conseguinte, destaca-se a relevância dos espaços educacionais nesse contexto, bem como do protagonismo do estudante, perpassando os princípios éticos para além de regulamentações burocráticas demandadas pelas atividades acadêmicas, contribuindo para o desempenho do aluno também como ser humano e social. Dado que, de forma contínua, é fundamental o fomento a condutas que integrem valores e boas práticas no âmbito acadêmico de uma forma geral, por meio de iniciativas que mitiguem as desonestidades científicas (MARTÍNEZ; NEVES, 2018; DENAT; DIKMEN; ARSLAN, 2019).

Em relação ao contexto acadêmico, o aumento constante da produtividade na pesquisa e a qualidade dos trabalhos técnicos cede espaço, exponencialmente, para a quantidade robotizada de publicações (FISCHER et al., 2012; REVERTER MASIÀ, 2012; DE LIMA; VITULLO, 2019). Isto posto, torna-se relevante, análises mais profundas acerca da integridade, envolvendo discussões relativas as inadequações técnico científicas. É de suma importância que esta perspectiva seja explorada de forma consistente, abrangendo não somente os espaços acadêmicos, mas as organizações públicas de forma global (PÁDUA; GUILHEM, 2015; FIOCRUZ, 2019).

Logo, acrescenta-se que a atuação desonesta no âmbito da ciência torna-se potencialmente negativa tanto para os pesquisadores que postergam as reproduções tecnológicas, quanto para a sociedade. Considera-se que os conhecimentos imprecisos não poderão sustentar as bases para elaboração e implementação de medicamentos,

procedimentos, protocolos, legislações e equipamentos. Além disso, a incredibilidade refletida na ciência nesses casos, culmina na depreciação da classe sob uma perspectiva de dúvidas e incertezas (ALLEA, 2018).

Em síntese, apesar do desenvolvimento crescente e da institucionalização de políticas e órgãos em prol das boas práticas na ciência (ALLEA, 2018; SILVA et al., 2018; CASSIMIRO et al., 2017), bem como de práticas fiscalizatórias e normatizadoras implementadas para mitigação de desonestidades em benefício da integridade na ciência no decorrer do tempo, demandas ainda permanecem latentes, sendo necessário atentar-se à perpetuação de debates e discussões pertinentes a temática (STENECK, 2007; SPINOZA, 2019; LE COMITÉ CANADIEN DE L'INTÉGRITÉ DE LA RECHERCHE, 2009; Res. 196/96 –CNS, MS). Salienta-se que a ética na pesquisa contempla a integridade científica no repúdio absoluto às práticas desonestas e não obstante, reitera o compromisso soberano da ciência em benefício da sociedade e da vida (KOTTOW, 2008).

No que tange a enfermagem, o histórico coloca a profissão envolvida ativamente na assistência e no cuidado ao ser humano, sendo indissociável da ética no exercício das práticas profissionais, com reflexos dessa imagem para a condição de pesquisador. Por conseguinte, de forma cada vez mais frequente, os espaços intrínsecos à enfermagem vêm construindo e aperfeiçoando saberes inerentes a elaboração de pesquisas científicas, com a finalidade de solidificar e aperfeiçoar os pesquisadores bem como preparar novos enfermeiros investigadores (KETEFIAN, 2010).

Assim, torna-se fundamental mencionar as particularidades acerca da produção de ciência na enfermagem, considerando que os caminhos que marcaram a construção da profissão determinaram-se de forma significativa com foco na prática laboral, postergando assim um raciocínio crítico reflexivo, primordial para o desenvolvimento do saber enquanto ciência na enfermagem. Acredita-se que o comprometimento dos ambientes educacionais nesse contexto, tanto da graduação quanto da pós-graduação, seja essencial para a construção científica em benefício não apenas da enfermagem, mas do cuidado em saúde de forma articulada e integral (ROESE et al., 2005).

Destaca-se que a produção e a visibilidade do saber científico em enfermagem refletem a importância e o dever da profissão no que tange as implicações sociais. Acrescenta-se que a atenção à formação e desenvolvimento desses profissionais por meio de investigações que contemplem a formação em nível de graduação e pós-graduação, auxilia na remodelagem de ideias e visões, aperfeiçoando as práticas profissionais e consequentemente as formas de exercê-la em benefício da sociedade (PEDRO, 2006).

Todavia, a importância da qualificação cada vez mais sólida é fundamental para que a produção de ciência seja indissociável das regras metodológicas e permitam ao pesquisador apropriação assim como a propagação do conhecimento correto e compatível às necessidades sociais, impulsionando o saber consistente, útil e equiparado aos reflexos da integridade (PEDRO, 2006).

Nesse sentido, ressalta-se a importância de uma aproximação oportuna e indubitavelmente benéfica, entre as iniciativas vinculadas a integridade na ciência que emergem da comunidade científica e as práticas educacionais nos interstícios das universidades. Destaca-se a necessidade de que os pesquisadores e professores e os espaços acadêmicos de forma geral, se apropriem do conhecimento e auxiliem na construção, absorção e multiplicação desse saber científico por meio de mecanismos eficazes e atualizados para controle da má conduta e perpetuação da integridade (VASCONCELOS et al., 2015).

Enfatiza-se que os profissionais de enfermagem fazem parte, de maneira robusta, da força de trabalho que constitui o âmbito da saúde pública. Porém, no que tange as produções científicas essa relação não permite ser equiparada, visto que apesar de crescente, ainda se representa aquém do que poderia ser quando comparado a profissão enquanto prática. Dessa forma, torna-se fundamental que a enfermagem empodere-se do conhecimento de forma mais sólida, conquistando o protagonismo merecido para além das fronteiras do país, reiterando sua importância e consolidando seu espaço também no âmbito científico (MARTINI, 2009).

Porquanto, reitera-se a relevância das universidades nesse contexto, visto que a transposição acima mencionada, estrutura-se como uma movimentação extremamente desafiadora, envolvendo, não somente, a elaboração e a operacionalização de iniciativas que promovam a integridade, mas também na efetivação de engrenagens que auxiliem no manejo frente as irregularidades nas investigações científicas no âmbito educacional, cerne da produção da ciência (VASCONCELOS et al., 2015).

Corroborando com o exposto acima, os espaços de formação em nível de pós-graduação em enfermagem possibilitam que os pesquisadores e estudantes exerçam as práticas científicas no sentido de fortalecer e articular a teoria e a prática, culminando em benefícios para os pacientes. Para tanto, a produção da ciência na enfermagem faz com que os pesquisadores se deparem com a necessidade de uma busca sistemática pelo primor das resultantes investigativas, às vistas de uma produção científica que ultrapasse as fronteiras do país, utilizando-se de bases consistentes e metodologias adequadas que possibilitem a

propagação do conhecimento de modo a contribuir para o progresso científico (REIS et al., 2018).

Outrossim, enfatiza-se a importância de estudos que envolvam a ética e a integridade na ciência no ambiente de formação, fomentando o enriquecimento do conhecimento e possibilitando dessa forma, intervenções para fortalecer a transparência e credibilidade da ciência, o que **justifica** a realização desse estudo. Diante do exposto acima, emergiram as seguintes questões de pesquisa: Quais são as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem acerca da integridade na pesquisa científica? Quais os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa?

Teve-se como **objetivos**: Conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa; analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA: caminhos percorridos nas práticas investigativas

Os primórdios da ciência consideravam tão somente a ética nas interações humanas (AZEVEDO, 2008), e foi somente a partir de 1970 com a exploração da bioética, que a integridade moral transversalizou as questões das relações sociais e emergiu na ciência da responsabilidade ética (SCHIMTZ et al., 2012). Neste contexto, a compreensão de ética na pesquisa pode ser vislumbrada de forma ampla e complexa, visto que não se limita aos códigos profissionais e condutas morais que regulamentam a prática do cientista em si, mas transcende aspectos da ética de forma universal, levando em consideração a vida e tudo que dela faz parte no desenvolvimento da produção científica (SIMÕES, 2018).

Por conseguinte, indissociável do protagonismo do cientista, a ética na pesquisa pode ser relacionada à normatização profissional, previamente estabelecida por regras institucionalizadas, separando de forma transparente o que é certo ou errado sob a luz da práxis investigativa. Entretanto, destaca-se que as movimentações iniciais, envolvendo a temática tiveram início a partir de um dos grandes desastres da humanidade, representado pelo nazismo e nas regulamentações que surgiram com o Código de Nuremberg em 1947 (KOTTOW, 2008), a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (ONU, 1948) e o Relatório de Belmont no ano de 1978 (ADASHI; WALTERS; MENIKOFF, 2018).

Nota-se, a partir destes acontecimentos, o começo de uma luta atemporal pelo respeito a vida no universo da ciência (THORNTON; TANDON, 2018; SHUSTER, 2018). No que tange aos aspectos históricos, torna-se de fundamental importância mencionar o cenário cruel descrito na história como a segunda guerra mundial, que para além de uma disputa de interesses materiais protagonizou uma das mais cruéis intervenções humanas, teoricamente em prol da ciência (THORNTON; TANDON, 2018).

A Alemanha nazista é descrita como uma das mais atroz passagens históricas que não se utilizou de uma medicina inocente. Não obstante, vergonhosamente, a tornou protagonista de um cenário de horrores que rapidamente incorporou os ideais de extermínio étnico aos propósitos de “saúde”, naquele ponto indissociável das práticas absurdamente incoerentes que vitimavam milhares de vidas. Assim, a medicina exercida, em paralelo ao governo, idealizava um mundo no qual as premissas da “limpeza” da raça eram perpetuadas como uma questão primordial de saúde pública, naturalizando e “maquiando” assassinatos e torturas em absoluta indiferença à dignidade e a vida humana (GRECO; WELSH, 2016).

O nazismo teve o apoio consciente da medicina alemã, no período que precedeu a guerra, a classe se envolveu ativamente em um “tratamento” de esterilização coercivo de mais de duzentas mil pessoas consideradas deficientes físicas e mentais. Ademais, atuou e perpetuou de forma sólida, uma política genocida maquiando um extermínio em “massa” daqueles que eram considerados não merecedores da vida, incluindo crianças rotuladas superficialmente com algum transtorno psíquico (GRECO; WELSH, 2016).

Outrossim, os campos de concentração podem ser visualizados como bizarros laboratórios que se utilizava cruelmente de cobaias humanas vistas sob uma perspectiva “inferior” como a finalidade de melhorar performances de guerra, realização de testes farmacológicos, treinamento e experimentação de teorias e habilidades cirúrgicas bem como ensaios pilotos de premissas institucionais que tinham por objetivo a “limpeza” étnica às sombras de um verdadeiro massacre humano (SIERRA, 2011).

Entre os experimentos incluíam-se inoculação de bactérias e patógenos para auxiliar a eficácia de agentes medicamentosos, administração de venenos e testes de avaliação de resistência orgânica diante da exposição a situações radicais e insalubres como privações de alimentos, hidratação e pressurização. Além disso, incluem-se experimentos na tentativa de manipulação genética além da erradicação de milhares de pessoas, fundamentado em uma obsessão insana de purificação racial, sem consentimento, sem direito e sem dignidade (SIERRA, 2011).

A crueldade com que médicos submetiam pessoas a procedimentos em benefício das pesquisas e contra sua vontade, resultou após o julgamento de Nuremberg, no primeiro código de ética em pesquisa (THORNTON; TANDON, 2018), reafirmando para a humanidade que existem limites que nem mesmo a ciência pode ultrapassar. Apesar de sua indiscutível relevância, com o crescente desenvolvimento das pesquisas e o avanço intelectual, percebeu-se que era indeclinável a elaboração de orientações mais abrangentes relacionadas a questão visto que os benefícios da pesquisa não podem sobrepor a preservação do respeito à vida e da ciência responsável (KOTTOW, 2008).

Entretanto, o código de Nuremberg, passou a ter uma efetividade mais branda e não foi suficiente para atender as necessidades estruturais que surgiam à medida que a ciência avançava. Assim, a associação médica mundial (AMM) auxiliou na elaboração de uma política e um código de conduta configurando-se como um norteador para os cientistas frente as pesquisas com seres humanos (KOTTOW, 2008).

Essa movimentação culminou na Declaração de Helsinque em 1964, que acentuou uma perspectiva de restrição da liberdade no exercício da pesquisa, por parte dos cientistas,

visto que era necessário, primordialmente, respeitar consentimentos por parte dos sujeitos envolvidos, inclusive direitos de indivíduos que não poderiam exercer plena autonomia, como crianças e doentes mentais, o que limitou investigações e desagradou pesquisadores (KOTTOW, 2008).

Neste ínterim, a gênese da reflexão ética principialista deu-se com a preocupação pública acerca do controle social da pesquisa em seres humanos, a qual exigia uma regulamentação ética devido, principalmente três situações: 1) aplicação de células cancerígenas em pacientes idosos e vulneráveis no ano de 1963, no Hospital Israelita de doenças crônicas em Nova York. 2) inoculação da hepatite viral em crianças com déficits intelectuais em um espaço temporal contínuo de 20 anos, especificamente entre 1950 e 1970, na Instituição hospitalar de Willorbrook, Nova York. 3) o caso de Tuskegee no Alabama (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

No bojo dessas inadequações éticas, em 1974, foi constituída a Comissão Nacional para a proteção dos seres humanos da pesquisa biomédica e comportamental, a qual considerou os códigos de difícil operacionalização publicando após 4 anos de estudos o Relatório Belmont, o qual ocasionou grande impacto na comunidade médico-científica (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

Dessa forma, ressalta-se que as práticas antiéticas não ficaram restritas a Alemanha nazista, muitos casos igualmente indignos e desumanos foram desvelados em várias partes do mundo (GILES et al., 1969; SIEGEL-ITZKOVICH, 2006). Entre eles, enfatiza-se o caso do Alabama, em Tuskegee no período compreendido de 1932 a 1972 (OLANSKY et al., 1954; SCHUMAN et al., 1955; ROCKWELL et al., 1964; CALDWELL et al., 1972).

No caso Tuskegee, o objetivo era analisar os efeitos da sífilis no organismo humano observando suas consequências diante da ausência de tratamento e identificar as fases bem como a eficácia das medicações disponíveis na época. Para tanto, foram recrutados 399 homens negros equiparados a um quantitativo de homens teoricamente saudáveis. Porém mesmo após a descoberta de uma medicação altamente eficaz, a penicilina aproximadamente dez anos após o início da pesquisa (MAHONEY; ARNOLD; HARRIS, 1943), os estudos permaneceram em curso, resultando em óbitos e sequelas para centenas de pessoas (SIERRA, 2011).

Contudo, em 1978 o Relatório de Belmont instigou intensos debates, o que contribuiu para a atualização da Declaração de Helsinque nos anos 2000. Tanto um como o outro estimulou a criação de departamentos que explorassem com mais afinco os cenários que envolvessem a pesquisa com seres humanos, contribuindo para a organização posterior dos

comitês de ética em pesquisa, essenciais para a regulação dos princípios que envolvem o envolvimento da vida em prol da ciência (KOTTOW, 2008; ADASHI; WALTERS; MENIKOFF, 2018).

A Comissão Nacional para a proteção dos seres humanos propôs ainda, um método que se baseava em três princípios éticos, tanto para dar conta dos aspectos relacionados a pesquisa com seres humanos, quanto para as reflexões que envolvem a Bioética de modo geral (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

Deste modo, Beauchamp e Childress (2002) propuseram em 1979, os princípios da ética biomédica a partir de 4 princípios: o respeito à autonomia, a beneficência, a não maleficência e a justiça, os quais tiveram grande influência tanto no campo das pesquisas em seres humanos, quanto nas análises clínicas que envolvem a bioética.

Corroborando, aspectos importantes são considerados pelo Relatório de Belmont, que permeiam um caminho tênue e indissociável da ética na pesquisa e da bioética envolvendo os seres humanos. Salienta-se o respeito à autonomia, o respeito ao direito da livre escolha convergente aos estudos científicos, bem como os deveres da ciência, substancializado pela obrigação de prover benefícios para os sujeitos e para a sociedade, mitigando consideravelmente os riscos inerentes, levando em consideração os ideais da justiça e reflexos da equidade (FRIESEN et al., 2017).

Diante disso, ressalta-se que o desenvolvimento científico, a partir do século XX, atingiu intensidades investigativas acentuadas, e nesse momento tornou-se necessário estabelecer-se regras levando em consideração que as pesquisas também poderiam culminar em prejuízos para os participantes, principalmente naqueles estudos focados na saúde nos quais os efeitos maléficos poderiam incluir danos irreversíveis ou, até mesmo, o óbito. Entretanto, identificou-se uma oposição significativa dos pesquisadores na implementação de medidas que atendessem tais finalidades, muito embora debates éticos estivessem, desde algum tempo, inseridos em questões relacionados ao uso de corpos humanos ou não para os estudos científicos (KOTTOW, 2008).

No Brasil, foi regulamentada a Resolução 196/96 tendo por base importantes documentos que emergiram em contexto mundial entre eles o código de Nuremberg (1947); e a declaração de Helsinque (1964); o Relatório Belmont (1978) e os Princípios da Ética Biomédica (1979). Essa resolução abrange princípios básicos primordiais no que tange a inclusão de seres humanos como sujeitos de pesquisa levando em consideração as especificidades que envolvem o cumprimento das regras permeando o respeito e a ética em todas as fases, inclusive a benevolência social coletiva que advém da sua realização

(BRASIL, 1996). Em 2012, a resolução 196/ 96 foi revogada, entrando em vigor a resolução 466/12.

De acordo com a Resolução 466/12, em vigência atualmente, a ética na pesquisa engloba questões que ultrapassam o cumprimento de formalidades, exigindo, portanto, um olhar amplo e multidimensional para as diversas faces que envolvem pesquisa com seres humanos e principalmente seus impactos, ou seja, as consequências do produto da ciência para as transformações e o desenvolvimento social (BRASIL, 2012).

Dessa forma, contempla preocupações e padroniza condutas apropriadas na condução das pesquisas, garantindo respeito absoluto a vida humana, o meio que se vive e suas particularidades. Cabe destacar que a Resolução 466/12 proporciona importantes reflexões acerca das terminologias sujeito e participante. A alteração dos termos firma o compromisso entre pesquisador e pesquisado e reitera que o sujeito da pesquisa é na verdade o participante que atua e interage, tornando-se parte dela (BRASIL, 2012).

Ainda, a Resolução 510/2016, implementada em 2016, emerge para regulamentar a ética na pesquisa com seres humanos na área das investigações humanas e sociais, levando em consideração a transversalização da ética inerente ao histórico da humanidade e seus feitos, sendo, portanto, indissociável das pesquisas afins. (BRASIL, 2016). Apesar de tanto a Resolução 466/2012 quanto a 510/2016 divergirem na prática em relação a utilização pela natureza disciplinar, elas tendem a se fundir na sua complementaridade conforme previsto pelo capítulo VIII Art. 32 (SIMÕES, 2018).

Assim, ressalta-se que a amplitude da ética, intrinsecamente conectada ao cotidiano subjetivo de cada indivíduo, carregado de crenças, valores e julgamentos, perpassa questões simplistas e engloba de forma equiparada também a atuação no meio da ciência. Outrossim, as percepções acerca dos desajustes nas investigações científicas, impactam não somente em encontros formais permeados por debates filosóficos, mas também nas mais variadas organizações, ecoando nos interstícios da sociedade de forma global (SEVERINO, 2017).

Acrescenta-se que o manejo do conhecimento e sua aplicação em prol da humanidade constitui-se de um instrumento de grande importância e representa um avanço para todos. Todavia a contaminação das práticas científicas através de condutas inapropriadas e informações inverídicas ferem a autonomia do cientista, bem como os propósitos da ciência e o desenvolvimento da sociedade em detrimento de toda uma população (SEVERINO, 2017).

Destarte, retomando o contexto histórico, em 1984, um grupo de cientistas da Universidade de Uppsala, apresentou um código de ética, fruto de reuniões sistemáticas de natureza multidisciplinar com foco notável nas preocupações que os impactos científicos

poderiam causar à sociedade, quando operacionalizados de forma equívoca, imprecisa e antiética (GUSTAFSSON et al., 1984). O Código *The Uppsala e code of Ethics of Scientists* foi criado com o intuito de que os pesquisadores tivessem uma ferramenta que os auxiliassem na avaliação de condutas impactando na organização das pesquisas (ANTUNES et al., 2011).

Já em 2001, o Departamento de ética da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional para a ciência elaboraram o *Standarts for Ethics and responsibility in Science*, que contempla aspectos individuais na condução das pesquisas bem como aqueles que se relacionam a comunidade acadêmica de forma global. Este último aborda elementos relacionados as reponsabilidades sociais envolvendo o meio ambiente, sustentabilidade, desenvolvimento, respeito a vida e dignidade humana assim como a paz e a autonomia na ciência (ANTUNES et al., 2011).

Isto posto, destaca-se que a necessidade da disseminação do conhecimento e da divulgação da ciência produzida, permeia o cotidiano dos pesquisadores desde os tempos antigos. Todavia, os processos de veiculação do material científico construído sofreram alterações ao longo dos anos, principalmente porque evoluíram tão somente da aceitação e reafirmação entre os pares para uma atuação consistente e precisa, alavancando interesses e subsidiando bases para as necessidades da contemporaneidade (ROCHA et al., 2012).

Em meados do século XX, essa transformação foi consolidada e a divulgação dos produtos das pesquisas para além das relações sociais entre os pares, passou a constituir-se de um mecanismo estatístico, atribuindo valor por meio de prestígio dos pesquisadores e somatórios publicados, estreitando as relações com as instituições pertinentes bem como na aquisição de fomentos financeiros as pesquisas (ROCHA et al., 2012).

Por conseguinte, as contribuições da ciência para o desenvolvimento da humanidade são inegáveis, aos poucos desenvolveram-se métodos específicos para operacionalizar os recursos disponíveis, e institucionalizaram-se mecanismos que contribuíram e contribuem de forma ascendente em benefício da população (SEVERINO, 2017). Nesse ínterim, destaca-se que a influência e o determinismo da ética na elaboração de material científico configuram-se como fundamentais na atualidade. Entretanto, apesar de extremamente importante, os discursos teóricos sobrepõem-se a prática, emergindo abismos entre a práxis desejada e o que de fato é feito (OUTOMURO, 2004).

Assim, torna-se fundamental que os responsáveis para realizar as pesquisas sejam devidamente treinados culminando em processos mais qualificados revertidos de forma benéfica e eficaz para a população. Nesse sentido, enfatiza-se a relevância de treinamentos consistentes para os investigadores, ampliando compreensões acerca da implementação

prática da ética em pesquisas clínicas, materializado através de uma estratégia de capacitação que integra aspectos fundamentais para as pesquisas clínicas e translacionais. Dessa forma, pesquisadores e técnicos envolvidos podem implementar investigações éticas eficazes bem como, perpetuar e transmitir o conhecimento para os futuros profissionais, sob uma perspectiva benevolente de forma global (THORNTON; TANDON, 2018; ARNOLD et al., 2018).

Todavia, divergências práticas e teóricas entre a ética profissional e a ética em pesquisa, evidenciam intensas discussões e controvérsias entre os cientistas permeando uma linha tênue e perigosa entre a defesa da bioética, a integridade dos pesquisadores e grandes representações institucionais (KOTTOW, 2008). Na iminência de uma falha ética profissional, ciência e organização empresarial podem se fundir na busca de objetivos comuns, atropelando com frequência as boas práticas tão necessárias para a ciência (SCHAFER 2004, 2007).

Sobre os impactos das condutas científicas antiéticas nas sociedades afirma-se que:

[..] o papel da ciência consiste em produzir novos conhecimentos, e que esses conhecimentos sejam devolvidos à população, quer subsidiando a formulação de políticas públicas, pelo descobrimento de novos recursos, técnicas ou métodos terapêuticos, quer entre tantas outras formas de devolver o produto do trabalho dos pesquisadores à comunidade, de modo que as desonestidades científicas refletem em todo o conjunto que abrange as comunidades científicas, até a população em geral, além de constituir ato espúrio perante a legislação do país (SILVA- SANTOS et.al., 2017, p. 64).

Já em relação a ética na pesquisa no ambiente de formação de nível superior na atualidade, Heyneman (2011), salienta que uma porcentagem considerável de estudantes, nos Estados Unidos da América (EUA) e Croácia, são sensíveis as questões ligadas aos desvios éticos na academia, entretanto, constatam-se que alguns alunos não se sentem incomodados frente a uma conduta antiética.

Na sequência, destaca-se um estudo realizado com 581 estudantes de graduação em enfermagem na Coreia do Sul, intermediada por uma entrevista estruturada que explora elementos genéricos da percepção ética na academia, vinculado a comportamentos de uma forma geral. A pesquisa constatou um nível maior de consciência ética nos homens e nos estudantes que cursam o primeiro ano da graduação. Além disso, fatores estressores ou associados a insatisfação com a enfermagem também se tornaram evidentes visto que quanto menor a insatisfação mais consciência ética acadêmica foi relacionada (CHO; HWANG, 2017).

Ademais, uma pesquisa realizada na China, no espaço temporal de outubro de 2014 a março de 2015, explorou de forma acentuada a visão de professores e enfermeiros assistenciais, envolvidos na pesquisa em enfermagem acerca da prospecção da ética na pesquisa. De acordo com o estudo as percepções referentes a ética na pesquisa na China divergem das normatizações ocidentais visto que os pesquisadores, neste estudo, demonstraram pouca informação sobre a importância do rigor ético nas investigações científicas e sua aplicação. Ressalta-se que embora existam diretrizes internacionais sobre a ética na pesquisa científica, muitos deles não possuíam conhecimento adequado, tampouco treinamentos consistentes para que a teoria possa ser aplicada na prática da enfermagem (GU et al., 2017).

Ainda nesse contexto, destaca-se um estudo realizado na Turquia com 132 enfermeiros e acadêmicos que verificou como fatores positivos a existência de uma percepção convergente da necessidade de boas práticas relacionadas à pesquisa, na relação com os colegas e principalmente diante da responsabilidade advinda do compromisso com a sociedade. Ressalta-se que uma tendência maior de conscientização foi observada entre os professores enfermeiros, o que culmina em perspectivas positivas relacionadas a formação educacional dos alunos, permeando a ética transversal desde o início da vida acadêmica. Reitera-se a importância de estudos que contemplem o tema, visto que iniciativas dessa natureza favorecem um ambiente de discussões profundas, o que de fato, implica significativamente para a perpetuação da ética no âmbito científico (DENAT; DIKMEN; ARSLAN, 2019).

Nessa perspectiva, desvios éticos em pesquisa impactam substancialmente os resultados da ciência para a sociedade, sendo de suma relevância a abordagem dessas questões no meio acadêmico em saúde contribuindo para a formação de cientistas que contemplem a ética na pesquisa em todos os sentidos (SCHIMTZ et al., 2012; ROCHA et al., 2012).

Para Padilha et al. (2005), a ética na pesquisa torna-se transversal, representada pela figura do cientista e seu protagonismo frente ao conhecimento construído e replicado. Assim, comportamentos e ações que envolvam condutas investigativas inconsistentes, negligentes ou irresponsáveis ultrapassam as barreiras da individualidade e implicam em prejuízos ao coletivo, ferindo substancialmente o compromisso social, primado pela conduta ética na ciência.

2.2 INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA: por que precisamos falar sobre isso?

Integridade na pesquisa abrange um rol de comportamentos que contemplam a condução da investigação sob uma perspectiva que ressalta o propósito e a responsabilidade do cientista enquanto profissional, visando a produção e articulação do conhecimento de forma isenta para o benefício da coletividade (SANTOS, 2017; SIMÕES, 2018).

Torna-se relevante nesse contexto a menção do paradoxo, descrito pelo código do Comitê Canadense de Integridade na Pesquisa (*État des politiques sur l'intégrité et l'inconduite en recherche au canada*, 2009), envolvendo as dimensões da ética e as dimensões da integridade científica. Assim, enquanto a primeira é direcionada de maneira a garantir as conexões da conduta investigativa com as normativas éticas vigentes e aceitas socialmente, a segunda refere-se a valores morais que perpassam as questões burocráticas e normativas como comportamentos, atitudes, valores, condutas, honestidade, transcendendo a ética de forma dinâmica na integralidade dos processos de elaboração da pesquisa (RUSSO, 2014).

Acerca da integridade científica, considera-se que:

[...] a investigação científica é um sinônimo de prosperidade e avanços da humanidade. Portanto, a integridade dos trabalhos deve ser respeitada e tratada com responsabilidade ética, com o objetivo de jamais permitir que a ciência seja corrompida. A ciência deve ser imparcial, pois é nela que se deposita toda a credibilidade do conhecimento. (AZNAR et al., 2017, p.37).

Para Neves (2018), a integridade científica envolve o cumprimento de normas padronizadas inerentes aos processos de construção, análise e divulgação de estudos, subsidiado por condutas éticas e morais em todas as fases da investigação. Envolve também a atuação transparente do pesquisador, respeitando a autonomia e responsabilizando-se com a veracidade das informações coletadas e desfechos atingidos. Relaciona-se também comportamentos eticamente aceitáveis permeando a neutralidade frente a conflito de interesses.

Destarte, as inquietações relacionadas as más práticas em pesquisa são relativamente novas. Em 1992, foi fundado o *Office of Research Integrity* (ORI) nos Estados Unidos da América (EUA), tendo por objetivo explorar as questões relacionadas as desonestidades científicas (AZEVEDO, 2006; STENECK, 2007; KARCZ, PAPADAKOS, 2011; RUSSO, 2014). A criação do ORI partiu da necessidade de transformações e possibilitou o desenvolvimento de estudos contemplando a integridade científica e o incentivo à ciência de

qualidade, levando em consideração o crescente número de casos de práticas desonestas no âmbito científico nos EUA, englobando entidades e nomes de alto renome do universo acadêmico (STENECK, 2007; RUSSO, 2014).

Por conseguinte, a gravidade da situação incentivou outros países a implementarem medidas que mitigassem e controlassem as práticas predatórias que estavam obscuras até então. Nesse sentido, em 1997, o Reino Unido organizou e operacionalizou o Comitê de Ética em Publicações (*Committee on Publication Ethics — COPE*), que exerce um protagonismo importante no combate a ciência desonesta (AZEVEDO, 2006; SIMÕES, 2018). O órgão, composto por editores de periódicos de conteúdo médico, além de assessorias relacionadas ao assunto, auxilia na fiscalização do cumprimento do regimento de conduta do comitê e na perpetuação das lutas, apoiando em todo o Reino Unido e em eventos globais, as boas práticas na pesquisa em prol da integridade científica em todo o mundo (SMITH, 1998).

Destaca-se que no Brasil o primeiro documento formal relativo as questões éticas envolvendo a pesquisa com seres humanos é representado pela Resolução 196/96 e suas revogações, oriunda da resolução 01/88 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Entretanto, torna-se fundamental mencionar a Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, consideravelmente importante para a produção e liberação da primeira declaração escrita que antecedeu a Resolução 196/96, contendo recomendações subsidiadas pelas diretrizes globalmente reconhecidas que emergiram de documentos como o código de Nuremberg e a Declaração de Helsinque (SCHLEMPER JUNIOR, 2009).

Dessa forma, o código dos direitos da comunidade, validado em 1986, constitui-se de prerrogativas essenciais acerca das pesquisas envolvendo seres humanos, ressaltando a necessidade de um olhar minucioso para os países cujas populações apresentam-se extremamente vulneráveis por razões das mais variadas naturezas, integrando uma matriz fértil para a realização das pesquisas científicas (SCHLEMPER JUNIOR, 2009).

Assim, o código dos direitos da comunidade, considerando a fragilidade dos indivíduos principalmente em nações em desenvolvimento, inclusive nas questões relacionadas a autonomia e aos direitos individuais, entende por primordial o respeito a vida e a dignidade humana, indubitavelmente soberanas aos interesses da ciência (SCHLEMPER JUNIOR, 2009).

Todavia, a implementação da resolução 196 em 1996 pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 1996), de forma positiva embora não muito eficaz, marcou o início de uma consciência acerca da preservação das boas práticas científicas, incluindo a responsabilidades com o produto e com os sujeitos participantes da investigação.

Concomitante, determinou-se como competência do Comitê de ética e pesquisa o acompanhamento dos projetos e atuação consistente frente a constatação de irregularidades científicas país (AZEVEDO, 2008; SILVA et al., 2018; ESPÍRITO-SANTO; MARENGO, 2019).

Merece destaque, nesse contexto, que a temática envolvendo a integridade científica estreou o primeiro evento em Lisboa, Portugal no ano de 2007 (*World Conference on Research Integrity in Lisbon, Portugal*). O objetivo era conscientizar a comunidade intelectual bem como editores, acerca da importância da produção legítima de ciência por meio de boas práticas pautadas na responsabilidade, na ética e na moralidade na pesquisa (RUSSO, 2014).

No ano de 2010, o segundo encontro mundial, realizado em Singapura, culminou na “Declaração de Singapura sobre integridade em pesquisa”, fortalecendo valores como: transparência, respeito, moralidade, ética relacionadas a condução de investigações para produção de ciência. Em 2013, ocorreu uma conferência em Montreal, que auxiliou na solidificação da temática dando origem a “Declaração de Montreal” (RUSSO, 2014; SIMÕES, 2018).

Além disso, as novas reflexões envolvendo o problema de proporções mundiais, permitiram a criação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) junto ao Comitê de ética em pesquisa (CEP) (Res. 196/96 –CNS, MS), possibilitando debates mais abrangentes e profundos acerca da ética no âmbito da educação além de uma certa notoriedade sob a perspectiva mundial no que tange as produções que transpassam as fronteiras do país (AZEVEDO, 2008; SILVA et al., 2018; ESPÍRITO-SANTO; MARENGO, 2019).

Em 2011, uma comissão integrante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2011) foi operacionalizada concomitantemente a um código visando a orientação de boas práticas na ciência, elaborado pela diretoria científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2011), bem como o comprometimento na perpetuação de ações de educação. Tais ações buscam incentivar a transparência na elaboração de investigações científicas e contribuir para desvelar práticas desonestas. Embora com substancial lentidão, representam um desenvolvimento crescente em prol da transparência, da ética e da integridade na ciência (SILVA-SANTOS, 2017).

Somando aos avanços em âmbito nacional, em 13 de junho de 2013, foi implementada a Resolução 466 (BRASIL, 2012), revogando a anterior 196, explorando teoricamente, as questões relacionadas a pesquisas de forma generalizada muito embora na prática, contemple estudos na área da saúde especificamente envolvendo seres humanos (GULHEM; NOVAES, 2010). Em 2016, por meio da Resolução 510 do CNS, fundem-se sob a perspectiva da ética na

pesquisa, as áreas humanas e sociais (BRASIL, 2016; GUERRIERO, 2016), representando um importante avanço, muito embora ainda incipiente, que convergem aos princípios morais nas investigações científicas (NOVAES et al., 2018; SIMÕES, 2018).

Ademais, corroborando com as tendências mundiais, o Brasil organizou manifestações importantes em prol da defesa da integridade científica, entre elas a I e II *Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics* (Brispe) e no ano de 2015 elaborou a 4ª Conferência anual para integridade na pesquisa, na cidade do Rio de Janeiro (ABDON, 2015; SILVA et al., 2018). Cabe ressaltar a necessidade pertinente do diálogo entre editores e representantes do âmbito científico para fortalecer as boas práticas bem como a perpetuação da legitimidade no meio científico (ABDON, 2015).

Contudo, de acordo com Russo (2014), as preocupações com as questões éticas na pesquisa no contexto brasileiro, substancializadas por discussões mais imponentes, ganharam impulso somente a partir de 2012, reativas as divulgações do código de ética e conduta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2011) e do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Contrapondo-se ao cenário do país, as questões relacionadas a integridade científica a nível mundial, vem sendo exploradas há um longo período por várias nações, elaborando e consolidando normatizações para controle e perpetuação de práticas educativas conscientes, tangentes as pesquisas acadêmicas e a conduta dos pesquisadores.

De acordo com Oliveira (2015), o Brasil convergente com as preocupações mundiais relacionadas a ética no universo da pesquisa, também se manifestou diante das práticas predatórias que vinham emergindo no universo acadêmico global. Entretanto, as reativas primárias impulsionaram-se através de comportamentos oriundos da própria comunidade científica, que de certa forma, mostravam-se antagonistas ao brio crescente dos eventos supracitados, visto que muito embora as normatizações criadas (FAPESP, 2011) estimulassem a implementação consistente de medidas que mitigassem os desvios na integridade da ciência, as resultantes culminaram em ações vagarosas por parte das universidades e pesquisadores.

Apesar da ética ser uma temática explorada de forma não esporádica em vários momentos no decorrer dos anos, as diferenças consistem na especificidade com que esta vem sendo integrada nas análises das pesquisas científicas, principalmente a partir dos anos 80. Essa divergência no foco dimensional deve-se ao fato a uma visão diferenciada, pautada pela materialização de estratégias direcionadas para a integridade científica (RUSSO, 2014).

Contudo, a cultura da desonestidade fora talvez estimulada através das modelagens que determinaram a partir de 1980, os valores bem como os incentivos as produções na

ciência, ativando um motor econômico de incoerência sobrepondo a quantificação das produções a qualidade produzida. De acordo com Siegel e Bavey (2010), a quantidade de produções superou o crescimento de 100% e instigou uma competitividade que viria a corroer a ética e a integridade na ciência (RUSSO, 2014).

Diante disso, torna-se de suma importância ressaltar a compreensão acerca da cultura de integridade dentro do universo acadêmico, levando em consideração que a ética não se condiciona apenas aos interstícios das universidades, mas se expande ao meio social e profissional que ascende os ambientes educacionais (ALMEIDA et al., 2016; SANTOS, 2017). Dessa forma, para além de condutas internas que reiteram e perpetuem a aplicação da ética com foco estreito acadêmico, cabe ressaltar que as práticas docentes determinam significativamente, para além do profissional, o ser humano que será protagonista na modelagem da ética e da moralidade na sociedade de hoje e além (ALMEIDA et al., 2016).

Considera-se de extrema relevância que as entidades acadêmicas elaborem e divulguem políticas de intervenção em casos de infrações éticas e morais na ciência, para que acadêmicos, pós-graduandos, docentes e pesquisadores perpetuem boas práticas em prol da integridade científica e estimulem discussões para que questões ainda latentes possam ser aperfeiçoadas. Ademais, torna-se fundamental, através de tais iniciativas, fomentar o protagonismo acadêmico responsável, contribuindo para a consolidação da segurança na ciência sob a ótica da sociedade (ROCHA et al., 2012).

Contextualizando, evidencia-se um estudo realizado na China que vem demonstrando preocupações acerca das características éticas do material científico produzido. As autoridades percebem-se enfraquecidas diante das práticas desonestas que mina a ciência produzida no país, embora ocupe posições elevadas em relação a divulgação de artigos, a integridade é pouco explorada no treinamento acadêmico do pesquisador. Entre os mecanismos elaborados para frear os casos antiéticos e inadequados às boas práticas, incluem-se medidas substanciais que perpassam as questões acadêmicas, atingindo também, aspectos pessoais através de impedimentos civis. Essas estratégias visam renovar o meio de produção acadêmica às vistas de uma ciência mais ética e transparente e responsável (WANG; LIU, 2019).

Por conseguinte, um dos aspectos singulares que envolve o processo de publicação de material científico que contribui para a frenagem da ciência de má qualidade, compele, sem dúvidas, aos revisores que avaliam de forma criteriosa o conteúdo do artigo, bem como a consistência técnica e ética, sendo o parecer essencial para a publicação ou não da pesquisa. Paralelamente, os editores, responsáveis pelos periódicos tem a responsabilidade e o

compromisso de permanecerem atentos a quaisquer anormalidades de conduta ou legais no sentido de que muito tem a contribuir em prol da integridade científica (SPINOZA, 2019).

No âmbito da lei, ressalta-se que cada país elabora as medidas de controle, fiscalização bem como sanções e métodos punitivos convergente a esta questão. Sob a ótica internacional, existem referências para proteção e manejo com o conteúdo intelectual produzido, como a Convenção sobre os direitos autorais em Genebra (1952), Convenção de Berna (1971) e, em 1996, o Tratado de Organização Mundial da propriedade intelectual sobre direitos autorais. Ademais em outros países identificam-se portarias federais que atuam no mesmo sentido em apoio a integridade na ciência, como Chile, México e Argentina (BACCA; PATINÕ, 2016).

Nesse sentido, ressalta-se um estudo realizado com os CEPs englobando as mais variadas instituições da união em que foram entrevistados os coordenadores dos respectivos órgãos, constituindo um total de 27 por cento da totalidade na época da publicação. A análise do resultado enfatiza que os comitês explorados possuem condições estruturais, bem como capacidade técnica eficaz para o bom funcionamento dos serviços (JÁCOME, 2017).

Entretanto permanece latente a necessidade de investimentos significativos nas questões envolvendo a dialógica entre a comunidade científica, pesquisadores e demais envolvidos. A finalidade consiste em proporcionar maior visibilidade no sentido de otimizar a análise das pesquisas e melhorar os processos de avaliação, divulgando e perpassando a atividade também ao âmbito político, possibilitando assim debates que contribuam para disseminação de conhecimento e da ética na sociedade como um todo (JÁCOME, 2017).

Ainda, é importante destacar uma pesquisa realizada em um hospital público de ensino no estado do Paraná. Os resultados da pesquisa constataram que mais da metade dos 56 enfermeiros entrevistados relataram não ter envolvimento com pesquisa em suas atividades laborais, entretanto esse contexto torna-se ainda mais preocupante quando foca-se nos CEPs, uma vez que mesmo quando a maioria dos entrevistados afirmaram ter conhecimento do seu teor e funções, apenas 9,6 por cento deles verbalizaram a importância destes para preservação dos sujeitos da pesquisa e somente 32,3 por cento afirmaram funções relativas a avaliação da pesquisa científica. Todavia, 39,2 por cento não conseguiram responder à questão, o que evidencia graus superficiais de conhecimento acerca da importância dos comitês de ética e pesquisa (BALDUINO et al., 2007).

Justifica-se a necessidade de reflexões dessa natureza, considerando-se um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, realizado com vinte estudantes de medicina, do primeiro ao décimo semestre na cidade de Salvador (BA) no qual foram constatados resultados intrigantes demonstrando que dos estudantes entrevistados, apenas quatro tinham

conhecimento do significado da sigla Conep e somente 25 por cento deles tinham familiaridade com o termo “integridade científica”. Aqueles que detinham alguma proximidade ao conceito o relacionaram de forma extremamente restrita, vinculado apenas aos compromissos éticos com os participantes da pesquisa, alheios a todos processos de construção inerentes a esta (SCHIMTZ et al., 2012).

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), o Brasil ocupa posição considerável em relação a produtividade científica. Destaca-se que entre os anos de 2007 e 2008 a presença de produções nacionais, divulgadas em revistas internacionais atingiu uma porcentagem equivalente à 56 por cento. No entanto, pressões externas as quais estão submetidos acadêmicos e pesquisadores, com muita frequência, suscita um ambiente tendencial a infrações éticas, ferindo a ciência, de forma intencional ou não. Essas situações vêm sendo discutidas e reportadas pelos veículos de comunicação, gerando debates no âmbito científico do país (ROCHA et al., 2012).

Nesse contexto, torna-se oportuna a reflexão acerca das desonestidades científicas, visto que fatores como opressão dos sistemas de produção de ciência, busca por prestígio e lucro podem incentivar desvios da moralidade latentes e conseqüentemente as discussões acerca do termo “integridade científica”, tornam-se indispensáveis (SIMÕES, 2018).

2.2.1 DESONESTIDADE CIENTÍFICA NA PRÁTICA DA PESQUISA

A essência humana é constituída de erros que permeiam as atividades sociais e profissionais, e a pesquisa científica não está isenta de equívocos, embora por muitas vezes possam não ser intencionais, acabam por corroer a produção e a disseminação de conhecimento. Por vários anos acreditava-se não ser possível a fraude na ciência, entretanto muitos estudos esclarecem não só a possibilidade, mas a existência de fatos ocorridos em muitas instituições renomadas (NATURE, 2002; HWANG et al., 2004; KINTISH, 2005) nas mais variadas formas e intensidades. O conceito de fraude na ciência pode ser definido como a divulgação de dados e ou informações incorretas, de forma intencional com conhecimento prévio do investigador, devendo, portanto, ser identificado, e julgado pelos órgãos competentes (SAAD-HOSSNE; VIEIRA, 2007).

Todavia, as fraudes acadêmicas refletem muito mais do que questões jurídicas e penais, pois abrangem uma falha na projeção de estudantes que replicam um raciocínio crítico-reflexivo, capaz de criar as suas próprias ideias às sombras da ciência transparente (ALMEIDA et al., 2016; MARANHÃO et al., 2017). Em síntese, ressalta-se que as

desonestidades na academia possibilitam análises profundas, tangentes aos ambientes de formação em prol da integridade da ciência e no combate as práticas fraudulentas (ALMEIDA et al., 2016; MARANHÃO et al., 2017; THOMAS, 2017).

De acordo com Hossne e Vieira (2007), ressalta-se que as fraudes na ciência datam de muitos anos, entretanto a humanidade permeia fases iniciais de um árduo trabalho que envolve a conscientização e mitigação das desonestidades acadêmicas. Torna-se fundamental, implementar e operacionalizar políticas, normas e rotinas que visem não apenas eliminar as fraudes, mas manejar os episódios já concretizados (CLAXTON, 2005) e pautados pela falta de ética e moralidade.

Outrossim, destaca-se que muito embora sejam extremamente importantes, os órgãos brasileiros são insuficientes. Apesar de alguns esforços, o Brasil ainda carece de um conselho específico para investigar, controlar e punir as más condutas na ciência, refletidas no contexto brasileiro através de: comercialização de trabalhos acadêmicos entre graduandos e pós-graduandos, plágios nas suas mais variadas dimensões, entre outros (SIMÕES, 2018). Para Oliveira (2015), o plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de dados, créditos indevidos de autoria, entre outros constituem-se como variâncias da má conduta na pesquisa.

Nesse contexto, acrescenta-se que a denominação de plágio teve sua origem na Roma antiga, período no qual incidia juridicamente sob a forma de usurpação indevida, comércio “ilegal” de escravos, focados na propriedade material (MANSO, 1987). Na contemporaneidade, o conceito permeia constructos, valores e condutas direcionados a pesquisa na prática da ciência pautadas pela desonestidade na atribuição e ou citação dos créditos intelectuais (HOUAISS, 2009).

Na esfera civil e penal, o plágio é considerado como crime imputável de sanções que envolvem também indenizações ao autor plagiado. Já no âmbito penal, a lei de 1940 não designava com transparência os casos de plágio, mas inferia-se uma penalização que variava de multa até prisão de até 4 anos (LEANDRO; FIGUERÊDO, 2017; BRASIL, 1940). Todavia o inciso 1, do código penal reestruturado, garante punições decorrentes do “plágio intelectual” representadas por reclusão de 6 meses até 2 anos (MORAES, 2014).

Naturalmente, o plágio pode ser definido de uma forma mais simplista, como a usurpação de algo, fortemente determinado pela ausência da ética no comportamento, inferindo-se créditos que não lhe pertencem (LEITÃO et al., 2019; RAMOS; PIMENTA, 2013). Entretanto, o conceito envolve para além de uma conceituação genérica, percepções de difíceis interpretações, sendo necessário reflexões bem como a multiplicação do conhecimento acerca do assunto para organizar e esclarecer o que se caracteriza ou não como

plágio científico. Ressalta-se nesse contexto a relevância das bibliotecas na academia (LEITÃO et al., 2019).

Para a universidade de Genebra, Suíça, o plágio é caracterizado como a usurpação de ideias, informações, conceitos, dados sem a legitimidade de autoria, e sua inserção em produto científico sem a devida referência ao autor verdadeiro. Também pode ser incluído, ausência de referencial e/ou citações erradas. Acredita-se que esse fenômeno tenda a crescer com o passar dos anos, levando em consideração o desenvolvimento tecnológico, principalmente a internet devido a quantidade e diversidade de material encontrado em pouco tempo, o que facilita a usurpação indevida e a replicação do plágio, por vezes de forma não intencional (ALMEIDA et al., 2016).

Salienta-se a atribuição que envolve a compreensão de plágio, acompanhado da caracterização e da inclusão do que de fato pertenceria a esta categoria. Um dos dilemas que envolve a questão encontra-se no entendimento de “cópia”, já que a propulsão da ciência também funciona na alavanca de estudos anteriores, para tanto deve se haver bom senso e as ações precisam ser paulatinamente organizadas. Todavia, torna-se imprescindível manter e perpetuar o equilíbrio, evitando situações paranoicas bem como a circunstância de podar a criatividade pelo medo excessivo, garantindo uma metodologia adequada e transparente (ISLAS, 2016).

Corroborando com essa ideia, ressalta-se a complexidade de identificação e definição do plágio, que impacta consideravelmente, na transparência e credibilidade da ciência produzida e veiculada para a sociedade. Dessa forma, apesar de iniciativas cada vez mais eficazes no combate as desonestidades científicas, com certa frequência, o plágio “leve” torna-se invisível dada a natureza complicada de avaliação e julgamento, desequilibrando os mecanismos internos de controle bem como o processo educacional de certificação sob uma ótica integral (ALMEIDA et al., 2016).

As práticas desonestas que envolvem a cópia de produtos intelectuais de outrem permeiam as mais variadas formas de comunicação escrita, todavia com os avanços tecnológicos cada vez mais tangíveis inclusive para estudantes, infere-se que atos dessa natureza possam contribuir para mitigar a prática do plágio bem como desencorajar atos tendenciosos (SOUZA, 2016).

Menciona se uma reportagem investigativa realizada por Mostrous e Kenber, (2016) que possibilita uma análise reflexiva acerca do tema em pauta e relaciona uma propensão significativa de estudantes de enfermagem a cometerem plágio de forma mais acentuada que estudantes de outros cursos. Todavia para a representante administrativa da *Royal College of*

Nursing, o assunto reflete menos perplexidade, afirmando que a métrica apontada na reportagem é justificada de forma empírica e a partir de sua subjetividade, que acadêmicos de enfermagem não dominam de forma consistente as técnicas acadêmicas, resultando em percepções avessas estando intrinsecamente relacionadas ao conhecimento incipiente, ainda distantes da desonestidade estudantil (SOUZA, 2016).

Outrossim, um estudo realizado na Universidade Federal de São Paulo, revela que o conceito de plágio versa acerca da desonestidade e moralidade, afirmando a necessidade de uma posição mais concisa relacionada a informação acadêmica disponível, a instrumentalização discente com conhecimento e o papel da universidade nesse contexto (FERREIRA; PERSIKE, 2014).

Nesse sentido, uma pesquisa investigativa, realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, contempla uma análise de noticiários encontrados em revistas e jornais, coletados por meio de instrumento eletrônico, referentes a plágio e fraudes confirmado as consequências de tais práticas na disseminação do conhecimento. As resultantes do estudo culminaram em uma avaliação afirmativa acerca da importância da ética e da moralidade na ciência, visto que as notícias, de repercussão nacional fomentaram a má reputação dos investigadores, permearam decepções significativas com as instituições de ensino, resultaram na mobilização de processos éticos, bem como no prejuízo no desenvolvimento da ciência e do conhecimento produzido e também na cassação de licença profissional além de prejuízo nos financiamentos tecnológicos (SAUTHIER et al., 2011).

Torna-se relevante considerar as formas diferenciadas com as quais o plágio é percebido e conduzido nas diferentes nações ao redor do mundo, bem com os impactos que divergem na intensidade e nas punições como consequência deste ato. Ressalta-se casos de grande repercussão mundial envolvendo personagens públicas que foram submetidas a penalizações substanciais como exoneração de cargos importantes e ou revogação de títulos (NEIVA DE SOUSA et al., 2016).

Na Alemanha, a ministra da educação, Annette Schavan, foi penalizada em 2011, com a destituição do título de doutorado sob acusação de plágio em sua tese realizada em 1980, logo após ela demitiu-se do cargo que ocupava no governo. Em 2012, o chefe de estado da Hungria Pál Schmitt, sofreu as mesmas consequências da ministra, reiterando que posturas dessa natureza não são incomuns em países como Canadá e Estados Unidos, consolidando leis rigorosas e eficientes envolvendo o problema (NEIVA DE SOUSA et al., 2016).

Enfatiza-se assim, que a divulgação das conclusões de uma pesquisa, tornam-se um compromisso do pesquisador para com a sociedade e devem ser feitas respeitando os

princípios que regem as normativas científicas (HERNÁNDEZ, 2007; RIBEIRO; ARONI, 2019; VARGAS, 2020). Todavia muitos equívocos devem ser evitados, tais como, as fraudes nos trabalhos intelectuais que contemplam de forma multivariada plágio, autoplágio, fabricação de dados e créditos indevidos configurando infrações de autoria (HERNÁNDEZ, 2007; SIMÕES, 2018).

Contempla-se uma pesquisa na Universidade de Valencia na Espanha, com estudantes do curso de tradução e interpretação, no período de outubro de 2016 a abril de 2017, na qual participaram 73 pessoas de diferentes etnias sendo majoritariamente da nacionalidade Espanhola. Entre as variáveis divulgadas a partir da análise dos dados obtidos, destaca-se o tempo insuficiente como justificativa para o plágio rápido e facilmente acessível via ciberespaço. Destes, 37 por cento submetem-se ao plágio como forma de afronta aos professores e, 29 por cento o fazem por meio de uma ação consciente na certeza de que não serão penalizados ou sequer descobertos. Em relação a frequência, 51,3 por cento referem terem plagiado poucas vezes e 48,7 por cento negam atitudes tendenciosas relacionadas ao plágio (TORRES; FONS, 2017).

Isto posto, evidencia-se um estudo, realizado em Israel com uma amostragem de 151 enfermeiros, o qual constatou dados interessantes entre o nível acadêmico crescente a partir dos anos de estudo e comportamentos antiéticos, materializado por fraudes e infrações. Destaca-se que o conhecimento auxilia na conscientização dos profissionais acerca da importância da integridade na ciência. Todavia, o estudo infere uma tendência considerável em cometer infrações éticas, observadas numa intensidade maior nos enfermeiros doutores do que nos mestres, embora não configure necessariamente uma contradição, reflete a métrica da produção científica intrinsecamente relacionado as pressões da academia (OYE et al., 2015).

Ademais, é possível visualizar com clareza uma conexão entre a prática de má conduta e as lacunas de produção acadêmica que necessitam ser preenchidas, visto que esse comportamento tem por objetivo corresponder as exigências do produtivismo, corrompendo aspectos importantes e indispensáveis, para a integridade e o rigor das pesquisas científicas (OLIVEIRA, 2015; GUAZI et al., 2018; SATUR et al., 2020).

Nesse sentido, reitera-se que o meio acadêmico como propulsor da ciência, exerce uma pressão considerável no que tange aos pesquisadores. Frequentemente, os estudantes precisam produzir artigos e materiais em um ritmo incrivelmente acelerado, o que induz indiretamente a desastres acadêmicos como o plágio e o autoplágio (FURNALETTO et al., 2018; BATTESTIN; DUTRA, 2019). Este, embora seja vislumbrado juridicamente distinto

quando comparado ao primeiro, ainda é caracterizado como uma desonestidade científica e passível de punição (FURNALETTO et al., 2018).

Assim, o auto plágio pode ser conceituado como a reutilização de obras de um mesmo autor em situações diferentes, atribuindo-lhes legitimidade inédita, omitindo as referências de publicações e divulgações prévias (BACCA; PATINÕ, 2016; CAÑIZARES, 2016). Salienta-se um paradoxo visto que essa atitude permeia os limites da moralidade e da ética individual do autor que se propõe a realizá-lo. As obras anteriores podem ser utilizadas desde que não haja intuito de má fé na atribuição de um ineditismo inexistente. Dessa forma, o periódico e o editor precisam ser informados sobre o resgate dos dados que versam de divulgações pregressas (BACCA; PATINÕ, 2016).

De acordo com Bannura (2017), o autoplágio representa para além de um ato antiético, simplesmente porque envolve conduta desonesta com o editorial que acolheu a obra. As regras estão claramente especificadas nos acordos com as revistas científicas diante de uma eventual publicação em relação transferência de posse para divulgação, o que configura uma ação deliberada e consciente. Essas questões têm estimulado os editores a denunciar de forma periódica os praticantes dessa conduta, corroborando para uma pesquisa ética e cristalina.

Em uma pesquisa realizada na Nova Zelândia com 500 estudantes de negócios de diversas nacionalidades, procurou-se compreender o tipo, a periodicidade e a intensidade com que o plágio era cometido. Foi identificado que um quantitativo superior a ¼ dos alunos realizara plágio e os alunos estrangeiros tendiam mais a realizá-lo que os demais. Destaca-se que um décimo dos trabalhos foi plagiado de forma extremamente significativa (WALKER, 2010).

As leis do Brasil equiparam o ato de plagiar ao roubo, salienta-se nesse contexto, uma comparação alusiva aos ideais capitalistas vinculada a usurpação de uma propriedade material expandindo-se aos bens intelectuais que envolvem dados e resultados (VIANNA, 2006).

Considerando a constante evolução dos ideais capitalistas nas comunidades sociais, a proteção da propriedade torna-se fundamental, por conseguinte o plágio pode ferir substancialmente esse direito. Além disso o comércio de bens intelectuais constitui-se de imensa gravidade (§1º do artigo 184 do Código penal Brasileiro), configurada pela venda de teses, dissertações e ou trabalhos científicos, com fins prioritariamente lucrativos, ampliando o conceito restrito de copiar e ou usurpar a ideia de outrem (RAMOS; PIMENTA, 2013).

Nesse sentido, Fang et al. (2012) divulgam resultados intrigantes em um estudo realizado a partir da análise de 2047 artigos subtraídos da base de dados Pub Med. Erros de uma forma geral foram atribuídos a 21,3 por cento dos materiais e majoritariamente 67,4 por cento inferem desonestidades científicas incluindo plágio, dupla divulgação, fabricação de dados entre outros. As fraudes nas pesquisas aumentaram em 10 vezes desde os anos 70, o que reitera a magnitude do problema e a atual crescente.

As fraudes na ciência derivam de duas vertentes que impactam nos contextos investigativos, a primeira refere-se à invenção total de dados e ou parcial dos resultados de uma publicação e a segunda constitui-se de uma falsificação ou manipulação de métodos, ou estatísticas que tendem a culminar nos resultados previamente esperados (TARRAGÓ, 2014). Tal prática deprecia significativamente o pesquisador em detrimento substancial para a comunidade científica e para a sociedade no presente e no futuro.

Para Cañizares (2016), a fabricação ou invenção como desonestidade científica, caracteriza-se na publicação de dados inverídicos de forma parcial ou total, elaborado geralmente, com a finalidade de atingir de forma fictícia as expectativas do autor relacionada a pesquisa em questão vinculado regularmente a vantagens pessoais. Já, a falsificação, envolve manipulação de informações e ou imagens verdadeiras, para que de maneira tendenciosa se alcance os resultados esperados contribuindo também para mitigação de possíveis danos decorrentes da pesquisa.

Contextualizando, um estudo realizado com 343 estudantes de graduação e pós-graduação do curso de administração, em três universidades particulares na cidade de São Paulo. Os resultados corroboram com o estudo supracitado, enfatizando que uma porcentagem que ultrapassa 70 por cento dos alunos, envolvendo graduação e pós-graduação, estiveram ativos em contextos de desonestidade acadêmica. Destes, 90 por cento tem convicção da participação de mais estudantes em situações desta natureza. Salienta-se, que quando laços de amizade estão presentes, as tendências de fraudes se mostram significativamente elevadas, o que contribui para a importância da compreensão das condutas discentes como ferramentas que auxiliam na mitigação de fraudes científicas (VELUDO-DE-OLIVEIRA et al., 2014).

Um estudo de meta-análise tendo por objetivo agrupar as pesquisas com cientistas e suas condutas éticas durante 15 dias do mês de agosto de 2008. Salienta-se que uma porcentagem equivalente a 2 por cento de pesquisadores admitiu já ter fraudado informações e uma parcela considerável assumiu a participação em um conjunto de outras práticas que embora não tão impactantes a priori, consistem em fraudes científicas que precisam ser manejadas e eliminadas. O estudo é finalizado com uma mensagem inquietante de que a

representação da realidade possa ter índices mais acentuados do que os apresentados (FANELLI, 2009).

Considera-se, nesse contexto, uma investigação realizada com 1082 artigos retratados, utilizando-se como base de dados Pub Med no espaço temporal de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016. A partir da análise dos dados coletados, constata-se que o motivo mais frequente para as retratações foi relacionado com cenários veiculando comportamentos científicos inapropriados em 65,3% dos casos, entre estes o plágio. Em relação a nacionalidade, encontra-se como líder de artigos reparados sob uma perspectiva decrescente, o Irã, o Egito e China (CAMPOS-VARELA; RAVINÃ, 2019).

As reparações documentais científicas vem crescendo significativamente nos últimos anos (BUDD; COBLE; ABRITIS, 2016; MADLOCK-BROWN; EICHMANN, 2015; RAI, SABHARWAL, 2017), sobretudo aquelas relacionadas à área da medicina. Em uma pesquisa realizada no período de 2012 a 2017 utilizando-se a Pub Med. e o Google scholar como fonte de dados, foi constatado os motivos mais regulares referentes a reparações em materiais científicos publicados. Entre eles destacaram-se infrações éticas e legais envolvendo a invenção, manipulação de informações, infrações de autoria e divulgação duplicada em mais de um veículo científico. Torna-se fundamental mencionar que o espaço temporal necessário para a reparação dos dados indevidos caracteriza-se por um longo percurso, o que contribui substancialmente para a disseminação equivocada de saberes em detrimento de uma ciência transparente e eficaz (TORRES; MICHEL, 2018).

Todavia, para contextualização da temática acerca da autoria científica, torna-se conveniente analisar os termos de origem estrangeira utilizados no Brasil e suas breves definições. A palavra autoria tem origem francesa “*droit d’auteur*”, que significa a garantia de legitimidade de quem escreveu. Já a expressão *copyright*, de origem americana, refere-se a blindagem da obra acerca de eventuais cópias e replicações indevidas, respectivamente utilizadas no Brasil. Cabe ressaltar que os créditos de autoria remetem dois aspectos fundamentais, o moral que compete as questões funcionais de divulgação do nome de quem escreve, prestígio e créditos intelectuais tendo a liberdade total sob a obra, tanto para divulgá-la, alterá-la ou subtraí-la dos meios científicos. E o patrimonial, intrinsecamente relacionado aos frutos econômicos que desta porventura advir, tendo o autor direitos de manejar a obra tangente as conexões jurídicas, inclusive autorização de uso (GRÁCIO; FADEL, 2010).

De acordo com Gandelman (2001) citado por Grácio e Fadel (2010), na década de 40, as obras manuscritas entram em queda, cedendo espaço para a impressão gráfica, processo iniciado por Gutemberg em 1445. Assim os trabalhos científicos passaram a ser divulgados de

forma mais abrangente, contudo, paralelamente acentua-se as dificuldades de manter um controle por parte dos autores sobre o que é divulgado e utilizado. Nesse momento emergem os primeiros questionamentos acerca da blindagem legal dessas obras, bem como das indenizações em virtude de usos inapropriados.

A partir do século XVIII, a importância da preservação do direito autoral teve seu reconhecimento inicial pelas leis da Inglaterra, os textos não poderiam mais ser divulgados no anonimato tendo-se criado prazos de proteção para as obras, 21 anos para as impressas e 14 anos para aquelas não impressas. Rapidamente essa questão alcançou proporções maiores, repercutindo de forma internacional para outros países (MARTINS FILHOS, 1998).

Em 1789, na França no estopim da Revolução, foi determinado que as obras não teriam prazo de blindagem e a proteção deveria perdurar enquanto o autor vivesse, cabendo-lhe a ele autorizar ou não modificações em seu conteúdo. Todavia apesar da movimentação de muitas nações, existiam aquelas que ofereciam resistência em acolher essa tendência, contudo foram organizados tratados internacionais que contribuíram na expansão desse entendimento garantindo a proteção autoral em âmbito mundial, entre eles a Convenção de Berna em 1886, de Roma em 1961, Universal em 1971 e a de Genebra realizada em 1971 (GRÁCIO; FADEL, 2010).

Ressalta-se que a Convenção foi atualizada e consolidada regras globais no que se referem a direitos autorais, sendo base na contemporaneidade para muitas nações no que se refere ao aperfeiçoamento das legislações pertinentes ao tema. Desde 1967, ela é parte integrante da *World Intellectual Property Organization* (WIPO). De acordo com as bases literárias, os direitos *copyright* são extensivos a vida de quem produziu a obra e por inúmeros anos após a ocorrência da morte, a transferência legítima de direitos é passível a editores e afins (GRÁCIO; FADEL, 2010).

No Brasil, a autoria científica com veiculação digital tem sua preservação protegida pela Lei 9.610, criada em fevereiro de 1998 que define os direitos autorais sobre aquilo que pertence ao autor e tudo que estivera-lhe correlacionado. Todavia, a partir de 1973 já havia movimentações legais nesse âmbito através da Lei 5.998, garantindo teoricamente assim como em outras nações, longos períodos de proteção convergente a produção científicas e seus criadores (GRÁCIO; FADEL, 2010).

Em 2007, foi organizado um Fórum Nacional de direitos autorais, incluindo personalidades da área suscitando debates acerca de possíveis alterações na lei que protegia o autor e sua obra. Em 2010, foi divulgado um material que tratava das discussões e reflexões a partir deste, oriundas do Fórum realizado em 2007, contemplando o paradoxo existente entre

a proteção de quem escreve e o manejo livre de sua obra e o direito da comunidade social ter acesso a pesquisa, a informação e ao uso consciente e respeitoso do conhecimento divulgado (GRÁCIO; FADEL, 2010).

Nesse ínterim, torna-se compreensível o fato de a temática instigar profundas análises presentes nos debates éticos ao redor do mundo. Em uma pesquisa simples com a palavra “autoria” realizada por meio eletrônico no espaço do *Committee on Publication Ethics* – COPE (Comitê de Ética em Publicações) no mês de junho de 2017, emergiram 257 elementos. Destes 137 estavam relacionados a autoria fantasma, conflitos autorais, infrações éticas relacionadas e autorias apresentadas, dentre outros. Destarte, em tempos digitais influenciado pelo capitalismo global, é de suma importância estabelecer mecanismos que permitam fiscalizar e controlar desonestidades éticas tangentes as questões autorais, visando a perpetuação e uma cultura positiva e respeitosa tanto para quem escreve quanto para quem utiliza o conhecimento (CASSIMIRO et al., 2017).

Não obstante, no âmbito da ciência, o respeito e o cumprimento das normatizações éticas são essenciais para a produção e divulgação de conhecimento, sendo que a transparência científica é fundamental para que a pesquisa seja revertida de forma eficaz para a comunidade (SANTOS, 2017). Destaca-se a partir dessa revisão integrativa, que as principais motivações para fraude e manipulação dos dados encontra justificativa em questões vinculados a vaidade individual como o reconhecimento e prestígio, relacionadas a um substancial senso competitivo (AZNAR et al., 2017).

Na elaboração de um material que servirá de base e apoio para novas tecnologias e procedimentos, principalmente de aproveitamento acadêmico, torna-se fundamental que determinados protocolos burocráticos e legais sejam seguidos de forma criteriosa. Ademais, a divulgação de dados concretos, seguros e verídicos caracterizam-se como um direito da sociedade que direta e indiretamente, beneficia-se da ciência legítima. Cabe destacar que em tempos digitais, desonestidades científicas perpetuam-se com extrema facilidade dando a ilusória sensação de que tudo é de todos, culminando em uma consciência indiferente às questões de autoria e créditos intelectuais (VARGAS, 2020).

Posto isto, um estudo realizado com 231 editores da empresa Wiley-Blackwell, responsável pela publicação de material científico na América do Norte, demonstra as percepções destes profissionais no que se refere as desonestidades na ciência, e seus profundos impactos na literatura veiculada. Dentre os editores, 48% trabalhavam na análise de material relacionado a saúde, quanto aos resultados os níveis de preocupação apresentados

demonstraram-se incipientes, grande parte convergente à publicação duplicada (WAGER et al., 2009).

Salienta-se que a parte majoritária dos participantes se sentiam confiantes e afirmavam que as questões problematizadas ocorriam de forma esporádica, todavia de 13 por cento a 47 por cento não souberam informar a periodicidade delas. Destarte, o estudo evidencia, que grande parte dos editores não esboçam preocupações consistentes em relação a ética nas publicações de seus periódicos, tampouco conhecem de forma substancial as diretrizes éticas normatizadoras, embora almejem obter mais conhecimento frente a questão (WAGER et al., 2009).

Entre as modalidades de delitos envolvendo os créditos autorais evidencia-se a autoria injustificada. Esta consiste em agregar ao escopo do trabalho científico o nome de pessoas que contribuíram de forma incipiente ou não contribuíram para a elaboração técnica do material, relacionado sistematicamente a troca de favores e ou a promessa de benefícios da mesma natureza (CAÑIZARES, 2016).

Outros motivos podem estar associados ao prestígio na inserção de personalidades de destaque no âmbito acadêmico, bem como uma forma de agrado ou presente a pessoas de posição hierárquica superior, representados através de chefes de departamento que quase a totalidade das vezes, desconhecem o teor da obra e sua relevância. Ademais, a autoria incompleta ou fantasma configura-se de forma oposta à anterior, visto que nessa situação os créditos intelectuais, bem como o esforço na organização do material científico não são destinados a quem de fato se empenhou, invisível a publicação e conseqüente divulgação (CAÑIZARES, 2016).

Dessa forma, torna-se consideravelmente importante que os espaços educacionais assim como os pesquisadores, organizem diretrizes para definição de autoria e mecanismos que auxiliem na mitigação de infrações relacionadas, além de disciplinas que contemplem a ética no desenvolvimento profissional dos alunos no sentido de contribuir para o entendimento da temática bem como na compreensão clara do que define os autores na produção de conhecimento (ALBARRACÍN et al., 2020).

Outra questão de igual relevância está relacionada ao conflito de interesses, que pode ser caracterizado como uma situação em que os membros que compõe as etapas necessárias para publicação de um artigo científico, possuem relações de conveniência. O cenário mais frequente reflete conexões existentes entre os pesquisadores e instituições de fomento financeiro, fornecedores, representantes bem como na interferência destes do cerne da pesquisa enfatizando resultados conforme conveniência (REYES, 2018).

Os conflitos de interesses são intrínsecos a essência da humanidade, podendo ser impulsionados de forma multicausal pelo poder, prestígio público, ou simplesmente competição. O termo pode ser definido como uma situação, conduta ou comportamento que naturalmente deve ser realizado, pautado por questões éticas, profissionais, morais e legais. Todavia, sofrendo influências pode ser modificado ou manipulado para que atenda a benefícios que diferem dos propósitos e regulamentações primárias. Assim, o instrumento mais eficaz, fortalecendo a integridade na ciência, consiste na transparência das declarações no momento das pesquisas, explicitando as intenções idôneas em todas as fases da investigação, previamente e simultaneamente a apresentação pública dos resultados (PINTO-PARDO, 2014).

Para Martinez (2009), a contemporaneidade configura um período em que os conflitos de interesses se refletem em um crescimento gradual e sistemático visto a consolidação das conexões entre instituições científicas e setores de produção da sociedade. Contexto este, absorvido frequentemente de maneira espontânea, através da divulgação dos produtos científicos revertidos naturalmente a comunidade.

Os conflitos de interesses são transversais as questões técnicas científicas, tornando-se potencialmente preocupantes quando relacionados as pesquisas na área da saúde. Todavia, revistas e comunidades científicas empenham-se através de diretrizes e protocolos com a finalidade de perpetuar a nitidez da ciência. Entretanto, casos de interações pouco esclarecidas que permeiam questões financeiras entre instituições e ciência, possibilitam impactos negativos na população (BROCHARD; KAVANAGN, 2018).

Para tanto, torna-se de fundamental importância que os conflitos e as relações que porventura se estabeleçam entre ciência e entidades representativas sejam devidamente cristalinas, possibilitando ao espectador refletir e analisar a situação a partir de suas perspectivas. Apesar dos impactos dessa burocracia ser ainda incipiente para viabilização da transparência em questão, estratégias dessa natureza tornam-se essenciais para o fomento de práticas multidimensionais em prol da integridade no âmbito científico (BROCHARD; KAVANAGN, 2018).

Assim, Rego, Palácios (2008) enfatizam a necessidade do controle Institucional por parte das universidades, enfrentando a problemática já no âmbito acadêmico, visto que como produtora de ciência, as organizações acadêmicas também perpassam um espaço de responsabilidade, assumindo um protagonismo essencial em prol da qualidade e transparência dos produtos divulgados a sociedade. Salienta-se que a problemática tangente aos conflitos de interesses transpassa as disciplinas da saúde, sendo sólidos em outras áreas de igual

relevância. Essa amplitude estendida reitera a importância de novas e dinâmicas estratégias, aperfeiçoando o enfrentamento ao problema.

3 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório e descritiva, guiada pelas diretrizes da “*Standards for Reporting Qualitative Research: A Synthesis of Recommendations (SRQR)*”, que integrou uma orientação de estudo qualitativo por meio de um *check list* com 21 itens englobando a estrutura e a sustentação referencial metodológica de toda a pesquisa. Por conseguinte, aspectos estruturais do estudo foram paulatinamente descritos e expostos, utilizando-se do guia tangente a metodologia em questão, possibilitando flexibilidade e adequações ao decorrer da investigação e culminando em uma maior organização e transparência, necessárias em todas as fases da pesquisa qualitativa (O’BRIEN et al., 2014). Os itens do *checklist* SRQR foram contemplados de forma integral sendo devidamente adaptados aos propósitos desse estudo, descritos e posteriormente correlacionados ao referencial teórico de sustentação.

Os itens de estrutura do presente estudo contemplaram os seguintes pressupostos: o título incluído na materialização dos artigos mediante a análise dos resultados, representou de forma transparente o conteúdo abordado. O resumo foi formulado obedecendo de forma fiel as normas de organização do material científico convergentes ao periódico escolhido para divulgação. O item introdução abrangeu integralmente os requisitos orientados pela metodologia (SRQR), que consiste em uma revisão de literatura breve, porém consistente, viabilizando a sustentação e representação da questão de pesquisa bem como dos objetivos harmonicamente organizados.

Em relação a estrutura metodológica englobou-se: a natureza, o delineamento e o tipo. No item pesquisador foram transcritas as características e experiências de abordagem em pesquisas qualitativas. Além disso, foram esclarecidos aspectos importantes relacionados ao rigor ético e metodológico. Por conseguinte, foi descrito o local de pesquisa, que contempla também aspectos essenciais e relevantes intrinsecamente relacionados para a realização do proposto.

Após seguem-se os itens relativos aos participantes da pesquisa, no qual foram inclusas informações acerca dos envolvidos no estudo englobando aspectos condicionantes e ou determinantes para participação, o posterior grau de adesão ao proposto bem como descrições referentes ao método de escolha dos participantes e motivos que justificam a seleção da amostra.

No item de coleta de dados foram incluídas informações detalhadas tangíveis aos métodos utilizados assim como procedimentos adotados que versam sobre a forma de

captação das informações desejadas e acerca da tecnologia de coleta, explorando as questões relativas à forma, mecanismos e instrumentos utilizados para a coleta. Na categoria análise dos dados, foi descrita a metodologia de análise aplicada e referente a confiabilidade, foram descritos os métodos aplicados, visando maior transparência, segurança e credibilidade.

Ademais, integra-se o item acerca dos aspectos éticos inerentes esclarecendo de forma nítida a condução ética da pesquisa em todas as fases que a integram, sejam elas nas relações interpessoais ou na transcrição de relatórios bem como encaminhamentos burocráticos e termos necessários ao processo investigativo.

3.1 Tipo de estudo

Tratou-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Caracteriza-se como uma pesquisa que se utilizou de métodos específicos incluindo processos investigativos de coleta e análise, culminando na interpretação de informações com foco consistente em redações e imagens sob uma perspectiva profundamente reflexiva (CRESWELL, 2010). Os estudos qualitativos valem-se da análise de experiências vivenciadas por um indivíduo ou grupos, considerando uma análise minuciosa sob a ótica social dos participantes envolvidos (GIL, 2019).

A estratégia descritiva tem por finalidade discorrer e minuciar acerca dos elementos que compõe um grupo de pessoas, ou um contexto situacional atribuindo-lhes características específicas e únicas. Já, o tipo exploratório tem por objetivo averiguar cenários, grupos e situações objetivando uma maior exposição da questão problema e conseqüentemente mais diversidade na construção de hipóteses (GIL, 2019).

3.2 Pesquisador

As pesquisadoras constituem-se como membros vinculados a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sendo respectivamente: uma aluna do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGENf/FURG) no nível de mestrado e a orientadora e docente da escola de Enfermagem (EEnf/ PPGEnf / FURG). A primeira tem graduação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), estando intrinsecamente envolvida por um grande período da graduação em projetos de investigação, vinculados aos grupos de pesquisa da Universidade de formação. Atualmente, é bolsista do Programa Demanda Social CAPES e faz parte do Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Enfermagem e Saúde (NEPES) da FURG,

participando ativamente nas fases que englobam a construção e organização de material científico, dentro do contexto da pós-graduação.

A segunda, possui ampla experiência em pesquisa, orientação e análise de dados. É enfermeira, docente e pesquisadora. Tem titulação de Doutorado pela FURG e é líder do NEPES, atuando substancialmente na orientação e elaboração ativa de produtos científicos dentro do âmbito acadêmico. Ambas as pesquisadoras atuam contemplando a ética, a transparência e o respeito demandado pela natureza do estudo.

3.3 Local do estudo

A pesquisa foi realizada no âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Enfermagem de uma Universidade Pública do Sul do Brasil, que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando o compromisso com a ciência determinado, pela responsabilidade com as questões sociais emergentes. Essa articulação proporciona egressos fortemente direcionados a um raciocínio crítico, dinâmico e criativo atuando de forma consistente frente as adversidades contribuindo para a perpetuação da cultura e dos valores da humanidade (FURG, 2020).

O Programa de Pós-Graduação em Enfermagem escolhido para a pesquisa foi aprovado em 2001 e iniciou suas atividades acadêmicas com o curso de mestrado em enfermagem no primeiro semestre de 2002, e neste mesmo ano aconteceu a aula inaugural. O curso de doutorado obteve aprovação para sua criação em 2008, e o início da primeira turma em 2009. Ambos os cursos foram autorizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e implementados respectivamente através das deliberações nº 005/2002 e 035/2008. Atualmente, o programa avaliado com conceito 5 pelo órgão é composto por 101 discentes matriculados, sendo que destes, 42 mestrandos e 59 são doutorandos, conduzidos por 15 docentes permanentes e 2 colaboradores. Em 2013, foi instituído o programa de pós-doutoramento (FURG, 2020).

O Programa de Pós-Graduação em Enfermagem estabelece critérios específicos que normatizam o curso das disciplinas para a obtenção do título de mestre e doutor. Assim, o programa preza pela elaboração de um trabalho de pesquisa devidamente fundamentado possibilitando que sua visibilidade perpassasse devolutivas sociais relevantes. Já em relação ao pós-graduando, é fundamental um envolvimento e proatividade às vistas de uma criticidade bem como um profundo envolvimento com a temática (FURG, 2020).

O programa estabelece um prazo máximo de duração de 24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado, todavia, em condições especiais é permitido a prorrogação de 6 meses sob avaliação da coordenação. Para os cursos de mestrado são obrigatórios o curso de 16 crédito obrigatórios, 14 optativos e seis relacionados a elaboração da dissertação, totalizando 36 créditos; e para o curso de doutorado, 20 créditos obrigatórios, 16 optativos e 12 relacionados a construção da tese, totalizando 48 créditos (FURG, 2020).

Outro ponto fundamental refere-se à realização do estágio de docência, visando o desenvolvimento do exercício da docência, o qual constitui-se de caráter obrigatório tanto para mestrandos quanto para doutorandos. Ademais, para estar apto para sustentação ou defesa os alunos precisam ter tido um desempenho acadêmico superior ou equivalente a B e a frequência não pode ser inferior a 75%, condições estas passíveis de desligamento do programa. Dessa forma, para a obtenção dos títulos, além de os critérios acima terem sido supridos, torna-se fundamental a apresentação e entrega de um trabalho coeso, ético e consistente às demandas do programa e da sociedade (FURG, 2020).

Salienta-se que o programa de pós-graduação em questão não é restrito aos profissionais de enfermagem levando em consideração a importância de visualizar a saúde de forma múltipla e interligada, o programa oportuniza o acesso de profissionais com as mais variadas formações e que tenham interesse em ampliar seus conhecimentos sob a perspectiva da saúde. Dessa forma, embora seja constituído majoritariamente por enfermeiros, profissionais de diversas áreas, como por exemplo, direito, medicina, fisioterapia, biologia e psicologia, entre outros, também integram e contribuem para o desenvolvimento do programa de pós-graduação.

3.4 Participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa 40 estudantes de pós-graduação em enfermagem, destes 18 mestrandos e 22 doutorandos. Foram critérios de inclusão: estar devidamente matriculado no curso de mestrado ou doutorado do programa de pós-graduação em enfermagem escolhido para a pesquisa, no ano de 2020. Como critérios de exclusão, considerou-se: estudantes que se encontravam em situação de licenças saúde ou maternidade, os que solicitaram o trancamento do curso, aqueles em que não foi possível estabelecer contato e ainda, aqueles que não retornaram à abordagem e ou não puderam participar.

Os pós-graduandos foram selecionados por amostragem não probabilística por conveniência ou acesso, de forma que a seleção dos participantes se deu pela disponibilidade,

na qual o investigador organizou o público disponível, na medida que compreendeu a potencialidade destes para contribuição no estudo. Caracteriza-se como uma metodologia de amplo alcance, com menos rigor e custos (GIL, 2019). A quantidade da amostra deu-se convergente à adesão dos estudantes a pesquisa, considerando os dados necessários para uma análise e interpretação consistente, atendendo assim os objetivos propostos.

A participação dos pós-graduandos foi estimulada mediante convite por e-mail e por aplicativo de WhatsApp, devido a atual situação pandêmica vivenciada no país e no mundo, enfatizando-se no momento, a importância do seu envolvimento na pesquisa. Outrossim, salientou-se na oportunidade, a relevância social do estudo e seus impactos consideráveis no âmbito da pós-graduação, contribuindo de forma considerável para o universo científico. Os contatos persistiram por três tentativas, após, mediante ausência de resposta e ou impossibilidade de participação expressa, os estudantes foram desconsiderados como participantes, conforme critérios de exclusão.

3.5 Coleta de dados

Optou-se como método de coleta a entrevista semiestruturada, realizada pela autora, por meio de uma ferramenta de comunicação síncrona em tempo real, o *Google Meet*, considerando o atual momento pandêmico, visando evitar a propagação do contágio do COVID- 19, convergente as diretrizes preconizadas pelos órgãos municipais e estaduais. De acordo com Gil (2019), a entrevista engloba modelagens flexíveis, útil para multivariadas pesquisas. A forma semiestruturada é composta por questões que possibilitam caracterizar os participantes e por questões abertas elaboradas previamente, constituindo-se de uma organização sistemática.

Em relação ao período da coleta dos dados, a operacionalização compreendeu o mês de outubro de 2020. Os estudantes do nível de mestrado e doutorado da pós-graduação foram contatados por e-mail e aplicativo de WhatsApp, e neste momento foi oficializado o convite para o presente estudo, prestando-lhes as informações em relação a operacionalização da pesquisa, objetivos e metodologia, bem como as particularidades da participação e a preservação dos aspectos éticos inerentes a investigação, sendo que toda a documentação pertinente foi encaminhada via endereço eletrônico.

Para aqueles que aderiram, de forma espontânea, foram fornecidas orientações para primeiramente realizarem a sua anuência e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) por meio eletrônico, sendo que o mesmo foi

disponibilizado em duas vias de igual teor, uma para o pesquisador e outra para o participante, encaminhadas via endereço eletrônico juntamente com as orientações. Foi solicitado ao participante a assinatura escaneada com o subsequente envio ao e-mail do pesquisador responsável, previamente a realização da entrevista.

Posteriormente, foi encaminhado aos participantes o link para realização da entrevista em tempo real, por meio do aplicativo *Google Meet*, conforme data e horário previamente acordados, num local reservado, garantindo assim a privacidade e o sigilo por intermédio da individualização das chamadas.

O aplicativo, constitui-se de uma ferramenta síncrona de comunicação online em tempo real, permitindo assim a interação simultânea entre pesquisador e participante, sendo possível captar reações e expressões bem como possíveis desconfortos. Essas percepções contribuíram para a análise e o desenvolvimento de estudos qualitativos, como este que se apresenta, mitigando os prejuízos na impossibilidade da coleta presencial.

A entrevista semiestruturada foi realizada por chamada de vídeo e gravada em áudio com o auxílio de um gravador, sendo posteriormente transcrita, e compreendeu questões fechadas de caracterização dos participantes e questões abertas com ênfase na temática proposta acerca da ética na pesquisa e suas conexões com a integridade científica (APÊNDICE D). O anonimato dos participantes foi garantido e preservado, utilizando-se para este fim a letra M (mestrando) ou D (doutorando) e o respectivo ano no curso, seguida de um número sequencial da ordem de realização da entrevista.

3.6 Análise dos dados

O mecanismo que envolve a análise dos dados compreende reflexões intermitentes acerca das informações disponíveis, associando-se paralelamente também ao processo de coleta de dados. Assim, de forma conjunta os produtos resultantes da compreensão dos dados, obtidos sob a perspectiva do participante, materializam-se sob a modelagem de relatórios e observações, integrando de forma relevante o conjunto que comporá as estruturas finais (CRESWELL, 2010).

A metodologia de análise aplicada foi a Análise Textual Discursiva, a qual compreendeu as seguintes fases: num primeiro momento o material foi submetido a uma ótica minuciosa, fracionado em partes para que a análise permitissem a compreensão de unidades menores oriundas do texto e que completam o sentido da informação, em um processo conhecido como unitarização; a segunda etapa, a categorização, consistiu no entendimento de

como esses fragmentos menores podem ser reorganizados no sentido de formar agrupamentos mais elaborados e sólidos, com características afins, ou seja, categorias, adquirindo compreensões distintas; já a terceira etapa compreendeu a exteriorização da nova compreensão, que surgiu a partir da reorganização dos elementos com a categorização, envolvendo a comunicação acerca do novo emergente (MORAES; GALIAZZI, 2016).

A exploração das mais variadas visões acerca da temática em questão, possibilita uma análise minuciosa composta por detalhes extremamente relevantes para a validação dos produtos obtidos. Além disso, a descrição através de um vislumbre reflexivo por parte do pesquisador, contribui para a apresentação de múltiplos pontos de vista divergentes e convergentes, que embora estejam correlacionados opõem-se as ideias centrais permitindo discussões democráticas vinculadas a mesma temática, que integra uma estratégia para acreditação das informações interpretadas (CRESWELL, 2010).

Para validação dos dados qualitativos foram utilizados métodos estratégicos que permitem confiabilidade interna, enfatizando a transparência textual através de uma descrição profunda dos resultados obtidos (CRESWELL, 2010). Entre esses métodos destaca-se o cuidado e controle com que as etapas de unitarização e categorização que foram organizadas bem como o produto expresso pela nova compreensão ascendente. Assim as falas incorporadas no corpo textual foram cuidadosamente associadas à uma interpretação harmoniosa às intenções legítimas dos participantes, contribuindo para uma representatividade consistente (MORAES; GALIAZZI, 2016).

3.7 Aspectos éticos

A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer número 4.320.595 (CAAE: 37123020.6.0000.5324). Foram respeitadas as observações e determinações legais da Resolução 510/16 que regulamenta a pesquisa na área das Ciências Humanas e Sociais, garantindo os direitos e deveres relacionados aos participantes do estudo, aos membros que integram o meio científico e aos Estados (BRASIL, 2016). Foi solicitada a autorização do Comitê de Pesquisa da Escola de Enfermagem (COMPESQ/EENF) (APÊNDICE A) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (APÊNDICE B). Garantiu-se a reponsabilidade e compromisso com a ética em todas as etapas do processo, preservando a Instituição, o programa e os participantes da pesquisa, obedecendo a rigor os princípios que regulamentam o código profissional e a legislação vigente.

Firma-se o compromisso da divulgação dos resultados para os participantes, para a instituição e para a sociedade, através da publicação de artigos em periódicos científicos de alto impacto. Garantiu-se na pesquisa a responsabilidade com o rigor ético a que se deve ser submetido as pesquisas envolvendo seres humanos bem como os deveres tangentes as legislações em vigor no país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desse estudo são representados por meio de dois artigos científicos, relacionados respectivamente, a cada objetivo da pesquisa. A formatação dos artigos foi organizada respeitando os critérios normativos de duas revistas distintas de QUALIS A, para as quais posteriormente a aprovação desse estudo, serão devidamente submetidos.

Como resultados da análise apresenta-se os seguintes artigos: Concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade científica e Conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. A partir do primeiro artigo, que objetivou conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa; emergiram duas categorias: Integridade científica: a dimensão ética da pesquisa e Implicações do produtivismo acadêmico para a integridade científica. Do segundo artigo, tem-se como objetivo analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa; emergiram duas categorias: Integridade científica versus má conduta: fatores determinantes; e tipos e definições de má conduta.

4.1 ARTIGO I

ARTIGO ORIGINAL

Concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade científica e ética na pesquisa

RESUMO

Objetivos: conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade na pesquisa científica. **Métodos:** Estudo qualitativo, descritivo e exploratório realizado em outubro de 2020, com 40 estudantes de um programa de pós-graduação em enfermagem de uma Universidade Pública do Sul do Brasil, mediante entrevistas semiestruturadas englobando questões abertas, com ênfase na integridade científica e sua importância para as pesquisas científicas, realizadas por meio de ferramenta síncrona de comunicação e analisadas pela análise textual discursiva. **Resultados:** Integridade científica: a dimensão ética da pesquisa e Implicações do produtivismo acadêmico para a integridade científica, as quais retratam a integridade científica intrinsecamente relacionada aos elementos éticos de suporte, bem como as nuances do produtivismo e seus impactos para a integridade. **Considerações finais:** é necessária a transversalização das práticas cristalinhas nos âmbitos de produção da ciência, para que o conhecimento seja perpetuado em harmonia com a integridade e suas representações para a comunidade.

Descritores: Estudantes de Enfermagem; Ética em Pesquisa; Pesquisa em Enfermagem; Educação de Pós-Graduação de Enfermagem; Revisão de integridade científica.

Descriptors: Students Nursing; Ethics Research; Nursing Research; Education Nursing Graduate; Scientific Integrity Review.

Descriptores: Estudiantes de Enfermarie; Ética en Investigación; Investigación en Enfermarie; Educacion Postgrado en Enfermarie; Revisión de Integridad Científica.

INTRODUÇÃO

A definição do termo integridade tem seus primórdios do latim *integritas* (*integritas, atis*), associado ao dicionário de língua portuguesa por meio das palavras que expressam compreensões relativas a ser pleno, completo, bem como não ter sido submetido a manipulações, inferindo-se assim há um vislumbre de honradez e retidão. Apesar de vinculada às características de uma existência física inalterada, permite a alusão no que tange

aos vínculos abstratos da moralidade e da austeridade relacionados aos termos mencionados acima, adquirindo características de proteção ou resguardo, em detrimento de intervenções extrínsecas que venham a causar prejuízo⁽¹⁾.

A integridade na ciência pode ser correlacionada a valores que integram a investigação científica garantindo uma produção de conhecimento isenta de desonestidades reproduzindo resultados eficazes. Assim, aspectos morais que convergem com resultados íntegros e transparentes são características fundamentais para pesquisadores e profissionais que estejam envolvidos no âmbito da saúde. Logo, a geração de conhecimento de forma cristalina e o repúdio às possibilidades de corrupção integram a práxis da integridade na ciência⁽²⁾.

Não obstante, a transparência científica é fundamental para que a pesquisa seja revertida de forma eficaz para a comunidade. Destaca-se a partir de uma revisão integrativa da literatura, que as principais motivações para más condutas encontraram justificativas em questões vinculadas a vaidade individual como o reconhecimento e prestígio, agregado a um substancial senso competitivo proveniente da necessidade de produção⁽³⁾.

No que tange ao produtivismo acadêmico, configura-se como relevante o pensar crítico a respeito das produções precipitadas, regidas pela lógica quantitativa. Assim, as vertentes que fomentam esse produtivismo devem ser amplamente discutidas, visto que ao mesmo tempo em que as posturas de integridade e ética são exigidas e fiscalizadas, este pensamento não pode estar indiferente ao contexto de fomento à ciência que envolve a necessidade de produzir. Dessa forma, o preparo para uma ciência impulsionada nas premissas da integridade não pode estar dissociado de um raciocínio crítico reflexivo sobre a temática e suas representações no âmbito científico⁽⁴⁾. Isto posto, torna-se relevante, análises profundas acerca da integridade, envolvendo discussões técnico científicas relativas ao tema, abrangendo os espaços acadêmicos, e as organizações públicas de forma global⁽⁵⁾.

Destarte, salienta-se a relevância dos espaços educacionais nesse contexto, bem como do protagonismo do estudante, perpassando os princípios éticos para além de regulamentações burocráticas demandadas pelas atividades acadêmicas, contribuindo para o seu desempenho também como ser humano e social^(6,7). Para tanto, é fundamental o incentivo a condutas que integrem valores e boas práticas no âmbito acadêmico, de forma contínua, por intermédio de iniciativas que mitiguem desonestidades científicas⁽⁶⁾.

Outrossim, enfatiza-se a importância de estudos que envolvam a ética e a integridade na ciência no ambiente de formação, fomentando o enriquecimento do conhecimento e possibilitando dessa forma, intervenções para fortalecer a transparência e credibilidade da

ciência, justificando a realização dessa pesquisa. Diante do exposto acima, emerge a seguinte questão de pesquisa: Quais são as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem acerca da integridade na pesquisa científica? E como objetivo conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa científica.

MÉTODOS

A metodologia utilizada para a construção desse estudo foi qualitativa, do tipo exploratório e descritiva, guiada pelas diretrizes da “Standards for Reporting Qualitative Research: A Synthesis of Recommendations (SRQR)⁽⁸⁾. A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2020 em um Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, de uma Universidade Pública do Sul do Brasil que possui conceito 5 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tal programa de pós-graduação teve início no ano de 2001 e os primeiros ingressos no curso de mestrado ocorreram em 2002. Em relação ao curso de doutorado, o início deu-se em 2009. O quadro docente é composto por 17 professores sendo que destes, 15 são permanentes e 2 colaboradores, 101 estudantes de pós-graduação matriculados, entre eles, 59 cursam o doutorado e, 42 o mestrado.

Participaram do estudo 40 estudantes, contemplando diversas áreas de formação dentre elas, Biologia, Direito, Enfermagem e Medicina, selecionados mediante amostragem não probabilística por conveniência. Foram estabelecidos como critérios de inclusão: estar devidamente matriculado no ano de 2020 no curso de mestrado ou doutorado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; e de exclusão: encontrar-se em situação de licença saúde ou maternidade e aqueles que solicitaram o trancamento do curso.

Optou-se como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada, englobando questões abertas, com ênfase na integridade científica e sua importância para as pesquisas científicas. As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora com o auxílio de uma ferramenta de comunicação síncrona em tempo real, com duração média de 30 minutos, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas para análise. O anonimato dos participantes foi garantido e preservado utilizando-se para este fim, a letra M (Mestrando) ou D (Doutorando) e o respectivo ano no curso, seguida de um número sequencial da ordem de realização da entrevista.

Para a análise dos dados, empregou-se a Análise Textual Discursiva, a qual compreendeu as seguintes fases: um primeiro momento o material foi submetido a uma ótica minuciosa, fracionado em partes para que a análise permitisse a compreensão de unidades

menores oriundas do texto e que completam o sentido da informação, em um processo conhecido como unitarização. Na segunda etapa, definida como categorização, as unidades de sentido, a partir do primeiro processo, foram agrupadas considerando suas representações provenientes da interpretação, resultando em duas categorias: Integridade científica: a dimensão ética da pesquisa e Implicações do produtivismo acadêmico para a integridade científica. Na terceira etapa compreendida como a exteriorização da nova compreensão, procedeu-se a interpretação das informações categorizadas, utilizando-se de uma dialógica empírica focada na compreensão do autor, sustentada por bases teóricas pertinentes a temática envolvida ⁽⁹⁾.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer aprovado sob o número 4.320.595 (CAAE: 37123020.6.0000.5324), sendo respeitadas as determinações legais da Resolução 510/16 que regulamenta a pesquisa na área das Ciências Humanas e Sociais ⁽¹⁰⁾. Foi disponibilizado e apresentado para os participantes que aderiram de forma espontânea, orientações para assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) por meio eletrônico, obtendo-se seu consentimento.

RESULTADOS

A partir da análise dos dados, emergiram duas categorias que englobam de forma organizada as resultantes da análise descrita, contemplando os vislumbres da integridade científica sob a ótica dos pós-graduandos e relacionados à conteúdo específico de intrínseca correlação e de conotação complementar no que tange as concepções de integridade.

Integridade científica: a dimensão ética da pesquisa

Nessa categoria emergiram resultados oriundos de uma reflexão acerca da integridade no que se remete à dimensão ética que perpassa as formas de construir e reproduzir a ciência. Acrescenta-se que as mais variadas nuances refletem a compreensão da categoria analisada, ampliando a visão da ética e da integridade em seu conceito literal sob o entendimento do estudante, que vislumbra a integridade científica de forma consistente, essencial e intrinsecamente relacionada aos elementos éticos de suporte que a constituem.

Todavia, salienta-se a existência de variâncias ideológicas entre os conceitos, expressando equivalência, dúvida chegando até a completa distinção, e que de forma não menos importante, fomenta as reflexões sobre a integridade, a ética e a moral bem como suas representações para as pesquisas científicas.

Eu não consigo ser uma pessoa íntegra sem ser ético. A ética está ligada à integridade [...] (D3.2).

Fico com dúvida [...] A integridade acho que está muita mais relacionada com a moral do que com a ética, não tenho certeza, esses são conceitos que não estão bem claros para mim (M2.2).

Para mim ele ser ético é bem diferente dele ser íntegro [...] (M2.10).

De forma complementar, a visão de integridade quando associado a produção de ciência emergiu de forma sistemática, associando-se essa concepção às boas práticas tangentes ao rigor metodológico da pesquisa englobando questões técnicas, normativas e éticas na relação com os participantes. Essa representação também se substancializa por meio da percepção sobre a utilização adequada de mecanismos que garantam a segurança integral de cada participante.

Integridade nos dados que vão ser coletados, para que não sejam burlados, integridade no conteúdo que vai ser exposto, tornar aquele conteúdo verdadeiro, acredito que seja isso [...] fazer uma pesquisa de forma integral, de forma correta (D1.1).

Eu penso nisso, a questão do respeito da autonomia dessa pessoa, nos riscos, nos benefícios. Eu penso nesse sentido assim, mais envolvendo aspectos éticos assim da pesquisa (M1.1).

Assim, o estabelecimento de uma relação inversa entre integridade e a quebra do rigor metodológico da pesquisa se manteve constante nos relatos, tornando enfática as diferenças que caracterizam a integridade ao total repúdio as práticas de desconstrução da credibilidade e da ciência.

Acrescenta-se que, elementos convergentes a moralidade individual e valores profissionais do pesquisador foram elencados, possibilitando inferências de que o conceito de integridade pode estar relacionado a valores subjetivos moldados em cada indivíduo. Destarte, a necessidade de ter conhecimento sobre a área de envolvimento foi citada como fundamental para sustentar a concepção de integridade, evidenciando o protagonismo do pesquisador no âmbito científico e sua atuação responsável na condução das pesquisas em saúde.

Eu acho que não tem como ser íntegro sem ser ético, porque a integridade é um valor moral, a honestidade, a integridade está muito ligada à honestidade. É eu desde saber o porquê que eu estou aqui, como me relaciono com os meus colegas pesquisadores, como eu me relaciono com o objeto da minha pesquisa (D3.2).

Conhecer a temática, respeitar, conhecer as limitações, os direitos e os deveres das pessoas as quais ele entra em contato diariamente, ou que está pesquisando e saber

que resultados serão devidamente trabalhados, ou seja, não vai criar um viés, não vai ter desvios de finalidades (D2.7).

Da mesma forma, a concepção da integridade é percebida sob uma perspectiva mais altruísta diretamente relacionada ao compromisso dos pós-graduandos com a produção de ciência para a sociedade. Assim, aspectos como fidedignidade, imparcialidade e confiabilidade encontram-se com frequência associados à integridade. Um ponto de destaque refere-se à integralidade das pesquisas no que tange a capacidade do pesquisador em sintetizar as informações, mas manter em foco a ideia principal, o que vem a corroborar com os elementos de confiabilidade e qualidade. Logo, os componentes supracitados complementam a percepção de que a integridade na pesquisa está relacionada ao seu potencial de transformar realidades, beneficiando a saúde de uma forma global, ou seja, destacando a importância da aplicação da produção do conhecimento nas práticas em saúde.

Tem horas que eu penso o que a gente está produzindo e o que a gente está conseguindo mudar lá na nossa prática, porque eu enxergo principalmente na nossa área uma ponte muito grande e para mim essa ponte cada dia que passa ela fica mais distante da pesquisa e da assistência por exemplo (D2.9).

Por conseguinte, enfatiza-se a partir das concepções, a importância de o pesquisador organizar um processo de autorreflexão, inclusive na articulação com o tempo de execução e receptividade às transformações que porventura vierem a ocorrer no caminho, para que os objetivos almejados não se desviem do compromisso com a devolutiva social, sucumbindo naturalmente a uma produção imbuída de empatia, ineditismo e credibilidade. Além disso, observa-se a relevância de uma neutralidade para que o pesquisador possa adentrar na pesquisa de forma cristalina e refletir o comportamento na ciência produzida e reproduzida a *posteriori*.

Acho que o comprometimento é um dos fatores mais importantes. O outro é o discernimento que tem que ser suficiente para poder te manter na tua linha e entender aquilo que vai te acrescentar ou não, se te tirar do teu plume, da tua integridade e da ética que tu acreditas que tu construíste. E, um terceiro atributo [...] é a disponibilidade [...] entender que, às vezes tu te manter num caminho que vai ao encontro com a integridade e ética tu tenhas que ter mais tempo, pois tens que refazer este caminho mais de uma vez (D1.3).

Implicações do produtivismo acadêmico para a integridade científica

Nesta categoria, a temática foi analisada partindo dos pressupostos de que fatores convergentes aos sistemas de produção acadêmica podem influenciar a integridade, bem com

a perpetuação dela nas pesquisas científicas. Nesse contexto, elenca-se elementos essenciais que constituem os pilares da integridade tendo como sustentação as premissas da qualidade, consistência do material produzido e suas implicações para a sociedade e para a ciência. Assim, menciona-se questões como a busca pela visibilidade e egocentrismo, produtivismo e conflitos de interesses como principais influenciadores da integridade científica nas produções acadêmicas, identificados nos relatos. Ademais, cabe destacar que a relação discente/docente auxilia como mediador desse processo, permeando o compromisso, a segurança e o modelo de desenvolvimento dos pós-graduandos, na marcha para o progresso da ciência e dos pesquisadores nos rumos da integridade.

Diante disso, destaca-se a necessidade de produção como fator substancial, associada com frequência às rupturas de integridade motivada por uma quantidade variável de fatores, sendo que essa condição, sob a ótica de muitos pós-graduandos, recorrentemente sobrepõe-se à qualidade das produções e intervenções no âmbito científico. Salienta-se que o produtivismo acadêmico, particularmente, torna-se um fator impactante nas formas de se desenvolver a ciência.

No âmbito da pós-graduação eu vejo uma necessidade de volume de produção e, muitas vezes, essa quantidade de volume compromete a integridade justamente porque a integridade demanda tempo e dedicação (D2.5).

A gente precisa de quantitativa eu sei que a gente precisa, mas deveria ter uma forma dos órgãos avaliadores nos avaliar de uma forma diferente, essas questões de cooperação [...] porque senão a gente faz muita quantidade com pouca qualidade (D1.6).

Todavia, observou-se concomitantemente, a compreensão da necessidade do produtivismo para alimentar um sistema global, muito presente no âmbito acadêmico, que transcende as portas da pós-graduação, na qual os professores também são submetidos a intensas pressões para a manutenção da produção e da qualidade.

A gente sabe que infelizmente pelo senso comum a gente até acaba explicando que aquilo é antiético, mas se você não fizer o sistema passa por cima de você [...]. Tem coisas que acontecem para o curso sobreviver, para dar nota na pós-graduação. Essa pressão toda os professores nos mostram, por que ele sofre também (M2.7).

Outrossim, as consequências do produtivismo podem ser ainda mais danosas, para além do desrespeito, de fragilidades metodológicas e da incipiência da qualidade, aja vista que, o desenvolvimento dos sistemas e a própria dinâmica social, no que tange as políticas de

atenção à saúde são nutridas pela integridade das pesquisas científicas. Ressalta-se que, as “rachaduras éticas”, por meio do produtivismo, podem culminar em impactos caóticos e potencialmente graves que ultrapassam os domínios da academia.

Se tu pensares no contexto da pandemia que a gente tem vivenciado tinha umas pesquisas que logo em seguida já tinha que publicar, só que a gente viu que algumas medicações, como a hidroxicloroquina, não tem o efeito desejado como a gente queria, só que isso influencia muito o povo. [...]. Tu tens que ter consciência daquela pesquisa que tu vais fazer, se ela não vai causar algum dano também (D1.1).

Neste contexto, destaca-se os periódicos predatórios e os respectivos corpos editoriais no fomento à comportamentos tendenciosos e egocêntricos, corroborando para a alimentação inadequada desse sistema de produção, estimulando e perpetuando as práticas de fácil publicação e de rigor frágil, incentivando potencialmente os ciclos de desonestidades que corroem a integridade nas mais variadas formas.

É o encontro de necessidade e oportunidade que está levando a várias atividades e pesquisas que acabam culminando com alterações importantes do seu rumo, na integridade de seus pesquisadores, na condução ética e, principalmente, nas publicações dos seus resultados. Eu acho que um outro fator que tem colaborado de uma forma bem importante é o fato dessas publicações que hoje se tornaram um pouco mais fáceis em periódico online sem qualquer tipo de controle [...] então é o capitalismo é a ganância é a vaidade de tu ter um número grande de publicações, ou de visualizações e citações, que eventualmente podem ter sido até compradas (D1.3).

Em contrapartida, cabe mencionar que a cultura de produção quantitativa, encontra-se sobreposta à qualidade, perpassando os princípios da comunidade científica de forma global, visto que a demanda exacerbada pelo produto científico converge de forma tênue com os conflitos de interesses representados por meio de vantagens para além de interesses pessoais, envolvendo grupos empresariais, instituições e representações de fomento financeiro com interesse nas investigações em saúde.

[...] eu poderia dizer que o corrompimento ocorre só por causa de dinheiro, mas eu acho que tem bem mais do que isso [...] essa pressão pelo número de publicações pode causar a falta de integridade do pesquisador, talvez metas financeiras, metas numéricas de publicações podem corromper o pesquisador, tu tens vários fatores sociais, econômicos, culturais (D2.7).

Emerge ainda, a importância da conduta transparente do pesquisador, permitindo a inferência de que apesar da existência de um corrompimento arraigado no âmbito científico é

possível conduzir a produção de ciência de forma cristalina, complacente à ética e à integridade nas pesquisas científicas e sua aplicação na saúde, o que implica também em um compromisso docente/ discente na busca pela integridade.

Porque tem que produzir, claro produzir sim, mas não primar pela quantidade, mas sim pela qualidade da pesquisa. [...] quando optamos pela pós-graduação sabemos que tem uma certa responsabilidade social e, por isso mesmo, que essa pesquisa tem que ter qualidade, por que vamos impactar na vida das pessoas (M2.5).

Corroborando com o exposto, no depoimento abaixo, percebe-se o desconforto e a insatisfação com o modelo de abordagem e condução de algumas pesquisas acadêmicas, o que pode deixar implícito a “pressa” na organização das investigações.

[...] a menina começou a me questionar, estava no meio do plantão e aí eu travei [...] Eu acho que se ela tivesse avisado a gente, antecipadamente teria sido bem melhor tanto o resultado dela como o meu desempenho (M2.10).

A categoria acima descrita complementa o entendimento da temática por meio das nuances do produtivismo e seus impactos, reforçando a necessidade da transversalização de práticas cristalinas em todos os âmbitos de produção da ciência, para que o conhecimento seja construído e perpetuado em constante harmonia com a integridade e suas representações para a comunidade.

DISCUSSÃO

O conceito de integridade na pesquisa abrange um rol de comportamentos que contemplam a condução da investigação sob uma perspectiva que ressalta o propósito e a responsabilidade do cientista enquanto profissional⁽¹¹⁻¹²⁾, visando a produção e articulação do conhecimento de forma virtuosa para o benefício da coletividade⁽¹²⁾. Assim, as concepções de integridade que emergiram entre os pós-graduandos do presente estudo permeiam os conceitos da ética e da moralidade, intrinsecamente relacionados a forma particular com que cada indivíduo compreende a o modo adequado de construir, conduzir e replicar o conhecimento.

Neste contexto, torna-se relevante a menção do paradoxo, descrito pelo código do Comitê Canadense de Integridade na Pesquisa, envolvendo as dimensões da ética e da integridade científica. Assim, enquanto a primeira é direcionada de maneira a garantir as conexões da conduta investigativa com as normativas éticas vigentes e aceitas socialmente⁽¹³⁾,

a segunda, refere-se a valores morais que perpassam as questões burocráticas e normativas como comportamentos, atitudes, valores, condutas, honestidade, transcendendo a ética de forma dinâmica na integralidade dos processos de elaboração da pesquisa⁽¹⁴⁾. Ressalta-se que, as compreensões apontadas na análise contemplam uma associação tênue entre a ética e a integridade, destacando a última como um pilar para as pesquisas científicas. Posto isto, por vezes esses conceitos são visualizados com um mesmo sentido, sem a percepção de que estes apresentam ideologias distintas.

Assim, a compreensão da integridade científica envolve o cumprimento de normas padronizadas inerentes aos processos de construção, análise e divulgação de estudos, subsidiado por condutas éticas e morais em todas as fases da investigação. Envolve também a atuação transparente do pesquisador, respeitando a autonomia e responsabilizando-se com a veracidade das informações coletadas e desfechos atingidos. Relaciona-se também comportamentos eticamente aceitáveis, permeando a neutralidade frente a conflito de interesses garantindo a independência da profissão⁽¹⁾. Diante disso, emergem questões arraigadas à moralidade, honestidade e transparência em relação ao pesquisador, constituindo elementos fundamentais para a elaboração e sustentação de uma concepção integral, e ainda solidificada no rigor da ética e da normatização científica.

Acrescenta-se que o manejo do conhecimento e sua aplicação em prol da humanidade constitui-se de um instrumento de grande importância e representa um avanço para todos. Todavia, a contaminação das práticas científicas por meio de condutas inapropriadas e informações inverídicas impactam nos propósitos da ciência e no desenvolvimento da sociedade em detrimento de toda uma população⁽¹⁵⁾.

Por conseguinte, a utilização do conhecimento na aplicação prática da saúde foi evidenciada e relatada como um fator essencial quando considerado a compreensão da integridade e sua relevância para as pesquisas. Além disso, fica evidente nos depoimentos que a conduta do pesquisador precisa estar fundamentada pela imparcialidade, representada pela ausência de interferências pessoais de qualquer natureza, e assim, esses elementos e suas correlações tornam-se fundamentais para que a integridade científica se reflita também nos resultados apresentados e nas transformações a partir deles.

A segunda categoria explora as visões acerca do produtivismo na academia sob várias nuances. Nesse contexto, ressalta-se que fatores como a opressão dos sistemas de produção de ciência^(16,17) e a busca por prestígio e lucro⁽¹⁷⁾, podem estar frequentemente conectadas à desvios de integridade^(16,17). Destaca-se, que essa prática pode impulsionar significativamente a ciência de má qualidade, representada de diversas formas e intensidades nas quais

professores, estudantes e Universidade também são submetidos aos efeitos da necessidade de produção sistemática.

Torna-se pertinente a alusão do produtivismo à uma razão capitalista na qual as produções sistemáticas conferem ganhos e prestígios aos seus mentores. A transposição para a realidade acadêmica no âmbito da pós-graduação, acarreta aos docentes e as Universidades, a missão de produzir cada vez mais. No entanto, esse comportamento mecanicista implica em alterações físicas e psicológicas culminando em prejuízos à saúde dos professores, que sucumbem, aceleradamente, à lógica do “*publish or perish*”^(18,19). Contudo, ressalta-se que esse sistema, parcialmente, sob uma perspectiva otimista, pode impulsionar os estudantes a elaborar materiais que venham a agregar ao meio científico e conseqüentemente contribuir positivamente para a sociedade⁽²⁰⁾, o que justifica o entendimento dos pós graduandos em relação a necessidade produtivista.

Entretanto, cabe destacar o paradoxo que emerge nesse contexto, visto que essa necessidade, com muita frequência, transforma o conhecimento em um produto^(19,20) e as relações acadêmicas em competições de mercado. No entanto, os prejuízos não são restritos, na medida que os pós graduandos também se tornam vulneráveis às conseqüências advindas do produtivismo, incluindo aspectos psicológicos, orgânicos e sociais⁽²⁰⁾.

Outra questão remete-se a qualidade do material produzido, considerando o atual modelo de avaliação da pós graduação por meio de métricas quantitativas, torna-se pertinente que formas de avaliação qualitativas sejam consideradas nos critérios das Instituições de fomento e controle para que quantidade e qualidade reflitam uma relação harmoniosa em benefício da ciência⁽²¹⁾. Essa questão corrobora com a compreensão dos pós-graduandos acerca da importância da qualidade, todavia considerando a necessidade da produção e visibilidade do conhecimento. Ademais, ratifica-se o entendimento de que apesar do produtivismo ser potencialmente prejudicial ao contexto acadêmico é possível a perpetuação de pesquisadores comprometidos com a integridade, sobrepondo-se à razão da produção “mercantilista” do saber.

Por conseguinte, um dos aspectos que envolve o processo de publicação de um material científico, compele aos revisores que atuam na avaliação criteriosa do conteúdo do artigo, assim como a análise da consistência técnica e ética⁽²²⁾. Paralelamente, os editores que coordenam os periódicos têm a responsabilidade e o compromisso de garantir a qualidade das publicações, no sentido de que muito tem a contribuir em prol da integridade científica⁽²³⁾. Nesse interim, os pós-graduandos associam a influência dos periódicos de condutas duvidosas e das revistas predatórias ao produtivismo e a corrosão da integridade na produção científica.

Acrescenta-se que o produtivismo acadêmico é utilizado como uma alavanca para as revistas de publicação fácil⁽²⁴⁾ com foco majoritariamente financeiro, as consequências impactam para a potencial visibilização de um material frágil em termos de ética e integridade visto que os processos de avaliação são inconsistentes ou por vezes ausentes⁽²⁵⁾.

Dessa forma, evidencia-se nesse estudo, um compromisso compartilhado no qual a pós-graduação tem um papel fundamental na perpetuação da integridade na pesquisa representado por intermédio da postura dos professores e aulas ministradas, bem como na dinâmica do orientador e na relação estabelecida com os orientandos. Enfatiza-se a importância do âmbito acadêmico no que se refere a compreensão plena das etapas metodológicas, direitos e deveres dos pesquisadores e participantes. As concepções analisadas podem ser estendidas à compreensão da necessidade do cuidado ético e integral no que tange a abordagem durante a condução e a operacionalização de pesquisas científicas.

Ressalta-se que as pós graduações no Brasil são registradas, avaliadas e fomentadas pela Coordenação de pessoal de nível superior (CAPES), uma organização da esfera federal conectada ao Ministério da educação que atua no monitoramento recorrente de produção científica, correlacionado as notas concedidas com indicativos de produção de pesquisadores e alunos, entre outras bases avaliativas⁽²⁶⁾. Ainda, as formas de avaliação dos programas de pós graduação do país não são organizados de maneira simplista, baseados na lógica quantitativa, aspectos qualitativos de avaliação são ofuscados nos interstícios da academia que sucumbem a valorização métrica da produção do conhecimento⁽²⁷⁾.

Ratifica-se que no contexto acadêmico, o aumento constante da produtividade na pesquisa e a qualidade dos trabalhos técnicos cede espaço, para a quantidade robotizada de publicações⁽²⁸⁻²⁹⁾. Todavia, as concepções de integridade no âmbito acadêmico foram elencadas pelos pós-graduandos não somente por aspectos relacionados ao quantitativo de produção, mas também aos interesses pessoais e institucionais que podem estar vinculados a apoio financeiro e a visibilidade de benefício mútuo.

Corroborando, os conflitos de interesses podem ser caracterizados como uma situação em que a simultaneidade entre o foco da ciência e interesses de outras origens, tornam-se perceptíveis e potencialmente tendenciosos em detrimento da neutralidade necessária para as condutas científicas. O cenário pode ser representado por conexões existentes entre os pesquisadores e conveniências de natureza financeira, pessoal, comercial entre outros⁽³⁰⁾.

Para tanto, ressalta-se a compreensão acerca da cultura de integridade dentro do universo acadêmico, levando em consideração que a ética se expande ao meio social e profissional que ascende os ambientes educacionais. Dessa forma, para além de condutas

internas que reiteram e perpetuam a aplicação da ética na formação acadêmica, destaca-se que as práticas docentes determinam significativamente, para além do profissional, o ser humano que será protagonista na modelagem da ética e da moralidade na sociedade de hoje e além⁽³¹⁾.

Acrescenta-se que as boas práticas científicas bem como a perpetuação da integridade no âmbito de formação acadêmico, deve ser sistematicamente incentivado intermediado pela liberdade, criticidade e compromisso com a coletividade⁽³²⁾. Ademais, torna-se extremamente válido refletir acerca do fortalecimento da ética nas bases curriculares, com a finalidade de mitigar práticas inapropriadas⁽³³⁾.

Por conseguinte, a integridade na produção científica foi destacada como parte da ética em pesquisa, sugerindo reflexões sobre as relações dos estudantes e docentes para construção de um conhecimento solidificado em condutas eticamente adequadas, sobrepondo-se as influências negativas, representadas pelo produtivismo, conflitos de interesse, vaidade acadêmica e competitividade.

Limitações do Estudo: as concepções expressas neste estudo não podem ser exploradas sob uma perspectiva comum, pois integram visões características dos estudantes do programa de pós-graduação analisado, torna-se assim, oportuno e enriquecedor que mais estudos na temática sejam elaborados, permitindo correlações e conclusões integrais.

Contribuições para a Área: o artigo fomenta reflexões acerca da compreensão integridade científica bem como os potenciais fatores de corrosão relacionados ao produtivismo acadêmico que prejudicam o desenvolvimento e a transparência da pesquisa, permitindo uma reflexão sobre o âmbito científico e as formas de conduzir o conhecimento, impulsionando as boas práticas concomitantemente à boa ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, a compreensão da integridade nas pesquisas científicas adquire uma visão multidimensional sob a ótica dos pós-graduandos, em divergência de uma interpretação denotativa encontrada na literatura. A integridade é compreendida por um conjunto de inferências pessoais, e ainda, ousa-se mencionar uma possível transversalidade na medida em que ela pode ser evidenciada no protagonismo do pesquisador, no respeito mútuo entre participantes e pesquisadores, na relação entre os pares, no compromisso com o retorno social efetivo, mas principalmente nas construções científicas que são perpetuadas e replicadas nos espaços educacionais da pós-graduação.

Pontua-se que o produtivismo acadêmico emergiu de forma expressiva nos relatos, o que exterioriza um desconforto palpável em relação aos sistemas de produção que permeiam

os espaços científicos. Merece destaque, uma compreensão cristalina da necessidade de a qualidade do material produzido sobrepor-se as métricas quantitativas deixando transparente a consciência acerca da integridade e o que ela representa para a perpetuação do conhecimento, para a saúde e para a sociedade.

Logo, o presente estudo atende os objetivos propostos, evidenciando que a integridade tem suas bases na formalização de regras de rigor metodológico, mas está muito mais direcionada a essência de cada indivíduo, reiterando os compromissos mútuos que permeiam as relações científicas e humanas. Em suma, é possível vislumbrar as mais variadas nuances, bem como os constructos éticos indissociáveis que caracterizam o ser íntegro e a aplicação dessa integridade na pesquisa, inferindo que a integridade na ciência, sob a perspectiva dos pós-graduandos, não pode ser conceituada de forma isolada.

REFERÊNCIAS

1. Neves MCP. On (scientific) integrity: conceptual clarification. *Med Health Care and Philos.* 2018;21(2):181-7. doi: <https://doi.org/10.1007/s11019-017-9796-8>
2. Goulart BNG, Levey S, Rech RS. O papel da ética e da integridade da pesquisa na formação dos profissionais da saúde e no desenvolvimento da pesquisa com seres humanos. *Revista CEFAC.* 2018;20(5):561-564. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201820513518>
3. Da Costa Aznar FD, De Freitas AR, Capelari MM, De Carvalho Sales-Peres SH, Sales-Peres A, Da Costa Aznar FD. Neutralidade científica: aspectos éticos na obtenção de resultados. *Rev. Latinoamericana de Bioética.* 2017;17(33-2):31-41. doi: <https://doi.org/10.18359/rlbi.1899>.
4. Vilaça MM. Más condutas científicas uma abordagem crítico-comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, 2015;20(60):245-269. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206012>
5. Pádua GCC, Guilhem D. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. *Revista Bioética.* Brasília, 2015;23(1):124-138. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-80422015231053>
6. Martinez Martín M, Casado M, Neves MCP. Declaració sobre ètica i integritat en la docència universitària. *Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona [internet]* 2018 [citado em 20 Out. 2020]. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/119580>.
7. Denat Y, Dikmen Y, Arslan GG. Ethical values of academic nurses: A pilot study. *Nursing Ethics.* 2019;26(6):1744-1752. doi: <https://doi.org/10.1177/0969733018774613>
8. O'Brien BC, Harris IB, Beckman TJ, Reed DA, Cook DA. Standards for reporting qualitative research: a synthesis of recommendations. *Academic Medicine.* 2014;89(9):1245-1251. doi: <https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000388>
9. Moraes R, Galiuzzi MC. *Análise Textual Discursiva.* 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

10. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em ciências humanas e sociais. Conselho Nacional de Saúde [internet] Brasília, p. 44-46, 4 mai. 2016. [citado: 15 out. 2020]. Seção 1. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
11. Simões E. A declaração de singapura e a questão da integridade ética na pesquisa científica. *Thaumazein: Revista Online de Filosofia*. 2018;11(22):63-83. doi: <https://doi.org/10.37782/thaumazein.v11i22.2562>
12. Santos LHL. Sobre a integridade ética da pesquisa. *O Cienc. Cult.* 2017;69(3):4-5. doi:<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000300002>
13. État des politiques sur l'intégrité et l'inconduite en recherche au Canada. Le Comité canadien de l'intégrité de la recherche. HAL Innovation Policy Economics [internet]. Ottawa, Ontario 2009 [citado 12 out 2020]. 160 p. Disponível: http://www.frqs.gouv.qc.ca/documents/10191/186009/Etat_politiques_integrite_Canada_2009.pdf/45f8ee74-022c-483f-8e28-bcc45f015913
14. Russo, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estud Av.* 2014;28(80):189-98. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100016>
15. Severino AJ. Implicações éticas da construção do conhecimento: desafios para a prática da docência e da investigação científica. *Filosofia e Ensino*. 2017;6(1):59-70. doi: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/nesef.v6i1.59522>
16. Guazi TS, Laurenti C, Carrara K. Boas práticas científicas: Uma discussão analítico-comportamental. *Interação em Psicologia*. Curitiba, 2018;22(1). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i1.54143>
17. Satur RV, Dias GA, Silva AMBM. Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas *Brazilian Journal of Information Science* [Internet]. 2020 [citado 19 nov. 2020]14(1):57-87. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7340412>.
18. Andrade JS, Cassundé FR, Barbosa MAC. Da liberdade à “gaiola de cristal”: sobre o produtivismo acadêmico na pós-graduação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, [internet]. 2018 [citado 12 out 2020]9(1):169-97. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/43356>
19. De Farias Júnior, RS. “Publish or perish”: o produtivismo acadêmico e o adoecimento docente. *Revista Cocar*, [internet] 2020 [citado 12 out 2020]14(28):644-663. Disponível: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3142>
20. Estácio L, Andrade W, Kern V, Cunha C. O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. *Em Questão*. [Internet] 2019 [citado 12 out 2020]25(1):133-58. Disponível: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79285>
21. Gamboa SS, Chaves-Gambo M. A produção científica no sistema de pós-graduação brasileiro: os desafios da avaliação qualitativa. *CIAIQ2019*, [internet] 2019 [citado 12 out 2020]1:1023-1032. Disponível: <https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2392>
22. Rego ST, Oliveira SAB, Rocha AD, Carvalho AL, Morits AF, Lima CEPGV et al. Guia de Integridade da Fiocruz. [Internet] 2019 [citado 22 out, 2020]. Disponível: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41188>

23. COPE, Committee on Publication Ethics. A code of conduct for editors of biomedical journals [Internet]. 2011 [citado 28 nov. 2020]. Disponível em http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors_Mar11.pdf.
24. De Santana Carvalho ES, Júnior, Hudson P. Santos. Publicar e perecer: ameaça das revistas predatórias à integridade científica. *Revista Baiana de Enfermagem*33;2019. e34649. doi: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.34649>
25. Clark J, Smith R. Firm action needed on predatory journals. *BMJ*. 2015; 350:210. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.h210>
26. Marengo, A. When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. *Revista de Ciencia Política*. 2015, 35(1), 33-46. doi: 10.4067/S0718-090X2015000100003
27. Dos Santos FA, Marques HJ. A avaliação da pós-graduação brasileira e a produção do consenso ativo. *Intermeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação-UFMS* [Internet]. 2018 [citado em 25 nov. 2020];24(47). Disponível em: <http://desafioonline.ufsm.br/index.php/intm/article/view/5907>
28. Fischer J, Ritchie EG, Hanspach J. Academia's obsession with quantity. *Trends. Ecol. Evol.* [Internet] 2012 [citado 24 nov. 2020];27(9):473-4. Disponível: <http://millsonia.free.fr/Publications%20diverses/fisher2012Tree.pdf>
29. Lima JM, Vanti N. Produção científica e produtivismo acadêmico no processo avaliativo da pós-graduação brasileira. *RevBib*, [internet] 2019 [citado 12 out 2020]5(1):18-41. Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/18423>
30. FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Código de Boas Práticas Científicas [Internet]. 2012 [citado 28 nov. 2020]. 42 p. Disponível em: https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf
31. Almeida F, Seixas A, Gama P, Peixoto P, Esteves D. Fraude e plágio na universidade a urgência de uma cultura de integridade no ensino superior. *Imprensa da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 2016;297 p. doi: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5>
32. Silva NRA, Pádua GCC, Novaes MRCG, Guilhem DB. Scientific integrity among nursing students participating in the Scientific Initiation Program: An exploratory study. *Rev. esc. enferm. USP*. 2020;54: e03548. doi: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2018047703548>
33. Barbosa QF, Rodrigues CS, Novaes MRCG. Integridade científica na educação de profissionais de saúde *Rev. bioét.*2019;27(1):120-6. doi: 10.1590/1983-80422019271294

4.2 ARTIGO II

Conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa

RESUMO

Objetivo: analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. **Método:** pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória norteada pelos critérios da “Standards for Reporting Qualitative Research: A Synthesis of Recommendations, realizada com 40 estudantes dos cursos de mestrado e doutorado de uma universidade pública situada no Sul do Brasil, por meio de amostragem não probabilística por conveniência. Os dados foram coletados por intermédio de entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio virtual com a utilização de aplicativo síncrono, os quais foram submetidos à análise textual discursiva. **Resultados:** emergiram duas categorias: Integridade científica versus má conduta: fatores determinantes e Tipos e definições de má conduta. Evidenciou-se que o entendimento de má conduta está vinculado a constructos inversos ao sentido de integridade científica, explicitando que os conceitos podem ser correlacionados pelos limites de suas diferenças. **Conclusão:** Os pós-graduandos possuem conhecimento coeso relacionado a gravidade dos comportamentos inadequados nas pesquisas científicas, destacando a figura do orientador como essencial na perpetuação de boas práticas na ciência. Espera-se que essa pesquisa possa instigar discussões e idealizações de ações mais amplas e um fortalecimento contínuo da dialógica docente e discente, impulsionando a ressignificação do saber e a mitigação da má conduta.

Descritores: Má Conduta Científica; Educação Superior; Ciência; Estudantes de Enfermagem; Ética em Pesquisa; Fraude.

Descriptors: Scientific Misconduct; Education Higher; Science; Students Nursing; Ethics Research; Fraud.

Descriptores: Mala Conducta Científica; Educación Superior; Ciencia; Estudiantes de Enfermería; Ética en Investigación. Fraude.

Introdução

Condutas éticas na academia, compatíveis às boas práticas científicas, remetem a um cenário desafiador e latente no que tange a realidade brasileira, muito embora, não se configure como um evento contemporâneo, visto que as desonestidades científicas se perpetuam de forma atemporal e indiferentes às limitações geográficas. Todavia, atenta-se para o fato de que este problema possa estar sendo acentuado na atualidade, por razões relacionadas à ascensão tecnológica nas formas de produzir e replicar o conhecimento⁽¹⁾.

Ressalta-se que má conduta na pesquisa se remete a comportamentos inadequados que incluem invenções, falsificações, plágio⁽²⁻³⁾, tornando-se fundamental uma busca coletiva contínua pela ética e confiabilidade do material produzido⁽²⁾. As fraudes na ciência derivam de duas vertentes, a primeira, refere-se à criação fantasiosa de forma total e ou parcial dos dados que integram um produto científico e a segunda constitui-se de uma falsificação ou manipulação de metodologias, ou estatísticas que tendem a culminar nos resultados previamente esperados⁽⁴⁾. Tal prática representa um problema de manejo delicado, não se restringindo ao meio científico e seus correlatos como instituições de formação e pesquisa, periódicos de divulgação da ciência e órgãos de fomento, visto que os impactos advindos dessa conduta, refletem-se, de forma equiparada, ao meio social e a coletividade⁽⁵⁾.

Ademais, é possível visualizar uma conexão entre a prática de má conduta e as lacunas de produção acadêmica que necessitam ser preenchidas, visto que esse comportamento tem

por objetivo corresponder as exigências do produtivismo, corrompendo aspectos indispensáveis para a integridade e o rigor das pesquisas científicas⁽⁶⁻⁷⁾. Todavia, as fraudes acadêmicas refletem mais do que questões jurídicas e penais, pois abrangem uma falha na projeção de estudantes que replicam um raciocínio crítico-reflexivo, capaz de criar as suas próprias ideias às sombras da ciência transparente⁽⁸⁾. Assim, salienta-se a importância da pós-graduação para o desenvolvimento da dinâmica da aprendizagem, principalmente no que se refere as más condutas em pesquisas e seus impactos na ciência oriunda das universidades.

Acrescenta-se a necessidade latente de se conhecer aos vislumbres da má conduta em pesquisa sob a ótica dos estudantes, visto que desvelar os saberes sobre a temática permitirá a perpetuação de uma dialógica produtiva no âmbito da pós graduação, além de possibilitar o desvelo de lacunas educacionais existentes, fundamentais para que ações sejam idealizadas e implementadas em prol da formação de pesquisadores e docentes plenos para a perpetuação das boas práticas em pesquisa, o que justifica a realização desse estudo. Assim emergiu como questão de pesquisa: quais os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa? **Objetivou-se** analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa.

Método

Tipo de estudo: O estudo compreende uma análise de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, norteada pelos critérios da “Standards for Reporting Qualitative Research: A Synthesis of Recommendations (SRQR)⁽⁹⁾. **Local:** Teve como local de estudo um programa de pós-graduação em enfermagem de uma universidade pública situada no Sul Brasil. Atualmente, o programa está avaliado com conceito 5 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui 101 discentes matriculados, sendo que destes, 42 são mestrandos e 59 são doutorandos, orientados por 15 docentes permanentes. O mesmo

foi aprovado em 2001 e iniciou suas atividades acadêmicas com o curso de mestrado e doutorado, respectivamente em 2002 e 2009, ambos autorizados pela CAPES.

Período: A pesquisa compreendeu o mês de outubro de 2020. **População:** Participaram 40 estudantes, 18 do curso de mestrado e 22 do doutorado, selecionados por amostragem não probabilística por conveniência. **Crítérios de seleção:** Definiu-se como critérios de inclusão: ser estudante regular do curso de mestrado ou doutorado em 2020; e de exclusão: estudantes em licença por motivo de maternidade ou doença e os que estivessem em situação de trancamento do curso. **Instrumentos:** Para coleta de dados, utilizou-se da entrevista semiestruturada com questões que enfatizaram a compreensão da integridade e da má conduta na produção de ciência no âmbito da pós-graduação. **Coleta:** Realizada por meio virtual com a utilização de aplicativo síncrono com duração média de 30 minutos.

Análise: Na análise de dados, utilizou-se o método textual discursivo descrito por Moraes e Galiazzi⁽¹⁰⁾, seguindo-se três etapas: unitarização, categorização e comunicação. Na primeira etapa, foram realizadas leituras profundas do material obtido captando as unidades de sentido que foram listadas de modo convergente ao objetivo da pesquisa, num processo denominado unitarização. Após, na categorização, ocorreu a aproximação e o estabelecimento de relações entre as unidades de sentido, as quais foram organizadas em categorias com a finalidade de sintetizar as informações. Na última etapa desenvolveu-se a interpretação da mensagem captada baseada na apreciação do autor subsidiada por referencial bibliográfico convergente ao tema de pesquisa, culminando no processo de comunicação ou exteriorização da nova compreensão⁽¹⁰⁾.

Aspectos éticos: O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, obtendo-se aprovação (CAAE: 37123020.6.0000.5324, nº 4.320.595), contemplando a Resolução 510/16 que dispõe sobre o campo de Ciências Humanas e Sociais⁽¹¹⁾. Salienta-se que o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi devidamente explicado e obtido de forma

virtual garantindo-se a autonomia, o respeito e o anonimato dos participantes. Os participantes tiveram sua identidade preservada utilizando-se de pseudônimos alusivos as iniciais dos cursos M (mestrado) e D (doutorado) pertencentes e ao ano de desenvolvimento (M1 a M2; D1 a D4), complementado pelo número correspondente a sequência das entrevistas.

Resultados

Como resultados, emergiram duas categorias: Integridade científica versus má conduta: fatores determinantes e Tipos e definições de má conduta. A análise das categorias oriundas da investigação, demonstra o entendimento de má conduta vinculado a constructos inversos ao sentido de integridade científica, explicitando que os dois conceitos podem ser correlacionados pelos limites de suas diferenças. Ademais, emerge uma compreensão de caráter múltiplo no sentido de que as investigações científicas precisam atingir um propósito pautado no respeito, na ética e na aversão absoluta às desonestidades científicas representadas pelo plágio, auto plágio, falsificação e/ou manipulação de dados, autorias indevidas e/ou injustas, bem como pelos ciclos corruptivos que contaminam a ciência de uma forma global em prejuízo a sociedade, reiterando a importância do docente e da pós graduação para o caminho da integridade.

Integridade científica versus má conduta: fatores determinantes

Esta categoria reflete a compreensão do pós-graduando de como as desonestidades científicas supracitadas são diluídas no universo científico, impulsionando os ciclos corruptivos em detrimento da boa ciência. Todavia, destaca-se que nem todas as formas de corrupção elencadas são vistas como intencionais e ainda, algumas como “pequenos

deslizes”, geralmente sem impactos midiáticos, mas que contribuem, sob a ótica dos estudantes, para o corrompimento da pesquisa científica.

Á priori, destaca-se os impactos da má conduta nas pesquisas em saúde, verificando-se durante a análise, de forma regular, que o entendimento de má conduta pode estar relacionado a inversão da integridade diretamente, definindo os dois conceitos sobre constante oposição:

[..] são duas coisas separadas: a integridade e a má conduta, [...] são opostas. Se eu estou dizendo que eu estou tendo uma integridade na minha pesquisa, eu estou cumprindo com toda integridade científica da minha pesquisa, eu não poderia ter uma má conduta [..] (D4.1).

No que tange a má conduta, imbuída nas práticas investigativas em saúde, percebe-se que os estudantes vislumbram essa questão com receio e, de certa forma, como uma ameaça para o meio científico e para a sociedade sob uma ótica integral. Ressalta-se que esses aspectos refletem que a má conduta não é mensurada pela sua proporção, mas pela sua simples existência, reiterando que sua presença no meio científico se torna potencialmente perniciosa.

[..] na questão de saúde eu acho que ela é ainda mais grave por causa disso né, porque a gente lida com pessoas, com vidas e aí, talvez, um resultado manipulado pode prejudicar a vida de outra pessoa [..] (D4.2).

[..] no momento que eu assumo essa conduta e essa responsabilidade, que não é só a frente um comitê de ética, não é só a frente uma universidade, eu acho que a gente tem que pensar que é frente a uma sociedade, que é frente a mim mesmo [..] (D1.6).

Nesse contexto, destaca-se a banalização de delitos aparentemente de menor gravidade, oriundos de práticas acadêmicas que inicialmente possuem um desfecho

inofensivo, mas que podem culminar em desastres científicos de ampla proporção, contribuindo para um ciclo contínuo de desonestidades na propulsão da ciência corrupta e de má qualidade.

[..]eu acho que a má conduta na pós-graduação assim como na graduação, já começa quando tu pegas um trabalho de um colega que é do outro semestre e toma aquele trabalho por ti e muda algumas palavras [..]

(D1.1)

Fatores externos e ou internos podem ser determinantes para o desencadeamento de reações cíclicas de más condutas, levando em consideração uma multicausalidade que permeia o universo acadêmico. Nota-se que apesar de emergirem de uma categoria de senso comum é possível analisar os fatores determinantes por três vertentes distintas.

Inicialmente, visualiza-se entre os fatores causais, elementos mais relacionados ao nicho acadêmico, que embora de forma mais localizada e restrita, pode fomentar ciclos de desonestidades representadas pela imaturidade científica, competitividade e produtivismo, inclusive quando relacionados à percepção incipiente acerca da importância das devolutivas sociais para população:

Para mim é o despreparo[..] desde a universidade, desde o ensino médio. O Brasil como um todo não prepara os estudantes para a pesquisa, aí isso na minha opinião é o que leva aos plágios, a ter os artigos científicos plagiados [..] (M2.10).

[...] o próprio sistema tem essa pressão para que a pessoa produza, [...] por conta dessa pressão, pode até interferir na forma como essa pessoa vai fazer essa pesquisa [..] (M2.5).

Salienta-se que a pós-graduação, de forma parcial, sobretudo concisa, pode influenciar no desenvolvimento da maturidade do aluno enquanto pesquisador, considerando esclarecimentos mais sólidos nos processos de ensino-aprendizagem:

[..] trazer a realidade da pesquisa, trazer essas implicações logo no ingresso dos alunos, [..] para eles saberem que fazer pesquisa não é uma brincadeira, não é simplesmente eu ir ali e juntar alguns dados, colocar num papel e obter meu título, [..] tem toda uma responsabilidade por trás, não só da pós-graduação, mas do próprio aluno (D1.6).

Ademais, observa-se que a má conduta na pesquisa perpassa caminhos multivariados sob a ótica discente, alternando a conduta pela “má fé” ou por práticas não intencionais, inofensiva aos olhos de quem produz, reiterando a significância dos espaços educacionais para o desenvolvimento científico dos pós-graduandos.

[..] você precisa citar que a ideia inicial é dela, então às vezes acontece o plágio por uma ignorância do estudante, a ignorância de não saber o que é, não foi ensinado no meio acadêmico[..] (D3.2).

[..] autoplágio acho que é uma coisa tão complicada que automaticamente quando está muito submerso naquele assunto, é uma coisa bem complexa assim porque tu crias uma forma de escrita e tu vai utilizando aquilo reproduzindo aquilo em todas as outras e quando tu vai ver, tu está falando sempre, tu tá fazendo o auto plágio [..] D2.6).

A segunda vertente pode ser remetida a elementos de cunho subjetivo relacionada as premissas da moralidade e da individualidade, sob uma perspectiva singular, levando em consideração valores morais, conduta parcial tendenciosa e vaidade acadêmica:

[...] uma falta de caráter a partir do momento que tu te deixas levar [...] corrupção nas pesquisas acho que envolve também o caráter do pesquisador e acho que seja a falta dele dentro da ética do próprio pesquisador. Tem a ver com quem tu és e como tu desenvolve o teu trabalho (M2.8).

Má conduta em pesquisa é quando o pesquisador infringe alguns princípios éticos para ter benefício na própria pesquisa ou para ter reconhecimento. A pessoa que está fazendo a pesquisa não está fazendo pesquisa porque sabe o que é pesquisa, fazendo pesquisa por causa de uma carreira (M1.3)

A terceira vertente identificada refere-se a questões de vantagens financeiras e comerciais que podem englobar pessoas físicas, jurídicas ou até instituições o que representa de forma consistente um conflito de interesses, conforme depoimento abaixo:

[...] às vezes as pesquisas envolvem ambições de governo que alteram os resultados às vezes em função de uma política, [...] quanto maior a pesquisa mais chances ela tem de ser corrompida [...] interesse que aquela pesquisa dê um determinado resultado (D1.2).

Outro aspecto emergente explora, sob a visão dos estudantes, a relevância da articulação harmoniosa entre pós-graduação, docente e estudante. Essa percepção torna-se visível em muitos relatos, apesar de não contemplar a unanimidade, explicitando que os professores e espaços acadêmicos interferem de forma significativa na formação do pesquisador e no amadurecimento de práticas que perpetuem a replicação do conhecimento íntegro e avesso a toda e qualquer má conduta.

Então, a gente teve aula de plágio e pelo que me lembro foi mais uma conversa. Com o orientador, grupo de pesquisa, tipo grupo de pesquisa ajuda muito assim, te apoia bastante e tal, mais isso do que especificamente nas disciplinas sendo trabalhado (D1.4).

Mas eu acho que o orientador ele tem um papel fundamental. Foi o orientador que me deu suporte e disse olha: existem tais e tais aspectos que devem ser seguidos. São aspectos que eu acho que é muito foi muito mais pra mim então do orientador comigo do que a própria pós-graduação em si (D4.1).

Tipos e definições de má conduta

Contempla-se nessa categoria a visão conceitual dos pós-graduandos acerca das desonestidades científicas, com destaque nas experiências intrínsecas a cada estudante, e ainda refletindo nos constructos elaborados no âmbito da temática e no entendimento da má conduta enquanto conceito, além de suas dúvidas e anseios que perpassam a produção científica. Visualiza-se a percepção sobre o plágio e o autoplágio, destacando-se ideias em torno da gravidade e dos conceitos sob várias perspectivas, sendo que a concepção do plágio foi considerada com maior gravidade por um expressivo quantitativo da amostra, observado de forma recorrente.

[..] o plágio ele é o mais grave assim, porque tu vais copiar as ideias do outro, tu vais copiar um desenvolvimento, uma revisão, tu vais copiar um artigo que já foi feito alguém que batalhou, alguém que fez todo o trabalho e tu simplesmente vai e copia [..] (D2.4).

Ressalta-se que parte considerável dos pós-graduandos entendem o plágio de uma forma mais complexa, não limitando-se a uma cópia “*ipsis litteris*” de um manuscrito original, mas englobando a usurpação da ideia construída e publicada de outrem, sem as devidas atribuições autorais. Destaca-se ainda, a problematização de que nesses casos os instrumentos digitais para a mitigação dessas condutas, como *softwares* antiplágio, apesar de úteis, podem tornar-se obsoletos frente essa complexidade, o que possibilita um vislumbre de maior amplitude em relação a essa má conduta.

[...] atualmente fica claro que é plágio não tu copiar um parágrafo [...] e sim tu copiar uma ideia [...] existem programas que eu pego um artigo feito por ti e traduzo todas as palavras que nunca vão ser linkadas umas às outras e mesmo assim eu vou estar falando a mesma coisa [...] (D1.3).

Todavia, em alguns momentos, evidenciam-se dúvidas e hesitações no que tange a caracterização do autoplágio, possibilitando a inferência de que a relação entre esses conceitos não está consolidada na sua integralidade entre os pós-graduandos:

Com relação ao autoplágio eu fico um pouco confusa também o que seria no sentido de que, por exemplo, quando eu me cito no trabalho de que forma eu me coloco nesse trabalho, fico um pouco confusa assim em relação a plágio e autoplágio (D2.2).

Em relação a falsificação de dados, as percepções foram unânimes no que tange a amplitude da gravidade inferindo-se sentimentos de repulsão em grande parte dos relatos. Muitos deles ainda, relacionam o ato à ética do pesquisador enquanto profissional e a configuração de um crime tanto do ponto de vista penal quanto social.

Quando isso ocorre na questão da saúde pública em pesquisas de saúde isso é muito mais grave ainda porque envolve ser humano, envolve questões de práticas de saúde, de ensino e pesquisa de protocolos de saúde, de políticas públicas. Enfim, é algo bem desconfortável e a meu ver é crime (D3.1).

Já em relação a compreensão do conceito, evidencia-se uma concepção que se caracteriza pela alteração das informações coletadas bem como do sentido real da pesquisa, seja em relação as falas dos participantes ou à índices de proporcionalidade intrínsecos à mensuração do quantitativo utilizado. Salienta-se que o entendimento perpassa os princípios da ética e da integridade e é representado também por inferências sem fundamentação e

adultrações totais ou parciais, reiterando a compreensão de que a gravidade está imbuída em toda forma de falsificação. Outro ponto visualizado, refere-se a tênue relação desta conduta com o direcionamento à resultados convenientes para o pesquisador, visando atender as mais variadas naturezas de interesses.

Falsificação de dados é quando eu injeto dados, [...] para facilitar o meu processo de análise, pra facilitar os meus resultados ou pra me dar resultados que seriam esperados talvez (D3.5).

A falsificação de dados que a gente enxerga vai de uma simples conta de multiplicação de um meio, então tu fazes uma pesquisa com 10 e diz que fez com 100 e mantém a tua proporção [...] (D1.3).

Ressalta-se ainda, potenciais fragilidades envolvendo pesquisas qualitativas e quantitativas, no entanto apesar de a maioria vislumbrar as pesquisas qualitativas como mais vulneráveis, as pesquisas quantitativas também são destacadas como susceptíveis a esse tipo de conduta:

[..] eu vejo que de uma certa forma a qualitativa possibilita um pouco mais ao pesquisador viés da percepção do pesquisador, o que na quantitativa não esteja sendo comum, pode ocorrer com certeza e pode haver distorção de dados também (D2.7).

Em relação aos créditos autorais, emergiram dúvidas e concepções variadas, destacam-se a ideia de uma única mentoria do trabalho, atribuindo a esse os créditos de autor principal e aos demais uma espécie de autoria secundária ou coautoria. Além disso, percebe-se a visão de uma construção coletiva do conhecimento possibilitando a divisão dos créditos autorais:

[..] mesmo se vai ter outras pessoas para me ajudar, a chave daquela pesquisa, o responsável pela pesquisa sou eu, então eu tenho autoria sobre ela (D2.4).

[...] O que a gente vê hoje na prática é que essa autoria é muito comum de ser compartilhada, ou é compartilhada com o orientador quando se está no caminho do mestrado, ou do próprio doutorado, em alguns casos menos e outros mais (D2.2).

Outro ponto relevante presente nos depoimentos, perpassa a participação efetiva e pertinente aos propósitos do estudo, associando essa conceituação à má conduta, quando relacionado a tratativas injustas de contribuições:

[...] tem bastante pessoas que acabam definindo, colocando as pessoas como autoras e essas pessoas nem participaram desse trabalho. Essa fulana revisou o português, mas ciclano ela ajudou aqui na montagem do trabalho, mas não é bem assim (M1.1)

Muitas vezes utiliza outras pessoas para realizar a pesquisa, para que auxiliem o processo de autoria, mas que não são autores de fato da pesquisa (D3.5).

Pode-se visualizar um desequilíbrio nas relações entre os pares, perpassando as conexões de integridade e má conduta e as correlacionando com a autoria científica, permitindo a inferência de que os comportamentos inadequados podem ser influenciados pela necessidade de produção e que impulsionam conflitos no que tange os convívios da academia. Atenta-se para o fato de que surgiram evidências de abalos éticos entre os pares refletido em situações intrínsecas a questões autorais que envolviam tentativas de publicações sem o consentimento explícito de todos os envolvidos e “trocas injustas de favores” conforme pode ser visualizado abaixo:

Quando tu crias o trabalho, tem muita gente que vai de carona na autoria do trabalho, mas que faz lá uma ajuda em uma determinada parte e não sendo realmente o autor da obra, ajuda com alguma coisa e vai de carona, ou a pessoa te ajuda em determinado momento e diz coloca meu nome no artigo. (D1.4).

Discussão

Má conduta na pesquisa compele ações concretas intencionais ou tendenciosas que venham a propagar a irresponsabilidade, omissão, imprudência, indiferença a normativas pertinentes bem como conduções fraudulentas no percurso das investigações, de forma direta ou indireta⁽¹²⁾. A compreensão dos pós-graduandos sobre as desonestidades científicas possibilita um vislumbre de que o conhecimento literal do conceito concebe um permanente estado de contraposição à integridade.

Por conseguinte, considerando a globalização do saber, destaca-se que as boas práticas em pesquisa são soberanas na produção do conhecimento, sendo que a sociedade, o âmbito científico e a comunidade acadêmica de forma geral, não podem permanecer indiferentes às desonestidades, garantindo-se assim, sanções para aqueles que as praticam⁽¹³⁾. Corroborando, em relação a gravidade dessas condutas, a análise revela que a severidade parece ser compreendida pela existência do ato, explicitando uma consciência acerca das consequências que impactam para a ciência e para a sociedade.

Contudo, ressalta-se que os corrompimentos científicos possam advir parcialmente, da ausência de reflexões profundas sobre a importância da ética aplicada nas práticas investigativas. Portanto é fundamental a intensificação de debates bem como a operacionalização de estratégias em educação que venham a perpetuar a ética nas condutas científicas⁽¹⁴⁾.

Entretanto, no cotidiano acadêmico, por vezes, torna-se banal as “pequenas desonestidades” que embora passem despercebidas habitualmente, não podem ser ignoradas.

Sob a perspectiva dos estudantes, esses comportamentos estimulam circuitos intermitentes de más condutas deteriorando as práticas científicas. Observou-se indícios de que os gatilhos para as práticas desonestas possam advir de três vertentes diferentes, sendo a primeira relacionada ao domínio acadêmico.

Salienta-se que o meio acadêmico como propulsor da ciência, exerce uma pressão considerável no que tange aos pesquisadores⁽¹⁵⁻¹⁷⁾. Frequentemente, a produção acelerada de artigos e materiais científicos, com a finalidade de suprir as demandas da academia pode induzir indiretamente a desastres acadêmicos como o plágio e o autoplágio. Este, embora seja vislumbrado juridicamente diferente quando comparado ao primeiro, ainda é caracterizado como uma desonestidade científica e passível de punição⁽¹⁵⁾. Ressalta-se que o produtivismo acadêmico emergiu de forma expressiva sob a ótica dos pós-graduandos, relacionado principalmente aos fatores determinantes para a realização de má conduta.

A divulgação das conclusões de uma pesquisa, torna-se um compromisso do pesquisador para com a sociedade e devem ser feitos respeitando os princípios que regem as normativas científicas⁽¹⁸⁾. Assim, as competências técnico científicas do pesquisador e a consolidação de uma conduta adequada, tornam-se fundamentais para a efetividade dos processos investigativos. Acrescenta-se que a indiferença a esse comportamento normatizador corrói o compromisso do pesquisador com a ciência e os pares bem como a confiabilidade do material produzido, resultando em danos para o universo científico e para a sociedade, representados parcialmente pelo plágio, autoplágio, fabricação de dados e créditos indevidos⁽¹⁹⁾.

Além disso, ressalta-se nesta categoria, a importância da dinâmica educacional orientando e corrigindo os desvios de conduta, sendo indispensáveis, processos dialógicos fortalecidos nos preâmbulos da integridade. Em síntese, ressalta-se que as desonestidades na

academia possibilitam análises profundas, tangentes aos ambientes de formação em prol da integridade da ciência e no combate as práticas fraudulentas⁽²⁰⁾.

Os espaços de formação são determinantes para que os pesquisadores e discentes exerçam práticas no sentido de fortalecer o saber científico, contribuindo assim para o desenvolvimento de protagonistas críticos e competentes em prol de uma articulação ética da ciência^(8, 21). Reitera-se a importância de estudos que contemplem as boas práticas científicas na academia, visto que iniciativas dessa natureza favorecem a perpetuação da ética no âmbito científico⁽²¹⁻²²⁾.

A segunda vertente, refere-se a aspectos tangentes à honestidade e moralidade, que contribui para as condutas equivocadas, imbuídas da vaidade e do egocentrismo. Ressalta-se que as motivações que culminam em má conduta científica podem ter origens subjetivas pautadas no egocentrismo e na individualidade⁽²³⁾.

Em relação aos conflitos de interesses, destaca-se que o termo pode ser definido como uma situação em que os objetivos prioritários estão suscetíveis a influências, para que atendam à benefícios secundários, por exemplo de natureza pessoal ou monetária, que diferem dos propósitos originais⁽²⁴⁻²⁵⁾. Essa problematização, foi elencada na terceira vertente, ressalta-se que os pós-graduandos atribuíram essa questão como potencial determinante para a efetivação de uma má conduta.

Destarte, a importância da pós-graduação e dos docentes foi observada como fundamental para os processos de frenagem de condutas inadequadas, reiterando a compreensão de má conduta como algo errôneo e nocivo em detrimento da integridade. Ademais, na segunda categoria, destaca-se a compreensão das mais variadas desonestidades na ciência sob a ótica do estudante, integrando parte da narrativa utilizada para conceituar a má conduta.

Entre as más condutas conceituadas, estão o plágio, autoplágio, falsificação de dados e autoria indevida. Para a grande maioria dos pós-graduandos, o ato de plagiar não se resume a uma cópia fidedigna de uma frase ou texto, mas sim a apropriação indevida de uma ideia, corroborando com a literatura de base. Neste ínterim, define-se como plágio o ato de apropriar-se do produto intelectual de outrem sem destinar os devidos direitos, sobressaindo sobre este, ilusoriamente créditos indevidos. Salienta-se que o plágio além de contemplar cópias superficiais fidedignas engloba também a usurpação da mensagem central^(1,26).

Em relação ao plágio e autoplágio constata-se hesitações e incertezas consolidando o fato de que sua caracterização não permeia a simplicidade. Em muitos relatos os estudantes esboçaram dúvidas ou não souberam expressar com clareza a sua compreensão. Assim, o conceito envolve percepções de difíceis interpretações, exigindo reflexões bem como a multiplicação de conhecimento acerca do assunto para organizar e esclarecer o que se caracteriza ou não como plágio científico. Ressalta-se nesse contexto a relevância das bibliotecas na academia⁽²⁷⁾.

Dessa forma, o auto plágio conceitua-se como a reutilização de obras de um mesmo autor em situações diferentes, atribuindo-lhes legitimidade inédita, omitindo as referências de publicações e divulgações prévias⁽²⁸⁻²⁹⁾. Já o plágio, caracteriza-se pela transcrição do texto, sem citação da fonte, bem como da cópia da mensagem primária para elaboração de outra interpretação, tomando para si uma teoria que não lhe é de direito⁽¹⁹⁾.

A concepção de falsificação de dados apresenta-se homogênea entre o grupo de estudantes, especialmente no que se refere aos impactos dessa conduta para a ciência, associado a princípios inerentes ao indivíduo enquanto pessoa e profissional. Evidencia-se nos depoimentos a menção acerca da vulnerabilidade das pesquisas, com ênfase nas abordagens qualitativas, todavia os desvios de conduta nesse caso também podem ser inferidos a aspectos tangentes a integridade pessoal.

Nesse ínterim, a fabricação ou invenção, como desonestidade científica, caracteriza-se na publicação de dados e ou conteúdos inverídicos mascarados por uma veracidade inexistente^(3,19), inclusive aqueles relacionados a anuência dos participantes como termos e documentos afins⁽³⁰⁾. Já a falsificação envolve manipulação de informações, instrumentos e ou materiais, bem como a ocultação ou subtração de informações essenciais ao produto investigativo^(3,19).

Em relação a autoria, enfatiza-se que a maioria dos estudantes compreende a definição relacionada a troca compartilhada de conhecimentos e contribuições efetivas sejam elas operacionais ou intelectuais. Embora identifique-se relatos de que a autoria de um trabalho se remete diretamente ao executor principal do trabalho, corrobora-se a ideia de uma concepção híbrida, sendo que o entendimento de que autoria não se relaciona exclusivamente a uma única pessoa, afluiu sistematicamente.

Entre as modalidades de delitos éticos envolvendo os créditos autorais^(31,32) destaca-se a conduta que consiste em agregar ao escopo do trabalho científico o nome de pessoas que contribuíram de forma incipiente ou não contribuíram na elaboração do material, situação que pode ser relativamente comum na academia⁽⁷⁾. Ademais, a autoria fantasma configura como uma situação em que os créditos intelectuais do material científico não são destinados a um autor que colaborou significativamente⁽³³⁾. Em suma, justifica-se o mérito de autoria por meio do envolvimento substancial no desenvolvimento do material científico, como por exemplo a organização das informações coletadas e revisão técnico-científica, assim como o compartilhamento de responsabilidades sobre o conteúdo produzido, entre outros^(24,34).

Torna-se importante que os espaços educacionais assim como os pesquisadores, organizem diretrizes para definição de autoria e mecanismos que auxiliem na mitigação de infrações relacionadas, além de disciplinas que contemplem a ética no desenvolvimento

profissional dos alunos no sentido de contribuir para o entendimento da temática bem como na compreensão clara do que define os autores na produção de conhecimento⁽³⁵⁾.

Limitações do Estudo: Apesar de ter contado com uma amostra expressiva, esse estudo impossibilita generalizações, visto que as percepções inerentes ao âmbito do local de estudo são específicas e particulares, fazendo-se necessário investigações mais amplas na temática.

Contribuições para a Área: O estudo permite reflexões acerca do vislumbre da má conduta sob a visão do pós-graduando. Espera-se que essa pesquisa possa instigar discussões e idealizações de ações mais amplas e um fortalecimento contínuo da dialógica docente e discente, impulsionando a ressignificação do saber e a mitigação da má conduta em todas as suas faces em prol de pesquisadores plenos e conscientes da importância da ciência de qualidade, para si e para o mundo.

Conclusão

Contempla-se ao término desse estudo a análise de fatores que determinam a má conduta baseada na ascensão de uma concepção sustentada por um conjunto de dimensões interligadas, cujos efeitos sob a pesquisa condicionam-se a uma gama de elementos internos e externos ao âmbito acadêmico. Esse entendimento possibilita a inferência de que os fatores determinantes da má conduta emergem de múltiplas origens e que a subjetividade contribui para a formulação dessa compreensão. Destaca-se, que o conhecimento majoritário dos pós-graduandos sobre má conduta é corroborado pela literatura explorada, todavia perpassa um domínio abstrato quando relacionado às questões de moralidade e integridade e sua absoluta inversão.

Pontua-se a exposição de uma convicção consistente de que embora “más – condutas leves” possam parecer menos impactantes, não devem ser consideradas insignificantes. Essa

análise permite a constatação de que os pós-graduandos possuem um conhecimento coeso relacionado a gravidade dos comportamentos inadequados nas pesquisas científicas bem como as consequências nocivas que advém dessa conduta. Destaca-se a importância do programa de pós-graduação e da relação estudante e professor, sendo que a figura do orientador se torna essencial como mestre na condução da caminhada científica do pós-graduando, contemplando a transformação do mesmo em um pesquisador que perpetue as práticas da boa ciência.

Referências

1. Neiva de Souza RN, Klein Conti V, Sales AA, Raimundo Mussel IC. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. *Revista Bioética*. Brasília, 2016;24(3):459-468. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422016243145>
2. Nature. Integrity for all: Considering research integrity to be confined to misconduct stops scientists from improving. 2019 jun 6;570(7759):5-5. doi: <http://dx.doi.org/10.1038/d41586-019-01727-0>
3. University of california San Diego. Integrity of research policy and procedures. Policy & Procedure Manual [internet]. San Diego, [Internet] 2018 [citado em jan 3, 2019];seção100-4. Disponível em: <http://adminrecords.ucsd.edu/ppm/docs/100-4.html>
4. Tarragó OF. Estrategias para inhibir y prevenir el fraude en la investigación científica. *Revista latinoamericana de bioética*. [Internet] 2014 [citado em mar 3, 2018];14(2):90-99. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v14n2/v14n2a08.pdf>

5. Massano J, Ferreira MA. Scientific and Academic Integrity in Portugal: A National Enterprise. **Acta Médica Portuguesa**. 2020;33(1):1-3. doi:
<https://doi.org/10.20344/amp.12930>
6. Guazi TS, Laurenti C, Carrara K. Boas práticas científicas: Uma discussão analítico-comportamental. *Interação em Psicologia*, Curitiba, 2018;22(1). doi:
<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i1.54143>
7. Satur RV, Dias GA, Silva AMBM. Direito autoral, plágio e coautoria: Questões acadêmicas e éticas. *Brazilian Journal of Information Science*. [Internet] 2020 [citado em nov 6, 2020]; 14(1):57-87. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7340412>
8. Maranhão CMSA, Santos FCP, Ferreira PTM. Banalização da fraude acadêmica: reflexões à luz da teoria da semicultura de adorno. *Educação & Sociedade*. 2017;38(138):249-263. doi:
<https://doi.org/10.1590/es0101-73302016158799>
9. O'Brien BC, Harris IB, Beckman TJ, Reed DA, Cook DA. Standards for reporting qualitative research: a synthesis of recommendations. *Academic Medicine*. 2014;89 (9): 1245-1251. doi:
<https://doi.org/10.1097/ACM.0000000000000388>
10. Moraes R, Galiuzzi MC. *Análise Textual Discursiva*. 2ª ed. Ijuí: Unijuí, 2016.
11. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510 Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em ciências humanas e sociais.

- Conselho Nacional de Saúde, Brasília, p. 44-46, 4 mai. [Internet] 2016. [citado em out 10, 2020] Seção 1. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
12. University of Oxford. Portal University of Oxford [internet] 2018 [citado em 12 out, 2020]. Disponível: <https://hr.admin.ox.ac.uk/academic-integrity-in-research#collapse1310991>
 13. Palácios M. Bioética, Saúde e Sociedade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.
 14. Olesen AP, Amin L, Mahadi Z. Research Ethics: Researchers Consider How Best to Prevent Misconduct in Research in Malaysian Higher Learning Institutions Through Ethics Education. *Sci Eng Ethics*. 2019;25(4):1111-1124. doi: <https://doi.org/10.1007/s11948-018-0054-0>
 15. Furlanetto MM, Rauen FJ, Siebert S. Plágio e autoplágio: desencontros autorais. *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão*. 2018;18(1):11-19. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-1801ap-0000>
 16. Teixeira TSC, Marqueze EC, Moreno CRC. Produtivismo acadêmico: Quando a demanda supera o tempo de trabalho. *Rev. Saúde Pública*. 2020;54:117. doi: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002288>
 17. Fávero AA, Bechi D. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. 2020; 28(13). doi: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4891>

18. Reyes HB. Problemas éticos en las publicaciones científicas. *Revista médica de Chile*. 2018;146(3):373-378. doi: <http://dx.doi.org/10.4067/s0034-98872018000300373>

19. ALL EUROPEAN ACADEMIES. The European code of conduct for research integrity. European Science Foundation. Berlin: ALLEA. [Internet] 2018 [citado em abril 3, 2019]. Disponível em: https://www.allea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital_PT.pdf.

20. Barbosa QF, Rodrigues CS, Novaes MRCG. Integridade científica na educação de profissionais de saúde. *Revista Bioética*, 2019;27(1):120-126. <https://doi.org/10.1590/1983-80422019271294>

21. Silva NRA, Pádua GCC, Novaes MRCG, Guilhem DB. Scientific integrity among nursing students participating in the Scientific Initiation Program: Na exploratory study. *Rev Esc Enferm USP*. 2020;54:e03548. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018047703548>

22. Denat Y, Dikmen Y, Arslan GG. Ethical values of academic nurses: A pilot study. *Nursing Ethics*. 2019;26(6):1744-1752. doi: <http://dx.doi.org/10.1177/0969733018774613>

23. Tompson DR, Clark AM. The ego has landed! What can be done about research misconduct, scandals, and spins? *The american journal of medicine*. 2018;133(5):552-553. doi: <https://doi.org/10.1016/j.amjmed.2018.11.034>

24. Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals. Update, Dec. 2019. Disponível em: www.icmje.org/icmje-recommendations.pdf
25. Oxford. Oxford University conflict of interest policy. Approved by Council on 15 July 2019. [Internet] 2018. [citado em jul 30, 2020] Disponível em: <https://researchsupport.admin.ox.ac.uk/governance/integrity/conflict>
26. Rode SM, Pennisi PRC, Beaini TL, Curi JP, Cardoso SV, Paranhos LR. Authorship, plagiarism, and copyright transfer in the scientific universe. *Clinics*. 2019;74:e1312. doi: <https://dx.doi.org/10.6061/clinics/2019/e1312>
27. Leitão H, Almeida P, Simões, MG, Martinez-Avila D. Ação das bibliotecas acadêmicas na prevenção do plágio. *Ciência da Informação*, Brasília, DF. [Internet] 2019. [citado em nov 8, 2020];48(3):239-251. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4536>
28. Spinak E. Ética editorial e o problema do autoplágio. [Internet] 2013. [citado em jan 12, 2021]. Disponível em: <https://blog.scielo.org/es/2013/11/11/etica-editorial-y-el-problema-del-autoplagio/>
29. Irigaray HAR. Plágio e pirataria na academia: entre Mizner e o Código Penal Brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*. 2020;18(3):1. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1679-395181801>

30. Medical Research Council. Policy and procedure for investigating allegations of research misconduct. MCR. [Internet] 2017 out. [citado em nov 25, 2020];versão 1.4, 25p. Disponível em: <https://mrc.ukri.org/documents/pdf/mrc-policy-on-research-misconduct/>
31. Pancherz H. Misusing authorship. *Am J Orthod Dentofacial Orthop.* 2020;158:309-10. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ajodo.2020.05.001>
32. Hilário CM, Grácio MCC, Guimarães JAC. Aspectos éticos da coautoria em publicações científicas. *Em Questão.* 2018;24(2):12-36. doi: <http://doi.org/10.19132/1808-5245242.12-36>
33. Flanagin A, Carey LA, Fontanarosa PB, Phillips SG, Pace BP, Lundberg GD, Rennie D. Prevalence of articles with honorary authors and ghost authors in peer-reviewed medical journals. *JAMA.* 1998;280(3):222-4. doi: <http://doi.org/10.1001/jama.280.3.222>
34. Rego ST, Oliveira SAB, Rocha AD, Carvalho AL, Moritz AFE, Lima CEPGV et al. Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz. [internet] 2019. [citado em 22 out, 2020]. Disponível: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41188>
35. Albarracin, MLG, Castro CM, Chaparro PE. Importância, definição e conflitos da autoria em publicações científicas. *Revista Bioética, Brasília.* 2020;28(1):10-16. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422020281361>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente estudo reitera a importância da ética e da integridade para as pesquisas científicas, salientando-se que elas não são compreendidas de forma banal, e esse entendimento refletiu-se na análise da integridade e da má conduta nos dois recortes vislumbrados. Assim, os alunos esboçaram uma compreensão profunda e complexa, mas igualmente peculiar visto que não se limitou as conotações bibliográficas. Destaca-se a ascensão do conceito para uma compreensão dinâmica e mutável no sentido de que a integridade e sua inversão à má conduta permeiam as relações humanas e são refletidos nas produções científicas.

Em relação a ética e a moralidade, os atributos de integridade sob a ótica dos pós-graduandos constituem-se de prerrogativas de natureza individual e corroboram como as práticas educacionais, contribuindo para uma relação cíclica de fortalecimento e retidão para que o pesquisador não se desvie dos propósitos da integridade. Já em relação à má conduta percebe-se uma relação intrínseca às desonestidades científicas elencadas na revisão de literatura. Todavia, a análise do conhecimento dos estudantes sobre a temática, possibilitou a compreensão de que as concepções de má conduta, assim como a integridade, não são estáticas, visto que ultrapassam as questões simplistas e adentram em um universo em que as motivações, as relações interpessoais e institucionais influenciam significativamente o saber científico cristalino.

Acrescenta-se que as premissas da integridade estão presentes nos pós-graduandos e ganham representatividade nos depoimentos que refletem essa consciência da influência do produtivismo para a concepção da ciência, por meio do repúdio as desonestidades e a insatisfação diante das inconformidades acadêmicas de produção exacerbada, no intuito de preencher currículos e sustentar um sistema arraigado de competitividade, refletidos nos estudantes, nos docentes, nos programas de pós-graduação e na sociedade. Nesse contexto, desvela-se uma preocupação na aplicação do conhecimento teórico de forma que possa ser sustentado e operacionalizado nas práticas em saúde, promovendo transformação e mudança através de uma ciência dinâmica e de qualidade.

Todavia, cabe ressaltar o grau considerável de subjetividade das concepções encontradas na análise dos dados, visto que cada ideia ou projeção de integridade evidenciada, esteve intrinsecamente relacionada a forma como cada um visualiza e reflete a sua própria caminhada acadêmica e profissional. Assim, a ética e a integridade são distintas no que se refere a amplitude de impacto científico, mas tornam-se equiparadas quando são considerados

os alicerces filosóficos que as sustentam e parecem nortear em diferentes proporções, mestrandos e doutorandos, nos rumos de um caminho cada vez mais crítico, dialógico e construtivo, que constituem as bases da integridade para a boa ciência.

Em suma, o âmbito da pós-graduação torna-se fundamental nesse contexto, verbalizado pelos estudantes sob as mais variadas percepções e representado pela importância de uma figura docente sólida e presente às vistas de um processo de ensino aprendizagem fortalecido. Assim, o programa de pós-graduação e tudo o que ele representa, paralelamente relacionado aos estudantes e suas respectivas formas de ver e fazer ciência, integram um grande conjunto e são fundamentais para a construção e a perpetuação de um conhecimento íntegro, ético, coeso e útil para os pares e para a saúde em todas as suas representações.

Como limitações ressalta-se o fato de a pesquisa ter sido realizado em um espaço educacional específico o que impossibilitaria generalizações levando em consideração a subjetividade dos participantes e as particularidades do programa de pós-graduação. Entretanto, o estudo possibilita uma visão mais ampla dos conceitos de integridade e má conduta e certamente fomenta novas iniciativas de pesquisa na área, impulsionando ideias e ações fortalecendo concomitantemente, a relação interpessoal e dialógica entre estudantes, professores e espaços educacionais no compromisso mútuo com um egresso íntegro, ético e consciente dos impactos da má conduta em todas as suas faces, para si próprio, para os pares, para a ciência e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABDON, A. P. V. Cultura de integridade em pesquisa: Somos agentes promotores. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v.28 n.1, p. 1-2, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2015.p1>. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/4007/pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ALBARRACIN, M. L. G.; CASTRO, C. M.; CHAPARRO, P. E. Importância, definição e conflitos da autoria em publicações científicas. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 10-16, Mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422020281361>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422020000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Rigor e integridade na condução da pesquisa científica: guia de recomendações de práticas responsáveis. **ABC**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-4311.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.
- ADASHI E. Y.; WALTERS, L. B.; MENIKOFF, J. A. The Belmont Report at 40: Reckoning With Time. **Am J Public Health**. v. 108, n. 10, p. 1345-1348, out. 2018. DOI: <https://doi:10.2105/AJPH.2018.304580>. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2018.304580>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ALL EUROPEAN ACADEMIES. **The European code of conduct for research integrity. European Science Foundation** [Berlin: ALLEA] 2018. Disponível em: https://www.allea.org/wp-content/uploads/2018/11/ALLEA-European-Code-of-Conduct-for-Research-Integrity-2017-Digital_PT.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.
- ALMEIDA, F.; SEIXAS, A.; GAMA, P.; PEIXOTO, P.; ESTEVES, D. Fraude e plágio na universidade a urgência de uma cultura de integridade no ensino superior. **Imprensa da Universidade de Coimbra**. Coimbra, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1123-5>. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/fraude_e_pl%C3%A1gio_na_universidade_urg%C3%Aancia_de_uma_cultura_de_integridade_no_ensino_superior. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ANDERSON, M.; KLEINERT, S. Montreal statement on research integrity in cross-boundary research collaborations. In: **Third world conference on research integrity. Montreal, Canada**, p. 5-8, mai. 2013. Disponível em: <https://wcrif.org/montreal-statement/file>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- ANTUNES, M. T. P.; MENDOÇA NETO, O. R.; OYADOMARI, J. C. T.; OKIMURA, R. T. Conduta ética dos pesquisadores em contabilidade: diferenças entre a crença e a práxis. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 319-337, Dec. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000300006>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000300006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.
- ARNOLD, J. F.; BOAN, A. D.; LACKLAND, D. T.; SADE, R. M. Clinical and Translational Research Ethics: Training Consultants and Biomedical Research Personnel. **The American Journal of Bioethics**, NY. v. 18, n. 1, p. 57-61, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/15265161.2017.1401172>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15265161.2017.1401172>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AZEVEDO, E. S. Desafios da bioética no século XXI. **Gazeta médica da Bahia**, Bahia, v. 78, n. 1, p. 37-40, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/File/237/228>. Acesso em: 20 jul. 2020.

AZEVEDO, E. S. Honestidade Científica: Outro Desafio ao Controle Social da Ciência. **Gazeta Médica da Bahia**, Bahia, v. 76, n. 1, p. 35-41, jan/jun. 2006. Disponível em: http://www.gmbahia.ufba.br/adm/arquivos/art_or4_20061%5B1%5D.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

BALDUINO, A. F. A.; CORRÊA, M. E. C.; LABRONICI, L.M.; MANTOVAI, M. F. The bioethics in the scene of the nursing. A descriptive study. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 6, n. 1, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.5935/1676-4285.2007875>. Disponível em: Acesso em: 20 nov. 2020.

BANNURA, G. Publicación duplicada y autoplágio en publicaciones médicas. **Revista chilena de cirugía**, Santiago, v. 69, n. 1, p. 1-2, fev. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rchic.2016.11.009>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0379389316301661?via%3Dihub>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BARBOSA DE OLIVEIRA, M. A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador. **Scientiae studia**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 867-897, set/dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000400007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662015000400867. Acesso em: 21 nov. 2020.

BATTESTIN, C.; DUTRA, J. C. Aonde vamos com tanta pressa? Os entraves do produtivismo acadêmico. **Diálogo das Letras**, v. 8, n. 2, p. 2-17, 10 ago. 2019. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/DDL/article/view/528>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL, Código Penal. **Decreto lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940**. Diário Oficial da União – Seção 1, 31 de dezembro de 1940, p. 23911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 12, p. 59, 13 jun. 2013, Seção 1. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 26 out. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196, de 10 de outubro de 1996. Brasília, DF: CNS, 1996. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1944.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BEAUCHAMPS, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Princípios de ética biomédica**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRISPE, Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics, Rio de Janeiro, 28 mai. – 1 jun. 2012. Disponível em: <http://www.ibrispe.coppe.ufrj.br/port.php>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BROCHARD, L.; KAVANAGH, B. P. Declaration of conflicts of interest: a ‘crooked’ line towards scientific integrity. **Intensive Care Medicine**, v. 44, n. 10, p. 1732-1734, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00134-018-5358-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00134-018-5358-7>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BUDD, J. M.; COBLE, Z.; ABRITIS, A. An investigation of retracted articles in the biomedical literature. **Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, v. 53, n. 1, p. 1-9, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1002/pra2.2016.14505301055>. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/pra2.2016.14505301055>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CALDWELL, J. G.; PRICE, E. V.; SCHROETER, A. L.; FLETCHER, G. F. Aortic regurgitation in the Tuskegee study of untreated syphilis. **Journal Chronic Diseases**, vol. 26, p. 187-94, 1973. DOI: [https://doi.org/10.1016/0021-9681\(73\)90089-1](https://doi.org/10.1016/0021-9681(73)90089-1). Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/4695031>. Acesso em: 22 no. 2020.

CAMPOS-VARELA, I.; RUANO-RAVIÑA, A. Misconduct as the main cause for retraction. A descriptive study of retracted publications and their authors. **Gaceta sanitaria**, v. 33, n. 4, p. 356-360, jul/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2018.01.009>. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/ga/2019.v33n4/356-360/en>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CAÑIZARES, L. S. Principales problemas éticos que se manifiestan en el proceso de publicación. In: **XIV Congreso Internacional de Información Info'2016**, Havana, 5 a 10 mar. 2016. Disponível em: <http://www.congreso-info.cu/index.php/info/2016/paper/viewFile/438/215>. Acesso em: 20 de julho 2020.

CASSIMIRO, M. C.; DIÓS-BORGES, M. M. P.; ALMEIDA, R. M. R. V. (Orgs.). Políticas de integridade científica, bioética e biossegurança no século XXI. Porto Alegre: **Editora Fi**, 2017. 180 p. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30946/2/2-48d206_cbdcc1fc2a1441bf86e3eda7eb5f6745. Acesso em: 16 out. 2020.

CASTRO-SILVA, C. R.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 1, jan/mar. 2012. DOI: 21. 10.1590/S0104-12902012000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100005. Acesso em: 19 nov. 2020.

CHIMENTAO, L. K.; REIS, S. Para além da ética burocrática em pesquisa qualitativa envolvendo seres humanos. **Alfa: revista de linguística**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 691-710, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1911-9>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942019000300691&tlng=pt. Acesso em: 19 nov. 2020.

CHO, OH, Hwang KH. Academic ethical awareness among undergraduate nursing students. **Nursing Ethics**, v. 26, n. 3, p. 833-844, set. 2017. doi:10.1177/0969733017727155. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0969733017727155>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CLAXTON, L. D. Scientific authorship: Part 1. A window into scientific fraud?. **Mutation Research/Reviews in Mutation Research**, v. 589, n. 1, p. 17-30, jan. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.mrrev.2004.07.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1383574204000547?via%3Dihub>. Acesso em: 18 nov. 2020.

COPE, Committee on Publication Ethics. A code of conduct for editors of biomedical journals, Mar. 2011 Disponível em http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors_Mar11.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510/2016. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas em ciências humanas e sociais. Brasília: **Conselho Nacional de Saúde**, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 15 out. 2020.

COX, D.; LA CASE, M.; LEVINE, M. "Integrity", The Stanford Encyclopedia of Philosophy **Spring Edition**, fev. 2017 Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/integrity/>. Acesso em: 17 out. 2020.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. 3ª ed. London: Sage Publications Inc., 2010.

DA COSTA AZNAR, F. D.; DE FREITAS, A. R.; CAPELARI, M. M.; DE CARVALHO SALES-PERES, S. H.; SALES-PERES, A.; DA COSTA AZNAR, F. D. Neutralidade científica: aspectos éticos na obtenção de resultados. **Revista Latinoamericana de Bioética**, v. 17, n. 33-2, p. 31-41, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18359/rlbi.1899>. Disponível em: <https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rlbi/article/view/1899>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DENAT, Y.; DIKMEN Y.; ARSLAN G.G. Ethical values of academic nurses: A pilot study. **Nursing Ethics**, v. 26, n. 6, p. 1744-1752, mai. 2019. DOI:10.1177/0969733018774613. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29792078/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DO ESPÍRITO-SANTO, G.; MARENCO, L.; Tramitação de protocolos de pesquisa no brasil: alguns apontamentos. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 31-48, jul/out.2019. DOI: <https://doi.org/10.15202/1981896.2019v24n48p31>. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/381>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ESPINOZA, D. M. Consideraciones éticas en el proceso de una publicación científica. **Revista Médica Clínica Las Condes**, v. 30, n. 3, p. 226-230, 2019. DOI: 10.1016/j.rmclc.2019.04.001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0716864019300380>. Acesso em: 17 nov. 2020.

ÉTAT des politiques sur l'intégrité et l'inconduite en recherche au Canada, **HAL Innovation Policy Economics**, 2009, 160 p. Disponível em:

http://www.frqs.gouv.qc.ca/documents/10191/186009/Etat_politiques_integrite_Canada_2009.pdf/45f8ee74-022c-483f-8e28-bcc45f015913. Acesso em: 24/11/2020.

FANELLI, D. How many scientists fabricate and falsify research? A systematic review and meta-analysis of survey data. **Plos One**, v. 4, n. 5, p. e5738, mai. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0005738>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0005738>. Acesso em: 17 nov 2020.

FANG, F. C.; STENN, R. G.; CASADEVALL, A. Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications, **PNAS Early Editions**, U S A. v. 109, n. 42, p. 17028-17033, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1212247109>. Disponível em: <https://www.pnas.org/content/109/42/17028>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Código de Boas Práticas Científicas, 2012. 42 p. Disponível em: https://www.unip.br/presencial/pesquisa/download/FAPESP_Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

FERREIRA, M. M.; PERSIKE, A. O tratamento do plágio no meio acadêmico: o caso USP. **Signótica**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 519-540, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v26i2.30312>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/30312>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FISCHER J.; RITCHIE, E. G.; HANSPACH, J. Academia's obsession with quantity. **Trends in Ecology and Evolution**, v. 27, n. 9, p. 473-4, set. 2012. Disponível em: <http://millsonia.free.fr/Publications%20diverses/fisher2012Tree.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

FRIESEN P.; KEARNS L.; REDMAN B.; CAPLAN A. L. Rethinking the Belmont Report? The **American Journal Bioethics**, v. 17, n. 7, p. 15–21, jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/15265161.2017.1329482>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15265161.2017.1329482>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FURG. Universidade Federal do Rio Grande. **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem**. Rio Grande: FURG, 2020.

FURLANETTO, M.; M.; RAUEN, F. J.; SIEBERT, S. Plágio e autoplágio: desencontros autorais. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 18, n. 1, p. 11-19, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-1801ap-0000>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322018000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 nov. 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à Internet: direitos autorais na era digital**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 7ª ed. Atlas, 2019.

GILES J. P.; McCOLLUM R. W.; BERNDTSON L.W.; KRUGMAN S. Viral Hepatitis - Relation of Australia/SH Antigen to the Willowbrook MS-2 Strain. **The New England Journal**

Medicine. v. 281, p.119-122, 17 jul. 1969. DOI: 10.1056/NEJM196907172810302. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJM196907172810302>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GOULART, B. N. G.; LEVEY, S.; RECH, R. S. O papel da ética e da integridade da pesquisa na formação dos profissionais da saúde e no desenvolvimento da pesquisa com seres humanos. **Revista CEFAC**, v. 20, n. 5, p. 561-564, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201820513518>. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v20n5/pt_1982-0216-rcefac-20-05-561.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B. Las leyes de derecho de autor y su relación con la preservación digital. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 4, p. 159-164, 2010. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3822/3577> Acesso em: 26 jul. 2020.

GU, C.; YE, M.; WANG, X.; YANG, M.; WANG, H. Nurse researchers' perspectives on research ethics in China. **Nursing Ethics**, v. 26 n. 3 p. 798-808, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F0969733017720848>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0969733017720848>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GUAZI, T. S.; LAURENTI, C.; CARRARA, K. Boas práticas científicas: Uma discussão analítico-comportamental. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 22, n. 1, abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i1.54143>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/54143>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

GUERRIERO, I. C. Z. Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 que trata das especificidades éticas das pesquisas nas ciências humanas e sociais e de outras que utilizam metodologias próprias dessas áreas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2619-2629, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.17212016>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802619&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2020.

GUILHEM, D.; NOVAES, M. Ética e pesquisa social em saúde. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Orgs.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: **Letras Livres e Editora da UnB**, p. 217-236, 2010.

GUSTAFSSON, B.; RYDEN, L.; TIBELL, G.; WALLENSTEEN, P. Focus On: The Uppsala Code of Ethics for Scientists. **Journal of Peace Research**, v. 21, n. 4, p. 311-316, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F002234338402100401>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234338402100401>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GRECO, D.; WELSH, J. Direitos humanos, ética e prática médica. **Revista Bioética**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 443-451, Dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000300443&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2020.

HERNÁNDEZ, C. L. Entrenamientos de los comites de etica de la investigacion conferencia: etica de la publicacion cientifica. **Revista habanera de ciencias médicas**, Havana, v. 6, n. 5, 2007. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/rhcm/v6s5/rhcm13507.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

HEYNEMAN, S. The corruption of ethics in higher education. **International Higher Education**, n. 62, p. 2-5, 2011. DOI: <https://doi.org/10.6017/ihe.2011.62.8530>. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8530>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HORBACH, S. P. J. M.; HALFFMAN, W. Promoting Virtue or Punishing Fraud: Mapping Contrasts in the Language of ‘Scientific Integrity’. **Science and Engineering Ethics**, v. 23, p. 1461-1485, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11948-016-9858-y>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11948-016-9858-y>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

HUMBERTO REYES, B. Problemas éticos en las publicaciones científicas. **Revista médica de Chile**, Santiago, v. 146, n. 3, p. 373-378, mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/s0034-98872018000300373>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872018000300373&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 18 out. 2020.

HWANG, W. S.; RYU, Y. J.; PARK, J. H.; PARK, E. S.; LEE, E. G.; Min, K. J.; et al. Evidence of a pluripotent human embryonic stem cell line derived from a cloned blastocyst. **Science**, v.12, n. 303, p. 1669-74, mar. 2004. DOI: 10.1126/science.1094515. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872018000300373&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 18 out. 2020.

ISLAS, M. H. El plagio académico en la investigación científica Consideraciones desde la óptica del investigador de alto nivel. **Perfiles educativos**, México, v.38 n.153, jul/set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/peredu/v38n153/0185-2698-peredu-38-153-00120.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

JÁCOME, M. Q.; ARAUJO, T. C. C. F; GARRAFA, V. Comitês de ética em pesquisa no Brasil: estudo com coordenadores. **Revista Bioética**, v. 25 n. 1 p. 61-71, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422017251167>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422017000100061&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 nov. 2020.

KARCZ, M.; PAPADAKOS, P. J.; Canadian Journal of Respiratory Therapy, The consequences of fraud and deceit in medical research. **Spring**; v. 47, n. 1, n. 18-27, 2011. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/d9161a7ad2b28600dab4bbef1616f5f6/1?pq-origsite=gscholar&cbl=32646> Acesso em: 08 out. 2020.

KETEFIAN, S. Scientific integrity in nursing. **Enfermagem em Foco**, v. 1, n. 2, p. 77-81, jan. 2011. ISSN 2357-707X. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2010.v1.n2.21>. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/21>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

KINTISH, E. Scientific misconduct: researcher faces prison for fraud in NIH Grant applications and papers. **Science**, v. 307, n. 5717, p. 1851, mar. 2005. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/anonymou?id=GALE%7CA131318379&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=00368075&p=HRCA&sw=w>. Acesso em: 09 out. 2020.

KOTTOW, M. História da ética em pesquisa com seres humanos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2008. <https://doi.org/10.3395/reciis.v2i0.863>.

Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LEANDRO, M. G.; FIGUERÊDO, R. B. S. Análise do plágio a partir da perspectiva dos alunos de uma instituição privada de ensino superior, In: CASSIMIRO, M.; DIÓS-BORGES, M.; ALMEIDA, R. (Org), Políticas de integridade científica, bioética e biossegurança do século XXI, Porto Alegre: Fiocruz, **Editora Fi**, p. 75-86, 2017. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/30946>. Acesso em: 19 out. 2020.

LEITÃO, H; ALMEIDA, P.; SIMÕES, M. G.; MARTINEZ-AVILA, D. Ação das bibliotecas acadêmicas na prevenção do plágio. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 48, n. 3, p. 239-251, set./dez. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4536>. Acesso em: 20 out. 2020

LIMA, J. M.; VANTI, N. Produção científica e produtivismo acadêmico no processo avaliativo da pós-graduação brasileira. **Revista Bibliocanto**, v. 5 n.1 p.18-41, 2019. DOI: <https://orcid.org/0000-0002-7904-4967>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/18423>. Acesso em: 21 out. 2020.

MADLOCK-BROWN, C. R.; EICHMANN, D. The (lack of) impact of retraction on citation networks. **Science and Engineering Ethics**, v. 21, n. 1, p. 127-137, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11948-014-9532-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11948-014-9532-1>. Acesso em: 17 out. 2020.

MANSO, E. J. V. O que é direito autoral. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARANHAO, C. M. S. A.; SANTOS, F. C. P.; FERREIRA, P. T. M. Banalização da fraude acadêmica: reflexões à luz da teoria da semicultura de adorno. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 249-263, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302016158799>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100249&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 out. 2020.

MARTÍN, M. C. M.; NEVES, M. C. P. Declaració sobre ètica i integritat en la docència universitària. **Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona**, ISBN: 9788491680765, 2018. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/119580>. Acesso em: 26 out. 2020.

MARTINEZ, S. M. Investigación científica y conflicto de intereses: la necesaria regulación. **UNR Journal**, v. 1, p. 574-5, set. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61697897.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

MARTINS FILHOS, P. Direitos autorais na Internet. **Ciência da Informação**. v. 27, n. 2, p. 183-188, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/martins.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

MAHONEY, J. F.; ARNOLD, R. C.; HARRIS, A. D. Penicillin treatment of early syphilis. A preliminary report. **American Journal Pub Health**, v. 3, p. 1387-91, 1943. DOI: [10.2105/ajph.33.12.1387](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18015910/). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18015910/>. Acesso em: 12 out. 2020.

MAYER, T.; STENECK, N. Final report to esf and ori firts World Conference on Research Integrity: Fostering responsible research, Lisbon, Portugal. **Calouste Gulbenkian Foundation**, 16-19 set. 2007. Disponível em: <https://cgsnet.org/final-report-european-science-foundation-esf-and-office-research-integrity-ori>. Acesso em: 20 out. 2020.

MORAES, R.; Galiazzi M.C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORAES, R. O Autor existe e não morreu. Cultura Digital e a equivocada “coletivização da autoria”. In: Rubens Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Org.). **Direito Autoral, Propriedade Intelectual e Plágio**. Salvador: **Edufba**, p. 33-60, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15656/3/direito_autoral_propriedade_intelectual_plagio_RI.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos possíveis**, Bahia, v. 3, n. 1, p. 91-109, 2004. Disponível em: http://www.rodrigomoraes.adv.br/arquivos/downloads/Plagio_na_pesquisa_academica_Rodrigo_Moraes.pdf Acesso em: 18 out. 2020.

MOSTROUS, A.; KENBER, B. Thousands of nurses cheat in exams. **The Times**, N.Y. USA, p.4, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/thousands-of-nurses-cheat-in-exams-zzz2kzm77>. Acesso em: 10 out. 2020.

NATURE, Reflections on scientific fraud. **Nature**, v. 419, n. 417, 3 out. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1038/419417a>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/419417a>. Acesso em: 23 out. 2020.

NEIVA DE SOUSA, R N.; KLEIN CONTI, V. SALES, A, A.; RAIMUNDO MUSSEL, I. C. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Revista Bioética**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 459-468, set/dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422016243145>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000300459&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2020.

NEVES, M. C. P. On (scientific) integrity: conceptual clarification. **Medicine Health Care and Philosophy**, v. 21, n. 2, p. 181-7, 2018. DOI: 10.1007/s11019-017-9796-8. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11019-017-9796-8>. Acesso em: 25 nov. 2020.

NOVAES, M. R. C. G.; RODRIGUES, C. S.; GUILHEM, D. B. Integridade científica e direitos autorais nos códigos de ética profissional. **Revista Bioética**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 387-396, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422018263258>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000300459&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2020.

O'BRIEN, B. C.; Harris, I. B.; BECKMAN, T. J.; REED, D. A.; COOK, D. A., Standards for reporting qualitative research: a synthesis of recommendations. **Academic Medicine**, v. 89, n. 9, p. 1245-1251, 2014. doi: 10.1097/ACM.0000000000000388. Disponível em: <https://insights.ovid.com/academic-medicine/acmed/2014/09/000/standards-reporting-qualitative-research-synthesis/21/00001888>. Acesso em: 14 out. 2020.

OLANSKY S.; SIMPSON, L, SCHUMANN, S. H. Environmental factors in the Tuskegee study of untreated syphilis. **Public Health Reports**, v. 69, n. 691-8, 1954. Disponível em:

<http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=2024316&blobtype=pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

OUTOMURO, D. Reflexiones sobre el estado actual de la ética en investigación en argentina. **Acta bioethic**. Santiago, v. 10, n. 1, p. 81-94, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2004000100011>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 23 out. 2020.

OYE, C., SORENSEN, N. O., GLADSMAN, S. Qualitative research ethics on the spot: Not only on the desktop. **Nursing ethics**, v. 23, n. 4, p. 455-464, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969733014567023>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0969733014567023>. Acesso em: 19 out. 2020.

UNIVERSITY OF OXFORD. Portal University of Oxford [internet] 2018 [Acesso em 12 out 2020]. Disponível: <https://hr.admin.ox.ac.uk/academic-integrity-in-research#collapse1310991>

PADILHA, M. I. C. S.; RAMOS, F. R. S.; BORENSTEIN, M. S.; MARTINS, C. R. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto contexto-enferm**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 96-105, Mar. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072005000100013>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em:

PADUA, G. C. C; GUILHEM, D. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. **Revista de Bioética**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 124-138, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422015231053>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000100124&lng=pt&tlng=pt. Acesso em:

PANTER, M. Em suas próprias palavras: Melhores práticas para evitar o plágio. [Internet] **AJE**, 2015. Disponível: <https://www.aje.com/br/arc/dist/docs/AJE-em-suas-proprias-palavras.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PEDRO, E. N. R. Divulgando o conhecimento em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 27, n.2, p. 145, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277167543_Divulgando_o_conhecimento_em_enfermagem. Acesso em: 11 out. 2020.

PINTO-PARDO, N. Conflicto de interés en investigación biomédica. **Persona y Bioética**, v. 18, n. 2, p. 158-169, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83232594006> Acesso em: 12 out. 2020.

RAI, R.; SABHARWAL, S. Retracted publications in orthopaedics: prevalence, characteristics, and trends. **The Journal Bone Joint Surgery**, v. 99, n. 9, p. 44, mai. 2017. DOI:10.2106/JBJS.16.01116. Disponível em: <https://insights.ovid.com/bone-joint-surgery/jbjs/2017/05/030/retracted-publications-orthopaedics-prevalence/13/00004623>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAMÍREZ BACCA, R.; JIMENEZ PATIÑO, H. D. Plagio y “auto plagio”. Una reflexión. **Historiolo. Revista de História Regional y Local**, v. 8, n. 16, p. 271-284, jul/dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/historiolo.v8n16.56075>. Disponível em: <http://mr.crossref.org/iPage?doi=10.15446%2Fhistoriolo.v8n16.56075>. Acesso em: 12 out. 2020.

RAMOS, F. S.; PIMENTA, M. A. Plágio, propriedade intelectual e produção acadêmica: uma discussão necessária. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 204-218, 2013. DOI: 10.5902/198136948982. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8982/pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

REGO, S. T. A.; et al. Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz. **Fundação Oswaldo Cruz**, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41188/2/GUIA%20DE%20INTEGRIDADE%20EM%20PESQUISA%20DA%20FIOCRUZ%20-%20FINAL.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

REGO, S.; PALÁCIOS, M. Conflitos de interesses e a produção científica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 281-282, jul/set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000300001>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000300001&lng=pt&tlng=p

REVERTER MASIA, J. Publicaciones científicas y evaluación de la vida profesional de un científico. **Nutrición Hospitalaria**, v. 27, n. 4, p. 368-9, 2012. DOI: <http://10.3305/nh.2012.27.4.5780>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23165589/>. Acesso em: 12 out. 2020.

REYES B., H. Problemas éticos en las publicaciones científicas. **Revista Médica do Chile**, Santiago, v. 146, n. 3, p. 373-378, mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/s0034-9887201800300373>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872018000300373&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2020.

RIBEIRO, R. P.; ARONI, P. Normatização, ética e indicadores bibliométricos em divulgação científica: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, n. 6, p. 1723-1729, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0283>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000601723&tlng=en. Acesso em: 28 nov. 2020.

ROCHA, E. S. S. Ética e integridade na produção do conhecimento científico. Alexandria: **Revista de Ciências de la Información**, v. 6, n. 9, p. 58-76, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/alexandria/article/view/3918/3892>. Acesso em: 14 out. 2020.

ROCKWELL, D. H.; YOBBS, A.R.; MOORE, M. B. The Tuskegee Study of Untreated Syphilis; the 30th Year of Observation. **Arch Internal Medicine**, v. 114, p. 792-8, 1964. DOI: 10.1001/archinte.1964.03860120104011. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14211593>. Acesso em: 13 out. 2020.

ROESE, A.; SOUZA, A. C.; PORTO, G. B.; COLOMÉ, I. C. S.; COSTA, L. E. D. A produção do conhecimento na enfermagem: desafios na busca de reconhecimento no campo interdisciplinar. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. 302, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4560>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROIG, M. Avoiding unethical writing practices. **Food and Chemical Toxicology**, v. 50, n. 10, p. 3385-3387, 2012. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.fct.2012.06.043>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278691512004577?via%3Dihub>. Acesso em: 20 out. 2020.

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos Avanços**, v. 28, n. 80, p. 189-98, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100016>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2020.

SAAD-HOSSNE, W.; VIEIRA, S. Fraude em ciência: onde estamos? **Revista Bioética**, v. 15, n. 1, p. 39-47, 2007. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/29 Acesso em: 14 out. 2020.

SANTOS, L. H. L. Sobre a integridade ética da pesquisa. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 3, p. 4-5, jul. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000300002>. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; SILVA, A. M. B. M. Direito autoral, plágio e coautoria: Questões acadêmicas e éticas. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 1, p. 57-87, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7340412>. Acesso em: 26/11/2020.

SAUTHIER, M.; ALMEIDA FILHO, A. J. MATHEUS, M. P.; FONSECA, P. M. L. Fraude e plágio em pesquisa e na ciência: motivos e repercussões. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 3, n. 3, p. 47-55, mar. 2011. DOI: <http://10.12707/RIII11Per1>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262468483_Fraude_e_plagio_em_pesquisa_e_na_ciencia_motivos_e_repercussoes. Acesso em 12 ago. 2020.

SCHAFER A. Biomedical conflicts of interest: a defense of the sequestration thesis – learning from the cases of Nancy Olivieri and David Healy. **Journal of Medical Ethics**, v. 30, n. 1 p. 8-24, fev. 2004. DOI: 10.1136/jme.2003.005702. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/30/1/8>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SCHAFER, A. Commentary: science scandal or ethical scandal? **Bioethics**, v. 21, n.2, p.111-5, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8519.2007.00531.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8519.2007.00531.x>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SCHUMAN, S. H.; OLANSKY, S.; RIVERS, E.; SMITH, C. A.; RAMBO, D. S. Untreated syphilis in the male negro; background and current status of patients in the Tuskegee study. **Journal of Chronic Diseases**. v. 2, p. 543-58, 1955. DOI: [https://doi.org/10.1016/0021-9681\(55\)90153-3](https://doi.org/10.1016/0021-9681(55)90153-3). Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/13263393>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SCHMITZ, P. D.; MENEZES, M.; LINS, L. Percepção de integridade científica para o estudante de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 447-455, dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022012000600002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022012000600002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2020.

SEVERINO, A. J. Implicações éticas da construção do conhecimento: desafios para a prática da docência e da investigação científica. **Filosofia e Ensino**, v. 6, n. 1, p. 59-70, 2017. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/neseef.v6i1.59522>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/59522>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SHUSTER, E. American Doctors at the Nuremberg Medical Trial. **American Journal of Public Health**, v. 108, n. 1, n. 47-52, 2018. DOI: 10.2105/AJPH.2017.304104. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/10.2105/AJPH.2017.304104>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SIEGEL, D.; BAVEY, P. Battling the Paper Glut [Letter]. **Science**, v. 329, n. 5998, p. 1466, 17 set. 2010. DOI: 10.1126/science.329.5998.1466-a. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/329/5998/1466.1.full>. Acesso em: 20 out. 2020.

SIEGEL-ITZKOVICH J. Israeli doctors are arrested in investigation. **BMJ**, v. 333, p. 823, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/25391742_Israeli_doctors_are_arrested_in_investigation. Acesso em: 22 out. 2020.

SIERRA, X. Ética e investigación médica en humanos: perspectiva historic **Actas Dermosifiliogr**, v. 102, n. 6, p. 395-401, jul/ago. 2011. DOI: 10.1016/j.ad.2011.03.016. <https://actasdermo.org/es-etica-e-investigacion-medica-humanos-articulo-S0001731011001943>. Acesso em: 13 out. 2020.

SILVA, C. R. C.; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 32-41, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000100005>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 out. 2020.

SILVA, F. D.; ELIAS, I. V. R. A.; LUCHESE, R.; FERNANDES, S. C.; LUCAS, S. S. Ética e integridade: condutas para produções científicas no Brasil. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 3, out. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i3.54367>. <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/54367>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 13, n. 38, p. 357-368, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SILVA-SANTOS, P. H.; DUTRA, L. P.; SENA, E. L. S.; YARI, S. D. BOERY.; R. N. S. O. Publicar, publicar, publicar... Até aonde vai a ética científica? **Acta bioethica**, Santiago, v. 23, n. 1, p. 63-70, jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2017000100063>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2017000100063&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 21 out. 2020.

SIMÕES, E. A declaração de singapura e a questão da integridade ética na pesquisa científica. **Thaumazein: Revista Online de Filosofia**, v. 11, n. 22, p. 63-83, 2018. DOI: <https://doi.org/10.37782/thaumazein.v11i22.2562>. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/2562>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SMITH, R. The need for a national body for research misconduct. **BMJ**, v. 316, p. 1686-1687, 1998. DOI: 10.1136/bmj.316.7146.1686. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/316/7146/1686>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOUZA, J. The Plagiarism Problem - reflections on plagiarism and nursing students, London, **HLG Nursing Bulletin**, v. 36, n. 1, p. 18-22, 2016. Disponível em: <http://web-a-ebSCOhost.ez40.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=3&sid=ab850c1b-cdfe-4931-bdc5-82cbbd845cba%40sdc-v-sessmgr02> Acesso em: 19 out. 2020.

STENECK, N. H. Introduction to the responsible conduct of research. STENECK, Nicholas H. Introduction to the responsible conduct of research. **Washington, DC: US Government Printing Office**, 2007. Disponível em: <https://www.memphis.edu/research/researchers/compliance/pdf/oribook.pdf> Acesso em: 15 out. 2020

TARRAGÓ, O. F. Estrategias para inhibir y prevenir el fraude en la investigación científica. **Revista latinoamericana de bioética**, v. 14, n. 2, p. 90-99, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v14n2/v14n2a08.pdf> Acesso em: 20 out. 2020.

THORNTON, J. E.; TANDON, R. Learning Research Ethics; Why It Matters. **Asian Journal of Psychiatry**, v. 34, n. A2, abr. 2018. DOI: 10.1016/j.ajp.2018.04.038. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29709321/>. Acesso em: 12 out. 2020.

TORRES, G. T. C.; FONS, T. Percepción del alumnado de traducción de la Universidad Internacional de Valencia (VIU) sobre el ciberplagio académico. **Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria**, v. 11, n. 2, p. 90-117, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.19083/ridu.11.563>. Disponível em: <https://revistas.upc.edu.pe/index.php/docencia/article/view/563>. Acesso em: 13 out. 2020.

U. S. Department of Health & Human Services, **Office of Research Integrity**. About ORI – History. Disponível em: <https://ori.hhs.gov/historical-background>. Acesso em: 17 jul. de 2020.

VARGAS, J. P. Z. Comportamiento ético en la publicación científica: malas conductas y acciones para evitarlas. **Revista Educación**, v. 44, n. 1, jan/jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15517/revedu.v44i1.35548>. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/educacion/article/view/35548>. Acesso em: 15 out. 2020.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M.; AGUIAR, F. H. O.; QUEIROZ, J. P.; BARRICHELLO, A. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 1, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712014000100004>. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 nov. 2020.

VIANNA, T. L. A ideologia da propriedade intelectual: a inconstitucionalidade da tutela penal dos direitos patrimoniais de autor. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 11, n. 1174, 18 set. 2006. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesderecho/article/view/57881/55751>. Acesso em: 21 ago. 2020.

VICENTE LA, L. A.; NARVÁEZ, C. G.; VELÁSQUEZ, M. Valores éticos y formación curricular en odontología, valores éticos y formación curricular en odontologia. **Acta Bioethica**,

v. 21, n. 1, p. 53-59, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S1726-569X2015000100007>.
https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2015000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 13 nov. 2020.

WAGER, E. Science journal editors' views on publication ethics: results of an international survey. **Journal of Medical Ethics**, v. 35, n.6, p. 348-353, 2009. DOI: 10.1136/jme.2008.028324. Disponível em: <https://jme.bmj.com/content/35/6/348>. Acesso em: 23 out. 2020.

WALKER, J. Measuring plagiarism: researching what students do, not what they say they do, **Studies in Higher Education**, v. 35, n. 1, p. 41-59, 17 Nov. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/03075070902912994>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03075070902912994>. Acesso em: 12 nov. 2020.

WANG, L.; LIU Z. Keeping a clean research environment: Addressing research misconduct and improving scientific integrity in China. **Cancer Letters**, v. 464, p.1-4, nov. 2019. DOI: 10.1016/j.canlet.2019.08.006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31430529/> Acesso em: 9 nov. 2020.

APÊNDICE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM
AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE PESQUISA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM
(COMPESQ/EENF)

Sra:

Presidente do Comitê de Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Respeitosamente, venho por meio deste solicitar a autorização para realizar a pesquisa intitulada: **“INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM”** Tendo como objetivos: Conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa; analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa.

Serão respeitadas as observações e determinações legais da Resolução 510/16 que regulamenta a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, garantindo os direitos e deveres relacionados aos participantes do estudo, aos membros que integram o meio científico e aos Estados. Garante-se à Universidade e ao PPGENF FURG, reponsabilidade e compromisso com a ética em todas as etapas do processo, preservando a Instituição, o programa e os participantes da pesquisa, obedecendo a rigor os princípios que regulamentam o código profissional e a legislação vigente.

Atenciosamente,

Mestranda: Danubia Andressa da Silva Stigger Presidente do Comitê de Pesquisa da EENF

Ciente. De acordo

Data:

APÊNDICE B
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM
AUTORIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (PPGENF-
FURG)

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, e como representante legal da Instituição, tomei conhecimento do projeto de pesquisa: “INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM”, e que cumprirei os termos das Resoluções CNS 510/16. Declaro também, que esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto e autorizo a sua execução nos termos propostos.

Atenciosamente,

Mestranda: Danubia Andressa da Silva Stigger

Coordenadora do PPGENf

Ciente. De acordo

Data:

APÊNDICE C
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM
MESTRADO EM ENFERMAGEM
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Meu nome é Jamila Geri Tomaschewski Barlem, sou professora do curso de graduação e pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande, e estou coordenando esta pesquisa intitulada “INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM”. Após realizar o processo de consentimento, gostaria de convidar você para participar do estudo, respondendo a uma entrevista semiestruturada que será realizada por chamada de vídeo e gravada em áudio. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa, que possui os objetivos de conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa e analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. A pesquisa justifica-se pela importância de estudos que envolvam a ética e a integridade na ciência no ambiente de formação, fomentando o enriquecimento do conhecimento e possibilitando dessa forma, intervenções para fortalecer a transparência e credibilidade da ciência. Dessa maneira, a pesquisa trará benefícios contribuindo para instigar reflexões expressivas acerca da integridade científica no meio acadêmico, especificamente no ambiente de pós-graduação na área da Enfermagem, levando em consideração o âmbito de formação de mestres, doutores, futuros pesquisadores e docentes. Serão respeitados os direitos dos participantes como: ser informado sobre a pesquisa; decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública; indenização pelo dano decorrido da pesquisa nos termos da Lei, e o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa. Os riscos dessa pesquisa são mínimos, como o desconforto emocional, frente a estes riscos o pesquisador se compromete em garantir para você a assistência imediata, integral e gratuita. Vale ressaltar a garantia da manutenção do sigilo e privacidade do participante, durante as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa. Sua participação é livre de despesas pessoais e compensação financeira, se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Você tem o direito de se manter informado sobre os resultados parciais e finais, os quais serão publicados em eventos e periódicos científicos, mantendo-se o anonimato de sua identidade. Estará aberto ao participante a oportunidade de esclarecer suas

dúvidas e questionamentos (em qualquer fase da execução da pesquisa) bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma. É garantida a liberdade de retirada do consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, para tanto entre em contato comigo (endereço: Rua General Osório, 1-109 - Centro, Rio Grande - RS, 96200-400. E-mail: jamila_tomaschewski@hotmail.com, telefone: (53) 32374614 ou ainda pelo CEP-FURG (endereço: segundo andar do prédio das pró-reitorias, carreiros, avenida Itália, Km 8, bairro carreiros, Rio Grande - RS. E-mail: cep@furg.br, telefone: (53) (32373013). O CEP/FURG é um comitê responsável pela análise e aprovação ética de todas as pesquisas desenvolvidas com seres humanos, assegurando o respeito pela identidade, integridade, dignidade, prática da solidariedade e justiça social. Este TCLE será em duas vias, uma ficará com você (participante) e outra com a pesquisadora responsável, por esse motivo, digite seu e-mail para enviarmos sua via do TCLE assinada pela pesquisadora.

Você aceita participar?

Eu aceito participar desta pesquisa. _____



Coleta digital

Assinatura do(a) participante. _____ Data: __/__/__

Assinatura da pesquisadora responsável. _____ Data: __/__/__

APÊNDICE D
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Pseudônimo:

Data de nascimento:

Sexo biológico:

Curso: Mestrado () Doutorado ()

Tempo de formação profissional:

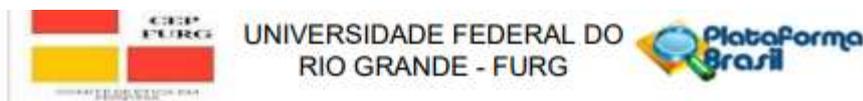
Ano no curso: Mestrado () 1º ano () 2º ano () prorrogação

Doutorado () 1º ano () 2º ano () 3º ano () 4º ano () prorrogação

1. O que você entende por integridade na pesquisa? Qual a função e atribuição desta para as pesquisas científicas?
2. O que é ser um pesquisador ético?
3. O que é ser um pesquisador íntegro?
4. Considerando a atuação do pesquisador no envolvimento em investigações científicas, um pesquisador ético é obrigatoriamente um pesquisador íntegro? Qual o seu entendimento sobre essa questão?
5. Quais os atributos de um pesquisador íntegro?
6. O que você entende por má conduta em pesquisa? Cite alguns exemplos e explique brevemente.
7. Qual a relação entre integridade na pesquisa e má conduta na pesquisa?
8. O que você acha sobre o corrompimento nas investigações científicas? Quais as principais causas que culminam no corrompimento?
9. Você já esteve envolvido ou conhece alguém que se envolveu em uma situação de má conduta? Como você reagiu?
10. O que você entende por plágio e autoplágio? No seu ponto de vista, qual deles tem maior gravidade? Por quê? Como visualiza essa prática na pesquisa em saúde?
11. O que você entende por falsificação de dados? Como visualiza essa conduta na pesquisa em saúde?

12. O que você entende por autoria nas produções científicas? Como visualiza essa prática na pesquisa em saúde?
13. Como você visualiza a integridade científica na produção de ciência no âmbito da pós-graduação?
14. Como você visualiza a má conduta na produção de ciência no âmbito da pós-graduação?
15. Em relação ao seu processo de formação na pós-graduação, como foi o preparo no que tange as questões relacionadas à integridade científica?
16. Em relação ao seu processo de formação na pós-graduação, como foi a abordagem dos temas relacionados à má conduta científica?
17. Gostaria de dizer mais alguma coisa?

ANEXO A – PARECER CÔMITE DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTEGRIDADE NA PESQUISA CIENTÍFICA ENTRE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Pesquisador: Jamila Geri Tomaszewski Barlem

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 37123020.6.0000.5324

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.320.595

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "avaliação dos Riscos de Benefícios" foram retiradas do arquivo de Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1618178, gerado em 22/09/2020) e/ou do Projeto Detalhado.

A fusão entre a ética e a pesquisa perpassa as questões triviais e, para além disso, engloba, um universo de condutas e comportamentos no teor da produção de ciência em todas as suas fases. Assim, comportamentos e ações que envolvam condutas investigativas inconsistentes, negligentes ou irresponsáveis ultrapassam as barreiras da individualidade e perpassam a maleficência ao coletivo, ferindo substancialmente o compromisso social, primado pela conduta ética na ciência. Salienta-se a relevância dos espaços educacionais, perpassando os princípios éticos para além de regulamentações burocráticas demandadas pelas atividades acadêmicas, contribuindo para o desempenho do estudante também como ser humano e social. É fundamental o fomento a condutas que integrem valores e boas práticas no âmbito acadêmico de uma forma geral, através de iniciativas que mitiguem desonestidades científicas. Tem-se como objetivos: Conhecer as concepções dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre integridade em pesquisa; analisar os conhecimentos dos estudantes de pós-graduação em enfermagem sobre má conduta em pesquisa. A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa, do tipo exploratório e descritiva,

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Bairro: Campus Carreiros **CEP:** 96.203-900
UF: RS **Município:** RIO GRANDE



Continuação do Parecer: 4.320.595

Assim, todas as pendências foram atendidas.

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. O modelo encontra-se disponível no site do CEP-FURG e o seu prazo final é 13/02/2021 (40 dias após a data final do cronograma).

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d. O modelo encontra-se disponível no site do CEP-FURG (<https://proesp.furg.br/pt/comites/cep-furg>) e o seu prazo final é 15/02/2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1618178.pdf	22/09/2020 22:16:28		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.pdf	22/09/2020 22:14:34	Jamila Geri Tomaschewski Barlem	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCEP.pdf	22/09/2020 22:14:04	Jamila Geri Tomaschewski Barlem	Aceito
Outros	CARTACEP.pdf	22/09/2020 22:13:13	Jamila Geri Tomaschewski Barlem	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	28/08/2020 22:18:59	Jamila Geri Tomaschewski Barlem	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Itália, km 8, segundo andar do prédio das PRÓ-REITORIAS, Rio Grande, RS, Brasil.
Ramo: Campus Carleiros **CEP:** 96201-900